

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

MARIANA DEXHEIMER CAPPELATTI

**DA AUTONOMIA À INDEPENDÊNCIA: A CATALUNHA E O IMPACTO DAS NOVAS
DEMANDAS NACIONALISTAS NA POLÍTICA DO CDC**

Porto Alegre

2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MARIANA DEXHEIMER CAPPELATTI

**DA AUTONOMIA À INDEPENDÊNCIA: A CATALUNHA E O IMPACTO DAS
NOVAS DEMANDAS NACIONALISTAS NA POLÍTICA DO CDC**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

C247d Cappelatti, Mariana Dexheimer

Da autonomia à independência : a Catalunha e o impacto das novas demandas nacionalistas na política do CDC / Mariana Dexheimer Cappelatti . – 2018.

126 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques.

1. Nacionalismo. 2. Catalunha. 3. Independência. 4. Movimentos separatistas. 5. CDC. I. Marques, Teresa Cristina Schneider. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Texeira CRB-10/1974

MARIANA DEXHEIMER CAPPELATTI

**DA AUTONOMIA À INDEPENDÊNCIA: A CATALUNHA E O IMPACTO DAS
NOVAS DEMANDAS NACIONALISTAS NA POLÍTICA DO CDC**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Teresa Cristina Schneider Marques

Prof^a Dra. Tatiana Vargas Maia

Prof^o Dr. Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

A minha família Newton, Iára, Rafael e Letícia (e Toddy!), muito obrigada por tudo.

Ao João, muito obrigada por todo apoio e por todo amor e companheirismo durante esse período por vezes bastante difícil.

Aos meus amigos, com os quais pude compartilhar tanto as angústias quanto as coisas boas desse trabalho, dentro e fora da sala de aula: Carolina, Douglas, Oscar, Matheus, Juliano, Alison, Vanessa, Gabriele, Júlia, Natani, Virgínia e em especial ao Gustavo, com quem sigo dividindo e aprendendo muito sobre a Catalunha. Muito obrigada a todos vocês.

As minhas professoras e orientadoras Teresa, Tatiana e Maria Izabel, muito obrigada por caminharem junto comigo rumo a essa conquista acadêmica que pouco faria sentido sem os ensinamentos e incentivos de vocês. Ao professor Rafael, que também aceitou participar e compartilhar seus ensinamentos na banca.

A Cristine, que foi essencial nessa caminhada.

Por fim, agradeço a PUCRS e a CAPES pela confiança e por proporcionarem a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender de que maneira se deram as principais transformações que impulsionaram a virada independentista do nacionalismo catalão nos discursos dos líderes do partido-chave CDC, enquanto candidatos à presidência da *Generalitat*, o governo catalão. Com o aumento das novas reivindicações populares por independência a partir de 2010, e depois da realização do referendo (ilegal) alguns anos mais tarde, o qual obteve uma vitória imperativa do “sim” à independência, notou-se uma brusca mudança de ênfase do partido: de moderado e autonomista, o CDC passou a tratar a independência da Catalunha como principal objetivo de seus governos. Por meio dos discursos de posse de 1980 e 1999 de Jordi Pujol, de 2010 e 2012 de Artur Mas, e o de 2016 de Carles Puigdemont, busca-se encontrar os pontos mais importantes que constituíram o caráter dessa transformação, bem como o papel dos nacionalismos étnico, cívico e econômico nessas mudanças. Por meio da análise documental, o trabalho abordará como análise preliminar o contexto histórico, social e econômico dos períodos dos discursos, o perfil dos autores dos mesmos, além dos conceitos-chave e sua lógica interna dos discursos separadamente, para depois alcançar uma análise final mais concisa em relação ao problema central do trabalho. Compreendeu-se que embora seja bastante difícil estabelecer uma relação de causa e efeito, notou-se o significativo papel das consequências da crise econômica de 2008 e das mudanças do Estatuto de Autonomia de 2006 na essência do nacionalismo catalão, que acabou inferindo uma aparente nova dinâmica entre sociedade civil e elites políticas, gerando as transformações no interior do CDC, alterando suas políticas e enrijecendo o uso político de seu nacionalismo.

Palavras-chave: Catalunha, nacionalismo, CDC, independência, autonomia, movimentos separatistas, Espanha, partido político.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to understand how the main transformations that boosted the great independentist turn of the Catalan nationalism took place in the inauguration speeches of the leaders from the key party CDC, while presidential candidates of the *Generalitat*, the Catalan government. With the rise of new popular demands for independence as of 2010, and after the (illegal) referendum a few years later, that won with an imperative victory of the "yes" to independence, there was a sharp shift on the emphasis of the party: from moderate and autonomist, CDC began to treat the independence of Catalonia as the main objective of its governments. With the inaugurations speeches from 1980 and 1999 of Jordi Pujol, from 2010 and 2012 of Artur Mas, and the one from 2016 of Carles Puigdemont, the research intends to find the most important points that constituted the character of the transformation, as well as the role of ethnic, civic and economic nationalism in these changes. With the use of documental analysis, the dissertation is going to address as preliminary analysis the historical, social and economic context of the speeches, the profiles of the authors, in addition to key concepts and the internal logic of each of the speeches, in order to reach a more concise final analysis of the central problem of the work. It was comprehended that even though it is quite difficult to establish a cause-and-effect-relationship, it was noted the significative role of the consequences of the economic crisis of 2008 and the changes on the Statute of Autonomy of 2006 in the essence of the Catalan nationalism, that ended up inferring in a new dynamic between civil society and political elites, generating the transformations inside CDC, altering their main policies and strengthening their political use of nationalism.

Key-words: Catalonia, nationalism, CDC, independence, autonomy, separatist movements, Spain, political party.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACN – Agència Catalana de Notícies

AMI – Associació de Municipis per la Independència

ANC – Assemblea Nacional Catalana

BOP – Baròmetre d'Opinió Política

C's – Ciutadans

CDC – Convergència Democràtica de Catalunya

CEO – Centre d'Estudis d'Opinió

CiU – Convergència i Unió

CUP – Candidatura d'Unitat Popular

ERC – Esquerra Republicana de Catalunya

FNC – Front Nacional d Catalunya

ICV-EUiA – Iniciativa per Catalunya Verds-Esquerra Unida i Alternativa

JxSí – Junts pel Sí

LOFCA – Ley Orgánica de Financiación de las Comunidades Autónomas

LOGSE – Ley Orgánica General del Sistema Educativo

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDeCAT – Partit Demòcrata Europeu Català

PF – Pacte Fiscal

PP – Partido Popular

PSC – Partit dels Socialistes de Catalunya

PSOE – Partido Socialista Obrero Español

TC – Tribunal Constitucional Espanhol

UDC – Unió Democràtica de Catalunya

UE – União Europeia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 OS TIPOS DE NACIONALISMO E SEUS USOS POLÍTICOS NA CATALUNHA.....	20
1.1 ALGUNS PRECEITOS BÁSICOS SOBRE OS USOS POLÍTICOS DO NACIONALISMO.....	21
1.2 NACIONALISMO ÉTNICO.....	26
1.3 NACIONALISMO CÍVICO.....	28
1.4 NACIONALISMO ECONÔMICO.....	31
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	36
2 ANÁLISE CONTEXTUAL: HISTÓRICO DO NACIONALISMO CATALÃO DO CDC/PDECAT.....	38
2.1 A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DO NACIONALISMO ESPANHOL ATÉ A SEGUNDA REPÚBLICA (1714-1936).....	40
2.2 A CATALUNHA DURANTE O FRANQUISMO (1936-1977).....	42
2.3 A TRANSIÇÃO E A CATALUNHA NA NOVA ESPANHA DEMOCRÁTICA (1977-2003).....	45
2.3.1 O PAPEL DE JORDI PUJOL NA CATALUNHA.....	49
2.4 AS MUDANÇAS POLÍTICAS E A CRISE DE 2008 NA CATALUNHA (2003-2010).....	51
2.5 A CATALUNHA E SUAS NOVAS REIVINDICAÇÕES A PARTIR DE 2010 (2010-2016).....	53
2.5.1 NOVAS LIDERANÇAS DE ARTUR MAS E CARLES PUIGDEMONT.....	63
2.6 A RELAÇÃO ENTRE A CATALUNHA E A UNIÃO EUROPEIA.....	65
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	69
3 OS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES DA CATALUNHA DOS ANOS DE 1980, 1999, 2010, 2012 E 2016.....	72
3.1 DISCURSO DE POSSE DE JORDI PUJOL 1980.....	74
3.2 DISCURSO DE POSSE DE JORDI PUJOL 1999.....	78
3.3 DISCURSO DE POSSE DE ARTUR MAS 2010.....	84
3.4 DISCURSO DE POSSE DE ARTUR MAS 2012.....	91

3. 5 DISCURSO DE POSSE DE CARLES PUIDGEMONT 2016.....	101
3. 6 ANÁLISE FINAL.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

INTRODUÇÃO

O surpreendente resultado favorável da consulta popular sobre a independência da Catalunha realizada no final de 2014 e todos os desdobramentos a partir disso trouxeram à tona uma renovação na discussão sobre temas como nacionalismo e movimentos separatistas. Em meio a uma época de escassa cooperação e urgência por integração, especialmente dentro da União Europeia, o movimento nacionalista catalão reaparece para provar que, ao contrário do que se imaginava, os nacionalismos seguem sólidos enquanto importantes movimentações políticas atuais.

O presente trabalho tem como objetivo principal identificar de que maneira foram impulsionadas as principais mudanças nos discursos de posse realizados pelos líderes do partido catalão *Convergència Democràtica de Catalunya/Partit Demòcrata Europeu Català* enquanto líderes das coligações *Convergència i Unió/Junts Pel Sí* e especialmente enquanto candidatos à presidência da *Generalitat* (designação do governo catalão), entre os anos de 1980 e 2016 (ano do primeiro e último governos do partido e coligação no poder relevantes para esse trabalho) buscando compreender o caráter dessas mudanças, e quais foram os eventos que mais contribuíram para que ela se sustentasse.

Compondo uma das dezessete comunidades do Sistema de Comunidades Autônomas da Espanha, a Catalunha é uma das regiões mais prósperas e ricas do país. Sua capital, Barcelona, é uma das principais e mais visitadas cidades da Europa, devido a sua importância arquitetônica e seu cosmopolitismo. O nacionalismo catalão baseado nas ideias de continuidade e tradição sempre guiou os princípios da maioria dos partidos da região. O independentismo, contudo, nem sempre esteve a frente das demandas das lideranças mais importantes da região.

As novas demandas da Catalunha surgiram com maior intensidade a partir das mudanças políticas que ocorreram durante a década de 2000 (CUADRAS-MORATÓ, 2016). Desde sua primeira eleição democrática em 1980 depois de um longo período ditatorial na Espanha, o governo da Catalunha passou a ser comandado pela coalizão de partidos moderados centro-esquerda CiU (*Convergència i Unió*), composta pelo CDC (*Convergència Democràtica de Catalunya*) e pelo UDC (*Unió Democràtica de*

Catalunya). O líder do CDC, da coalizão e da *Generalitat* durante praticamente todo esse período foi Jordi Pujol, até hoje considerado um dos principais políticos catalães.

Em 2003, pela primeira vez depois de mais de 20 anos, o CiU viu-se fora do comando da *Generalitat*, dando início a uma série de mudanças políticas na Catalunha. O partido socialista PSC (*Partit dels Socialistes de Catalunya*) fixou-se no poder, formando uma coalizão de esquerda com o partido nacionalista pró-independência ERC (*Esquerra Republicana de Catalunya*) e a coalizão de partidos ICV-EUiA (*Iniciativa per Catalunya Verds-Esquerra Unida i Alternativa*). O novo governo era formado e tinha como principal objetivo a aprovação do novo Estatuto de Autonomia da Catalunha¹.

Em vigor a partir de 2006, o novo estatuto afirmava em seu preâmbulo que a Catalunha era uma “nação”. Foco de desaprovação especialmente de partidos espanhóis e catalães pró-Espanha, que afirmavam que a única nação existente era a Espanha, o Tribunal Constitucional espanhol decidiu reformular o estatuto em 2010, obrigando a retirada do termo “nação” enquanto característica fundamental da região. Dali em diante, a relação entre os governos espanhol e catalão – que, de fato, nunca havia sido tranquila – tomou um rumo ainda mais embaraçado.

A crise econômica mundial afetou diversos países da União Europeia a partir de 2008. A Espanha foi um dos mais afetados, tendo vivenciado o pior déficit fiscal dos países do bloco em 2012, equivalendo a 10,6% do seu PIB (CARVALHO, 2015). O corte de orçamento e a imposição da diminuição dos déficits fiscais às comunidades autônomas a partir do novo governo nacional, sob direção de Mariano Rajoy, dificultaram ainda de forma mais drástica a relação entre Espanha e Catalunha.

O CiU retornou ao poder em 2010, sob o comando de Artur Mas. O debate central dentro da *Generalitat* agora girava em torno do *Pacte Fiscal*, um novo sistema de financiamento que daria maior autonomia fiscal à Catalunha². O embate sobre a

¹ Trata da regulamentação administrativa legal que rege as regiões e nacionalidades históricas da Espanha. Os diferentes estatutos de autonomia possibilitam a cessão de competências ao respectivo governo autônomo e a sua capacidade de autogoverno em temas como a administração pública, saúde, educação, etc, assim como a consideração ou não de nacionalidade histórica e a cooficialidade das respectivas línguas nacionais com a língua espanhola. Formam parte do ordenamento jurídico do Estado espanhol, mas seu regime de elaboração e aprovação é diferente do resto das leis estatais.

² O sistema de solidariedade econômica predomina na Espanha. Com exceção do País Basco e de Navarra, que detêm total competência de arrecadação de impostos, as comunidades autônomas

restrição fiscal da Catalunha entre a região e o governo central persistia desde o retorno à democracia, configurando mais uma das desavenças mais antigas entre os dois governos.

Fora do parlamento catalão, notou-se uma grande e importante ascensão de manifestações civis. Agora, viam-se nas ruas de toda região diversas manifestações a favor de uma independência da Catalunha. Em 11 de setembro, quando se comemora o dia nacional da Catalunha, também conhecido como *Diada*, as comemorações tornaram-se de fato grandes manifestações civis. Em 2012, a *Diada* foi celebrada com uma das maiores manifestações pró-separatismo, sob o lema “Catalunha: novo Estado da Europa”³. Estimou-se que mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas de Barcelona em favor da independência. A partir disso, a independência da Catalunha tem sido um dos principais focos da política catalã, tanto das contrárias quanto das que buscam a separação de fato.

Nesse novo ambiente, Cuadras-Morató (2016), afirma que a política catalã obedecia a uma nova dinâmica, onde ações elaboradas pela sociedade civil eram seguidas por reações das elites políticas nas instituições. Por exemplo, na *Diada* de 2013, a ANC (*Assemblea Nacional Catalana*, associação cujo objetivo principal é alcançar a independência da Catalunha) organizou uma corrente humana de 400 quilômetros, a *Via Catalana*, que ia da fronteira norte com a França a fronteira sul com Valência. Pouco depois, em dezembro, a *Generalitat* anunciou que as principais forças políticas haviam decidido a data (9 de novembro de 2014) e as perguntas do referendo de independência (“Quer que a Catalunha seja um Estado?” Se a resposta for positiva “Quer que seja um Estado independente?”)⁴.

Apesar de ter sido considerado ilegal pelo governo espanhol, o resultado acabou por pautar grande parte da esfera política da Catalunha dali em diante. O grande

dependem das concessões dadas pelo governo central. Logo, por ser uma das comunidades mais ricas do país, a Catalunha vê-se prejudicada em não ter controle total de suas receitas.

³ PIÑOL, Àngels. El independentismo catalán logra una histórica exhibición de fuerza. El País, Barcelona, terça-feira, 11 de setembro de 2012. Disponível em: <https://elpais.com/caa/2012/09/11/catalunya/1347375808_419590.html>. Acesso em: outubro 2017.

⁴ O evento que ficou conhecido como 9-N teve êxito total, de acordo com o então presidente Artur Mas. De acordo com os dados da *Generalitat*, um total de 2,305,290 milhões de pessoas compareceram às urnas. Em relação à pergunta 1, “quer que a Catalunha venha a ser um Estado?” as respostas obtidas foram: sim: 92%; não: 5%; em branco: 1%; outros: 2%. Na pergunta 2, “em caso afirmativo, quer que esse Estado seja independente?” as respostas alcançaram números significantes: sim: 88%; não: 11%; em branco: 1%.

objetivo do governo central agora vigorava em torno de uma independência completa da região, baseando-se no Direito de Decidir do povo catalão. A liderança do governo estabeleceu-se nessa nova fase, seguindo sob comando do CiU, vencedor das eleições regionais de 2012 e 2015. Contudo, grandes mudanças dentro da coalizão se configuraram.

O CiU é uma das coalizões mais importantes da política catalã desde sua transição. Durante os 20 primeiros anos, as políticas do chamado *pujolismo* foram bastante benéficas à Catalunha, dando estabilidade política e econômica à região. No centro de tudo isso, o CDC configurou-se como partido dominante da coalizão.

Para o CDC, a Catalunha é uma nação “com seus próprios antecedentes culturais, históricos, linguísticos, simbólicos e institucionais, que deve ser conciliado com as mudanças geradas pela globalização e a revolução tecnológica para se tornar um legado funcional e valioso para as gerações futuras” (GUIBERNAU, 2004, p. 126, tradução livre)⁵. Assim, para o CDC, em suas bases enquanto partido, o nacionalismo demonstra-se uma importante parte da cultura catalã, dando a ela um impacto progressista e democrático, visando sempre o desenvolvimento do bem-estar da coletividade nacional, principalmente em termos sociais e culturais. Um de seus objetivos imediatos é a defesa, proteção e fortalecimento da identidade catalã, obter o maior grau de liberdade política e de autonomia possíveis, mas com disposição para regenerar a Espanha. Além disso, o partido reconhece a Catalunha dentro da dimensão da União Europeia, desejando uma participação maior e mais ativa dentro da esfera do bloco.

Muitas coisas mudaram no retorno do CiU ao poder a partir de 2010, sob o comando de Artur Mas e mais tarde de Carles Puigdemont. A bibliografia existente aponta que de um discurso moderado que clamava por mais autonomia dentro da Espanha, o CiU passou a apoiar-se predominantemente em ideais independentistas. De acordo com Guinjoan e Rodon (2015), isso pode ter acontecido por dois motivos distintos: primeiro, para bloquear o crescimento do apoio ao principal partido pró-independência concorrente no eixo nacional, o ERC; e segundo, para desviar dos

⁵ “With its own cultural, historical, linguistic, symbolic and institutional background, which has to be reconciled with the changes generated by globalization and the technological revolution in order to become a functional and valuable legacy for future generations” (GUIBERNAU, 2004, p. 126).

diversos escândalos de corrupção em que o partido estava envolvido⁶. O que parece mais plausível é que a nova dinâmica entre sociedade civil e elite políticas, supramencionada por Cuadras-Morató, tenha refletido de forma mais intensa ao CiU, que para retornar ao comando da *Generalitat* passou a inclinar-se às vozes das ruas conferindo novos princípios para o partido, que até então mantinha um tom conservador em relação à independência.

O novo fôlego secessionista que tomou conta das manifestações civis a partir da década de 2000 pareceu introduzir ao CiU uma necessidade de renovação de ideais para que fosse possível retornar e se manter no governo. Depois de firmar a independência como principal objetivo político, contudo, a coalizão viu-se em uma crise interna. Enquanto o CDC encontrava-se empenhado no movimento de secessão, o UDC não concordava por completo com esses ideais, visto que seus ideais iniciais enquanto partido baseavam-se na defesa de uma Espanha plurinacional, apoiada a reforma da constituição e a instauração de um sistema federal. A coalizão dissolveu-se em 2015, quando o CDC se juntou ao principal partido independentista da Catalunha, e um de seus antigos concorrentes, o ERC, formando a coalizão JxSí (*Junts Pel Sí*). Ainda assim, dado seu histórico, o CDC segue sendo o principal partido dessa nova coalizão, obra de seus novos ideais. Artur Mas, líder do partido, da coalizão e da *Generalitat*, estava sendo processado na época pelo Tribunal Superior de Justiça da Catalunha por desobediência e prevaricação, por ter realizado o 9-N de forma ilegal. Com isso, antes mesmo de seu julgamento, sem apoio suficiente do parlamento para seguir presidente, decidiu indicar Carles Puigdemont ao cargo de presidente da Catalunha a partir de 2016, dando continuidade ao programa de independência.

A formação da nova coalizão JxSí e o surgimento de outros novos partidos e coalizões em decorrência de uma possível independência da Catalunha, bem como as decisões tomadas pelo governo de realizar um novo referendo em 2017, baseando-se na criação de leis que dão mais segurança ao processo, demonstra a seriedade do assunto. Desde 2010, o CDC vem reformulando seus ideais e em nenhum momento voltou atrás em suas decisões. Indo de encontro com os movimentos nas ruas, o partido manteve-se

⁶ Entre acusações de desvios de fundos, financiamento irregular e as acusações de Artur Mas por desobediência e prevaricação, o CiU parecia buscar apoio do eleitorado por meio de uma brusca mudança de discurso. Mais informações em: GARCÍA, Jesús. La corrupción de CiU y el desafío soberanista van al banquillo en 2017. El País, Barcelona, segunda-feira, 26 de dezembro de 2016. Disponível em: < https://elpais.com/ccaa/2016/12/24/catalunya/1482594032_989718.html>. Acesso em: novembro 2017.

no poder apesar das diversas mudanças, atraindo novos adeptos e sendo capaz de cultivar antigos eleitores. Outra importante mudança aconteceu em 2016, quando o CDC, mantendo a personalidade jurídica, passou a se chamar PDeCAT (*Partit Demòcrata Europeu Català*).

Pela movimentação nacionalista mais exacerbada e completamente voltada para o independentismo catalão se tratar de um episódio histórico muito recente e ainda em processo, as partes dele que podem ser analisadas com maior prudência são limitadas. Porém, em meio a tantos desdobres, nota-se que o PDeCAT (CDC, mais amplamente JxSí) segue no centro dos acontecimentos na Catalunha, atuando como peça chave tanto dentro do Parlamento quanto fora, correspondendo ainda ao maior partido agora de ideologia independentista.

Devido à inegável importância, esse trabalho tem como principal finalidade tentar responder *de que maneira se deu a principal mudança da retórica do CDC/PDeCAT, baseando-se nos discursos de seus líderes enquanto presidentes da Generalitat*. Além disso, *qual foi o papel do nacionalismo nessa mudança?* A hipótese a ser verificada é que as principais mudanças nas falas dos líderes transformaram-se de buscas por autonomia a busca por total independência, e ocorreram em função da nova dinâmica entre lideranças políticas com diversos interesses – cujo principal, incontestavelmente, era retornar ao poder – e a população, que passou a demandar a independência da região. Dentre os principais eventos que levaram a esse caminho, a reformulação do Estatuto de Autonomia de 2006 e a crise econômica a partir de 2008 parecem ter se confirmado como os acontecimentos que mais ampararam as manifestações civis, visto que geraram forte comoção entre a população em geral. Já em relação ao nacionalismo catalão, amparado em elementos civis, étnicos e econômicos, acredita-se ter solidificado sua finalidade política ao longo dos discursos, sendo utilizado como importante manobra para atingir o âmago dos nacionalistas mais ferrenhos aos mais moderados, em busca de um aumento do eleitorado e de maior apoio a nova causa independentista do partido e da coligação.

Serão cinco discursos trabalhados: os de 1980 e 1999 feitos por Jordi Pujol (o primeiro e o último de Pujol no comando da *Generalitat*), dando um panorama das mudanças no discurso no período do *pujolismo*; os de 2010 e 2012 de Artur Mas, também o primeiro e o último em sua presidência na *Generalitat*, que marcam o início

dessa nova retórica; e, finalmente, o de 2016 de Carles Puidgemont, já, de acordo com o próprio discurso como veremos, ambientado em um período de pré-independência.

A metodologia escolhida foi pesquisa qualitativa documental dos discursos, caracterizados essencialmente como documentos oficiais, e de documentos de apoio (como notícias e imagens). Na análise do conteúdo documental, é de extrema importância que se compreenda o contexto histórico no qual foi ele produzido, o âmbito sociopolítico que integra autor e público, independente da época em que o texto foi escrito (Almeida; Guindani; Sá-Silva, 2009) dando ainda mais razão para a escolha desse método.

A análise documental é composta por uma análise preliminar que contém cinco elementos necessários: o contexto histórico e social; o autor/autores; a autenticidade e confiabilidade do texto; a natureza do texto; e os conceitos-chave e a lógica interna, sendo necessária a compreensão do sentido dos termos utilizados ao longo do texto (CELLARD, 2008). Depois de feita a análise preliminar dos discursos e outros documentos nesse formato, pretende-se chegar à análise de fato, juntando todas as partes para assim fornecer uma interpretação coerente dos resultados em relação ao questionamento inicial do trabalho.

O contexto histórico e social é de suma importância para o presente trabalho. Ele comporá o segundo capítulo de forma integral, trazendo um panorama do histórico da Catalunha a partir de 1714 até acontecimentos recentes de 2017. Destacar-se-á cada período por anos, indicando em especial os momentos que servirão como contexto histórico, econômico, político e social em que se encontram os discursos a serem trabalhados na última fase, utilizando ainda outros documentos como notícias e pesquisas de opinião oficiais para dar suporte aos fatos. Outro elemento da análise preliminar que comporá o capítulo será a identificação dos autores dos discursos, abordando uma breve biografia dos presidentes Jordi Pujol, Artur Mas e Carles Puidgemont, de suma importância para a melhor compreensão dos motivos que os levaram ao mais alto cargo do governo catalão.

A autenticidade e confiabilidade, além da natureza e lógica do texto dos principais documentos são partes essenciais do método, e aqui são confirmadas para ajudar a solidificar as respostas que buscamos alcançar, visto que pouco pode se questionar autenticidade e confiabilidade no sentido de que se tratam de documentos

oficiais do governo de natureza política. Sua lógica também permanece quase sempre a mesma, tratando-se de discursos que traçam planos de governos.

Os conceitos-chave, juntamente com o contexto histórico, são os segmentos mais relevantes aqui. A partir deles, identificaremos nos discursos trechos, palavras, expressões e falas que mais auxiliarão nas descobertas para se chegar às respostas pretendidas. São esses conceitos que ajudam a elucidar a função de cada discurso e sua pertinência para o trabalho. Como proposta final da metodologia da análise documental, a análise final tem o papel de apresentar de forma mais clara os principais achados das análises preliminares, visando alcançar conclusões pertinentes a respeito das propostas iniciais do trabalho.

O presente trabalho está organizado em três partes: a primeira traz uma breve discussão sobre o uso político do nacionalismo; a segunda refere-se ao componente histórico do nacionalismo catalão, já dando início à análise preliminar; e a terceira exhibe os discursos, a continuidade da análise preliminar, a pesquisa de fato e a análise final.

A primeira parte refletirá algumas das principais interpretações sobre os conceitos que englobam os movimentos nacionalistas, focando especialmente nos tipos cívico, étnico e econômico, e no uso político de seus conceitos. Favorecendo as ideias de autores como Ernest Gellner e John Breuilly, importantes teóricos que trabalhavam com a ideia de nacionalismo moderno e predominantemente político, o capítulo trará contribuições que buscam demonstrar que, por mais que seja considerado um importante elemento subjetivo das nações (e nações sem Estado), o nacionalismo age como elemento político base para diversas ações políticas, como já foi demonstrado diversas vezes ao longo da história. Tratar-se-á de questões importantes dos principais tipos cívico, étnico e econômico, por meio de autores como Azar Gat, Montserrat Guibernau, Rogers Brubaker, Benedict Anderson, Stephen Shulman e Andreas Pickel, que aparecem dentro do discurso nacionalista catalão em geral, e a utilidade política desses em relação a temas como cidadania e soberania popular. Busca-se encontrar nisso um apoio teórico para as ações políticas tanto civis quanto das lideranças políticas na Catalunha.

A segunda parte abordará o histórico do nacionalismo catalão. Utilizaremos os estudos também de Montserrat Guibernau, da obra organizada por Xavier Cuadras-Morató, de autores como Luís Fernando de Carvalho, Christopher Connolly bem como

notícias e reportagens dos principais jornais espanhóis e catalães, como o El País, La Vanguardia e El Periódico. A partir de um dos eventos mais marcantes para os nacionalistas catalães, a tomada de Barcelona em 1714, o capítulo seguirá tratando do papel do nacionalismo catalão durante a Segunda República, focando então no período ditatorial de Francisco Franco. Tratando-se de um dos períodos mais conturbados da história da Catalunha, o franquismo tinha por objetivo eliminar as diferenças culturais dentro da Espanha, favorecendo a unidade nacional. A região já detinha alguma espécie de autonomia e um governo próprios, embora não tão amplamente estimados pelo estado espanhol. Apesar das diversas dificuldades e fatalidades, o nacionalismo catalão mostrou resistência durante todo período.

Depois, falar-se-á do período pós-transição democrática, o qual moldou a atual configuração política da Espanha, através do sistema das Comunidades Autônomas, abarcando as diferentes nacionalidades presentes no país. Dali em diante, o capítulo aborda o nacionalismo catalão a partir de seu recrudescimento, passando pelas mudanças políticas a partir dos anos 2000, chegando ao momento em que as reivindicações mais definitivas por independência começam a tomar forma. Trataremos do caminho e dos resultados do referendo de 2014 e suas consequências de forma mais aberta, visto que elas ainda estão em curso na região. O capítulo, por fim, ainda trará as contribuições sobre a relação da Catalunha com a União Europeia. Já nesse segundo capítulo dar-se-á início as primeiras fases da análise documental preliminar.

A última parte da composição do trabalho, finalmente, carregará a pesquisa em si. Aqui, o capítulo já expõe em sua parte introdutória as outras fases da análise preliminar tratando da autenticidade, confiabilidade e natureza dos discursos. Em seguida, apresentar-se-ão os discursos em ordem cronológica: começando pelo do ano de 1980, 1999, 2010, 2012 e 2016. Nessa apresentação, os conceitos-chave que darão sentido às hipóteses do trabalho estarão destacados e explicados. Por fim, a análise final fechará o capítulo, englobando as principais conclusões de toda a pesquisa.

Por se tratar de um tema bastante atual, poucas pesquisas a respeito de tópicos mais pontuais, como a mudança do discurso político em si, foram realizadas, especialmente fora do âmbito catalão e espanhol. A temática, apesar de local, trata de um movimento político importante que ainda é capaz de provocar reações de apoio e oposição em diversos locais do mundo. Assim, visa-se contribuir de forma modesta a um conteúdo com muito a ser explorado, que segue em progresso e necessita contínuo

aperfeiçoamento tanto teórico quanto prático para melhor compreendê-lo e defrontá-lo cada vez mais de forma objetiva.

1 OS TIPOS DE NACIONALISMO E SEUS USOS POLÍTICOS NA CATALUNHA

O nacionalismo é um fenômeno antigo amplamente analisado e cada vez mais atual. Sem um consenso sobre seu conceito, o momento exato de seu surgimento, e carregado de significados e características diversas, os movimentos nacionalistas oscilam em seu reaparecimento de acordo com o momento e as mudanças que impactam tanto o ambiente interno quanto externos dos Estados. Para além, em um mundo altamente interdependente e globalizado, o nacionalismo passa, por vezes, a ser objeto de preocupação tanto em termos políticos quanto econômicos. A emergência de movimentos nacionalistas exacerbados nas últimas décadas demonstra a atualidade desse debate⁷.

O reaparecimento de movimentos nacionalistas especialmente na Europa no final do século passado e início do atual apresentou uma necessidade de retomada do tema em um ambiente muito mais complexo. Nacionalismos minoritários, movimentos independentistas e irredentistas situam-se agora em um mundo interdependente onde a assimilação de suas demandas torna-se custosa e embaraçada, necessitando de uma revisão em suas teorias. Para Brubaker (1999):

Desde o final do século XIX até o presente, o estudo da nacionalidade e do nacionalismo tem sido marcado por ambivalência profunda e ambiguidade intratável. Por um lado, o nacionalismo tem sido associado ao militarismo, autoritarismo, paroquialismo, xenofobia, etnocentrismo, limpeza étnica, mesmo genocídio, caracterizou-se como a "vergonha política mais direta do século XX" (Dunn, 1979: 55). Por outro lado, a nacionalidade e o nacionalismo estão ligados à democracia, à autodeterminação, legitimidade política, integração social, religião civil, solidariedade, dignidade, identidade, sobrevivência cultural, cidadania,

⁷ A partir do final da II GM, movimentos nacionalistas eclodiram em diversas partes do mundo, com os movimentos de descolonização na África e na Ásia, durante e no pós-Guerra Fria no leste europeu (em especial na ex-república da Iugoslávia) e na Europa ocidental, com, por exemplo, os movimentos terroristas ETA (País Basco) atuando na Espanha, e IRA na Irlanda do Norte.

patriotismo e libertação do domínio estrangeiro (BRUBAKER, 1999, p. 55, tradução livre)⁸.

Primeiramente, não existe uma única definição para os conceitos de nação e nacionalismo. Em muitos casos, entende-se o nacionalismo como parte de um sistema de ideias (ou, ideologia), caracterizando-se como um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, cuja língua cultura e histórias são comuns, e a vontade para o futuro é a mesma. Já por nação, compreende-se como um produto moderno, exclusivo de um período recente da história (HOBSBAWM, 1990), ligado a uma população de um território formando uma comunidade baseada na cidadania e também em uma “comunidade de sentimento” (SØRENSEN, 2004). A nação, portanto, é uma comunidade política de afinidades, identidade e solidariedade, associada a um determinado povo, normalmente definido por uma cultura e sentimentos de familiaridade comuns em relação a um Estado (GAT, 2013). Ainda, para Benedict Anderson (2006), a nação é uma comunidade política imaginada, limitada e soberana. Visto que para o autor nem mesmo nas menores nações a maioria da população conhecerá seus companheiros, nem mesmo ouvirá sobre eles, existe na mente de cada um uma imagem de comunhão.

Ainda que essenciais para o entendimento da teoria nacionalista, os conceitos básicos de nação e nacionalismo servirão apenas como critérios iniciais para um estudo mais profundo de questões políticas envolvendo particularidades da teoria do nacionalismo. Buscar-se-á compreender os tipos de nacionalismo que se fazem presentes no discurso do nacionalismo catalão, explorando dentro da teoria os tipos cívico, étnico e econômico como alicerces para ações políticas. Enxergando o nacionalismo catalão tanto como baseado em uma tradição e uma língua comum antigos à própria construção da Catalunha, e também como conjunto de demandas por maior autonomia baseadas no direito de cidadania popular, estudaremos os tipos do nacionalismo que buscam tentar compreender e categorizar melhor as ações de estados e grupos que se apoiam em discursos e atuações rotuladas como nacionalistas.

⁸ “From its late nineteenth century to the present, the study of nationhood and nationalism has been marked by deep ambivalence and intractable ambiguity. On the one side, nationalism has been associated with militarism, authoritarianism, parochialism, xenophobia, ethnocentrism, ethnic cleansing, even genocide, it has been characterized as the “starkest political shame of the twentieth century” (Dunn, 1979: 55). On the other side, nationhood and nationalism have been linked to democracy, self-determination, political legitimacy, social integration, civil religion, solidarity, dignity, identity, cultural survival, citizenship, patriotism, and liberation from alien rule” (BRUBAKER, 1999, p. 55).

1. 1 ALGUNS PRECEITOS BÁSICOS SOBRE OS USOS POLÍTICOS DO NACIONALISMO

Ainda que possa ser considerado essencialmente um sistema de ideias, a tendência de generalizar o nacionalismo exclusivamente como ideologia ou doutrina pode falhar em compreender contextos e interações políticas importantes. Dois importantes teóricos nacionalistas definiram o termo baseando-se nessas ligações políticas. Ernest Gellner, a partir do processo de modernização principalmente econômica, afirmou que:

O nacionalismo é principalmente um princípio político, que sustenta que a unidade nacional deve ser congruente. O nacionalismo como um sentimento, ou como um movimento, pode ser melhor definido em termos deste princípio. O sentimento nacionalista é o sentimento de raiva provocado pela violação do princípio, ou o sentimento de satisfação despertado pelo seu cumprimento (GELLNER, 1983, p. 1, tradução livre)⁹.

Para ele e para os demais modernistas¹⁰, a construção do Estado moderno em torno de ações econômicas e políticas é o que liga as pessoas atualmente, gerando a criação de uma cultura onde o sentimento de pertencimento não mais se liga somente pelos laços históricos e culturais mais antigos. A industrialização tem um papel muito importante, visto que as economias desses estados industrializados agora dependem de uma cultura homogeneizadora, da instrução das massas e de um sistema educacional controlado pelo Estado (GUIBERNAU, 1997). O nacionalismo seria, então, uma reação à discriminação sofrida por grupos de regiões menos avançadas, principalmente quando persistem diferenças étnicas ou culturais significativas.

⁹ “Nationalism is primarily a political principle, which holds that the national unit should be congruent. Nationalism as a sentiment, or as a movement, can best be defined in terms of this principle. Nationalist sentiment is the feeling of anger aroused by the violation of the principle, or the feeling of satisfaction aroused by its fulfillment” (GELLNER, 1983, p. 1).

¹⁰ Teóricos da “Teoria da Modernização” como Gellner e Karl Deutsch atribuíram à modernização como maior acontecimento para a eclosão do nacionalismo. Difundida nas décadas de 1950 e 1960, em resumo, a teoria afirma que a evolução das sociedades ditas “tradicionais”, quando em contato com as sociedades “modernas”, aconteceria de maneira inevitável. Transformações sociais e econômicas das sociedades modernas se difundiriam para as tradicionais, que ao longo do tempo tornar-se-iam caracteristicamente modernizadas (SANTOS, 2010).

De forma resumida, John Breuilly referiu-se ao nacionalismo como termo usado “para se referir a movimentos políticos que procuram ou exercem poder estatal e justificam suas ações com argumentos nacionalistas” (BREUILLY, 1993, p. 2, tradução livre)¹¹. Também favorecendo a teoria modernista com maior foco na política, o autor afirmou que:

O aspecto central da modernização política é o desenvolvimento do Estado soberano e delimitado por fronteiras, como parte de um sistema de Estados em competição. Isso, por sua vez, é parte de uma passagem mais ampla para sociedades em que as funções principais (políticas, econômicas e culturais) concentram-se em instituições especializadas. A melhor maneira de compreender a política nacionalista é vê-la como algo que constitui, a princípio, uma espécie de resposta oposicionista à modernização política. (BREUILLY, 2000, p. 180).

Para esses teóricos, o foco também na questão política, proporcionou explicações mais cabíveis para o surgimento do nacionalismo, especialmente como forma de reação contrária aos determinados movimentos da modernização. Ainda dentro dessa ideia, e de suma importância para o melhor entendimento desse trabalho, visto que é o caso da Catalunha, devem-se compreender as atribuições do nacionalismo nas nações sem Estado, igualmente produtos do desenvolvimento moderno do Estado (principalmente em reação às políticas homogenizadoras) com finalidades políticas importantes.

Nações sem Estado referem-se a comunidades territoriais com uma identidade própria, geralmente baseada em uma cultura e história comuns, e um desejo de autodeterminação, inclusas em um ou mais Estados com os quais não se identificam (GUIBERNAU, 2004). O nacionalismo nas nações sem Estado emprega dois argumentos para legitimar seus discursos. São eles, de acordo com Guibernau:

Primeiro, um argumento político decorrente da Revolução Francesa (1789) e da Guerra da Independência Americana (1776). Isso diz respeito ao apoio à democracia e à soberania popular como princípios principais para legitimar a construção do estado moderno. Na França do final do século XVIII, a soberania foi tirada do rei e da aristocracia e colocada nas mãos da nação, que se entendeu incluir o "povo inteiro", embora, em primeira instância, assumisse-se que o máximo de cidadãos educados e esclarecidos deveriam orientar as pessoas e apresentá-las gradualmente à vida política. Em segundo lugar, um argumento cultural, intimamente relacionado com os princípios aprovados pelo nacionalismo romântico. Isso se refere ao valor da diversidade cultural e linguística, juntamente com a relevância das diferentes

¹¹ “The term 'nationalism' is used to refer to political movements seeking or exercising state power and justifying such actions with nationalist arguments” (BREUILLY, 1993, p. 2).

identidades que agora alcançam uma nova e sem precedentes saliência (GUIBERNAU, 2004, p. 10, tradução livre)¹².

Assim sendo, no nacionalismo nas nações sem Estado encontram-se, sobretudo, dois tipos de discursos que, como veremos na pesquisa, demonstram-se predominantemente políticos e centrais nas demandas por reconhecimento. Embora, como referido por Guibernau, o nacionalismo romântico esteja relacionado com fatores culturais e linguísticos, é possível apoiar-se neles como forma de sensibilizar a população para que essa exerça pressão para um maior reconhecimento, especialmente de uma nação sem Estado. O próprio Breuilly (1993) afirmou que as elites políticas perseguem seus interesses e para isso buscam o apoio das massas através de discurso nacionalista, sem comprometerem-se com as preocupações específicas dessas massas¹³. Muitas vezes, como veremos adiante no caso dos discursos catalães aqui trabalhados, o discurso emanado em tons emotivos apoia-se na identidade nacional construída há séculos e em outros pontos sensíveis à população.

A partir disso, compreende-se que mesmo correspondendo a um conjunto de crenças sobre a nação, tendo assim um componente subjetivo importante, o nacionalismo com o passar do tempo passou a ser compreendido também como um meio para se atingir um objetivo. Para Santos:

Independentemente de suas origens, foi a conjugação do poder de mobilização do nacionalismo com as instituições e o aparato estatal que potencializou o nacionalismo como fonte de legitimação e como a ideologia política dominante nos séculos XIX, XX e, ainda, neste início de XXI. (...) Os estudos empíricos sobre movimentos nacionalistas particulares realizados nas últimas décadas vêm confirmando o caráter artificial ou fabricado das nacionalidades criadas no século XIX e XX. A viabilidade de um movimento nacionalista tem relação bastante arbitrária com os padrões preexistentes de organização social, o que não quer dizer que a ideia de etnia, um território aceito como comum, uma língua ou uma cultura partilhadas não sejam bases

¹² “First, a political argument stemming from the French Revolution (1789) and the War of American Independence (1776). This concerns the endorsement of democracy and popular sovereignty as leading principles to legitimize the construction of the modern state. In late eighteenth-century France, sovereignty was taken away from the king and the aristocracy and placed in the hands of the nation, which was understood to include the ‘whole people’, although, in the first instance, it was assumed that the most educated and enlightened citizens would have to guide the people and introduce them gradually to political life. Second, a cultural argument, closely related to the principles endorsed by Romantic nationalism. This refers to the value of cultural and linguistic diversity together with the relevance of the different identities which now attain a new and unprecedented salience” (GUIBERNAU, 2004, p. 10).

¹³ Embora o autor tenha se referido a Estados politicamente frágeis, é possível fazer essa relação com a Catalunha em seu momento de maior fragilidade política desde o retorno da democracia na Espanha: a crise econômica e as alterações políticas que tomaram conta da região a partir da metade dos anos 2000, dois fatores que serão tratados ao longo do trabalho, dando ênfase a essa afirmação.

para a identidade ou para a consciência de comunidade. Porém, para que esta se torne nacionalista, deve ocorrer alguma forma de intervenção política (SANTOS, 2010, p. 40-41).

Um exemplo recente disso pode ser os acontecimentos que tomaram forma na Segunda Guerra Mundial. De acordo com Grosby (2005):

A crença de que a nação é o único objetivo digno de destino – uma afirmação que muitas vezes leva à crença de que a nação exige uma indiscutível e intransigente fidelidade. Quando essa crença sobre a nação se torna predominante, ela pode ameaçar a liberdade individual (GROSBY, 2005, p. 5, tradução livre)¹⁴.

Baseando-se firmemente nessa ideia de fidelidade à nação, e buscando oferecer aos indivíduos a oportunidade de se empenharem num projeto comum para um futuro melhor da mesma (GUIBERNAU, 1997), os movimentos nazistas e fascistas durante a Segunda Guerra Mundial fundamentaram suas ações políticas xenofóbicas e busca por coesão nacional nesse ideário nacionalista. Assim, o termo que anteriormente remetia aos movimentos de liberação nacional como a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos, como veremos mais adiante, passou a ter uma interpretação pejorativa, e a necessitar ser tratado com cautela por estudiosos e políticos.

Como parte das variadas explicações e definições que englobam todas as questões pertinentes ao nacionalismo, e que decorrem dos discursos nacionalistas nas nações sem Estado, a distinção entre nacionalismo cívico e étnico é uma das mais apresentadas para ajudar a sustentar movimentos nacionalistas, especialmente depois que o termo se tornou depreciativo. Apresentadas como opostos, o uso mais comum dessas definições é para distinguir Estados ou movimentos nacionalistas um dos outros, normalmente apresentado de maneira ideológica, entre um nacionalismo cívico “bom e legítimo”, e um nacionalismo “étnico e ilegítimo”¹⁵. Mais recentemente, o nacionalismo econômico passou a fazer parte dessas diversas espécies teóricas de identificação do

¹⁴ “Distinctive of nationalism is the belief that the nation is the only goal worthy of pursuit – an assertion that often leads to the belief that the nation demands unquestioned and uncompromising loyalty. When such a belief about the nation becomes predominant, it can threaten individual liberty”. (GROSBY, 2005, p. 5).

¹⁵ Historicamente, baseado nas ideias de Hans Kohn, essa distinção também é conhecida por diferenciar o nacionalismo da Europa ocidental, associado ao nacionalismo “bom” e cívico, e o nacionalismo da Europa oriental (e outras partes do mundo), agregado ao nacionalismo étnico e “mau” (BURBAKER, 1999), principalmente ligado ao mundo soviético. Essa distinção também foi posta em voga durante a Segunda Guerra Mundial, como antes relatado.

nacionalismo, e auxiliará de maneira efetiva a, em conjunto com os tipos supramencionados, esclarecer os eventos atuais na Catalunha.

Embora atualmente muitos movimentos separatistas ou nacionalistas não adotem nenhum tipo ou modelo de nacionalismo formalmente para basear suas políticas e ideias nacionalistas, visto que a grande maioria consiste em uma combinação dos dois critérios (GROSBY, 2005), parece essencial que elas se apoiem nessas tipificações normativas e analíticas para auxiliar na formulação de suas políticas, mesmo que de forma implícita. Tentaremos encontrar isso no nacionalismo catalão, definindo nesse primeiro capítulo seus principais ideais, e observando suas aplicações políticas e seus motivos durante a pesquisa apresentada ao final do trabalho.

1. 2 NACIONALISMO ÉTNICO

A importância do fator étnico e da longa duração da gênese nos fatos nacionais deu razão aos estudos de autores como John Armstrong e John Walker, que partiram do princípio que a nação já existia antes mesmo da descoberta do nacionalismo, baseando-se no senso de identidade étnica. Anthony Smith, também um dos principais estudiosos da teoria nacionalista afirmou que:

Para perenialistas, também, a nação é imemorial. Formas nacionais podem mudar e nações em particular podem se dissolver, mas a identidade de uma nação é imutável. Ainda assim a nação não é parte de nenhuma ordem natural, de modo que se pode escolher uma nação, e as próximas gerações podem construir algo novo sob suas antigas bases étnicas. A tarefa do nacionalismo é redescobrir e apropriar um passado submerso para melhor construir-se em cima dele. (SMITH, 1994, p. 18, tradução livre)¹⁶.

A partir dessa ideia de Smith, pode-se dizer que, mesmo para defensores da origem primordialista do nacionalismo¹⁷, ele não deixa de ser uma invenção moderna,

¹⁶ “For perennialists, too, the nation is immemorial. National forms may change and particular nations may dissolve, but the identity of a nation is unchanging. Yet the nation is not part of any natural order, so one can choose one’s nation, and later generations can build something new on their ancient ethnic foundations. The task of nationalism is to rediscover and appropriate a submerged past in order the better to build on it.” (SMITH, 1994, p. 18).

¹⁷ Tratando-se de outra das explicações clássicas da origem do nacionalismo, os primordialistas retratam o nacionalismo como fato anterior à criação moderna do Estado-nação, estando já presente no seio de grupos etno-culturais com caráter político, unidos por laços de ancestralidade (CARVALHO, 2015).

embora laços étnicos e históricos sejam questões mais antigas e profundas no seio dos grupos nacionais.

O autor ainda realçou, em um contexto moderno, a importância da função da identidade nacional como duradoura poderosa influência das identidades culturais e coletivas conhecidas. Segundo ele:

A necessidade de imortalidade e dignidade coletivas, o poder da história étnica, o papel das novas estruturas de classe e dominação dos sistemas interestatais no mundo moderno asseguram a continuidade da identidade nacional no comando das sujeições humanas por um longo tempo ainda, mesmo quando outras formas em escala maior, porém mais indeterminadas, de identidade coletiva surjam ao lado das nacionais (SMITH, 1991 apud GUIBERNAU, 1997, p. 11).

A visão de Smith é denominada de etno-simbolista. Primeiro porque realça a importância das etnias, que auxiliam a construção moderna das nações. Segundo, simbolista porque o autor enxerga os aspectos culturais simbólicos (como a língua, por exemplo) não como produto dos desenvolvimentos modernos do nacionalismo, mas sim como alicerces de suas composições. Segundo Roesler (2008, p. 48), o etno-simbolismo busca “ênfaticamente o que há de continuidade entre a vida social dos povos em um contexto pré-moderno e o tipo de formação social e política adotada posteriormente no âmbito de um mundo já modernizado”. Logo, entende-se que a etnicidade é um elemento altamente político, antes mesmo da emergência do Estado.

Espaços habitados por uma população etnicamente relacionada conduziam a expansão e surgimento de Estados mais amplos, facilitando o processo de unificação. Em outros casos, diferentes etnias e comunidades nacionais eram forçadas a unirem-se dentro de uma estrutura maior, seja por coerção do grupo étnico dominante, ou porque eram fracas demais para sobreviverem e foram “abrigadas” dentro de uma união multiétnica (GAT, 2013). Assim, quanto maior a dominação de determinado grupo étnico, mais forte ele se tornava e mais forte sua identidade tornava-se a identidade do Estado como um todo. De qualquer maneira, é notável que a etnia há muito confirma-se enquanto recurso político, visto que era utilizada como forma de coerção por grupos étnicos maiores.

A etnicidade sempre foi crucial na determinação da identidade, solidariedade e organização política dentro e entre os Estados, por isso sua estreita ligação com o nacionalismo. Contudo, Gat (2013) afirmou:

Ainda que noções como etnicidade sejam centrais em Estados e nações históricos, geralmente significando estado para um povo predominantemente definido em termos de uma cultura e parentesco compartilhados, o termo tornou-se uma grande inconformidade com o recente discurso nacionalista. Em função da profunda preocupação com as expressões horrendamente violentas de etnicidade e nacionalismo, há uma forte aversão em relação à ideia de que a etnicidade e a nação estejam intimamente relacionados (GAT, 2013, p. 6, tradução livre)¹⁸.

O autor referiu-se principalmente às violentas ações de movimentos nacionalistas como as dos regimes fascistas e nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, que ao apoiarem suas justificativas no nacionalismo, acabaram relacionando-as à xenofobia e à ideia de limpeza étnica, além de conflitos mais recentes que se utilizaram dessa mesma premissa, como a Guerra da Bósnia e no Kosovo.

A importância da língua e cultura catalãs, bem como do discurso catalão de tradição e continuidade enquanto elementos ligados ao nacionalismo étnico faz com que ele seja um dos alicerces do nacionalismo catalão, tanto daqueles que são a favor da independência, quanto dos favoráveis a uma unidade nacional espanhola. Ainda, uma grande maioria de nacionalistas catalãs defende, há muito tempo, que a Espanha reconheça-se como Estado plurinacional, admitindo a existência de um país multinacional com maior reconhecimento autonômico (GUIBERNAU, 2004). Esses elementos também dispõem de uma aplicação política nas ações práticas do governo para por em ordem a independência da região, como veremos no último capítulo, em conjunto com outras características de tipos de nacionalismo como veremos a seguir.

1. 3 NACIONALISMO CÍVICO

Habitualmente posto em contraste com o nacionalismo étnico, o nacionalismo cívico baseia suas premissas no pertencimento político, em uma cidadania comum e em instituições políticas compartilhadas (GAT, 2013).

¹⁸ “And yet notions such as ethnicity having been central in historical states and nationhood generally meaning statehood for a people predominantly defined in terms of a shared kin–culture identity have become largely out of step with the recent discourse on nationalism. Because of deep concern over the horrendously violent expressions of ethnicity and nationalism, there is a strong aversion toward the idea that ethnicity and the nation are intimately related”. (GAT, 2013, p. 7).

Nesse tipo de nacionalismo, os aspectos étnicos ou linguísticos têm menos importância. De acordo com Carvalho:

Esse conceito liberal-revolucionário verá a nação como a soma dos cidadãos que livremente decidem unir-se para estabelecer uma nova soberania, a nacional, que justifica um sistema jurídico sem precedentes. Está acima das diferenças linguísticas, religiosas, raciais, históricas ou culturais que possa haver entre os cidadãos. A nação seria o produto da vontade geral, um conceito puramente político, à margem de qualquer consideração etno-cultural (CARVALHO, 2015, p. 33).

Exemplos da ascensão do estado nacional enquanto personalidade de autodeterminação jurídica tiveram origem na Revolução Americana de 1776 e na Revolução Francesa de 1789. Nesses casos, a ordem política estabeleceu os critérios da nação, e, assim, o próprio Estado ajudou na construção da mesma. No nacionalismo étnico, como visto, a nação é o alicerce para a construção do Estado¹⁹.

As revoluções supramencionadas marcaram o fim do modelo da legitimação dinástico-religiosa e o surgimento do senso de comunidade nacional como fonte de legitimidade (SANTOS, 2010). Também, para Guibernau (1997, p. 60), a ascensão desse estado nacional é “produto de um processo multidimensional que mudou as relações de poder na sociedade”. Estando relacionado à teoria da origem modernista do nacionalismo²⁰, o nacionalismo cívico é composto de elementos importantes como a cidadania e a soberania popular.

Para Guibernau (1997), o conceito de cidadania está intimamente ligado à ideia de soberania popular. Enquanto durante a Idade Média o conceito de cidadania representava a relação dos direitos e deveres livremente exercidos numa cidade ou vila,

¹⁹ Importante salientar desde já que, a título de análise, as tipificações são importantes. Contudo, concorda-se com Gat que na prática, como diz em sua afirmação: “No entanto, como alguns estudiosos notaram, essa distinção é muito exagerada. As instituições cívicas têm sido variadamente fundamentais para a composição das nações. Mas houve poucas nações, se houver, cuja existência era separada da etnia, ou seja, que não compartilhava afinidades culturais e pelo menos algumas afinidades de parentesco. Na realidade, o nacionalismo cívico também - de fato, o nacionalismo civil em particular - gera assimilação na comunidade etnonacional, seja como um requisito explícito ("republicano") ou como uma suposição tácita” (GAT, 2013, p. 7).

²⁰ Outra explicação clássica para a origem do fenômeno, considera-se que os nacionalismos são invenções políticas modernas, que envolvem predominantemente fatores econômicos que vem transformando a sociedade há séculos (GELLNER, 1983). Para ele e para os demais modernistas, a construção do Estado moderno em torno de ações econômicas e políticas é o que liga as pessoas atualmente, e gera a criação de uma cultura onde o sentimento de pertencimento não mais se liga somente pelos laços históricos e culturais mais antigos.

nos séculos XVIII e XIX o conceito foi restaurado em um papel político, dando sequência à ampliação de seu conceito por meio da proliferação de estudos do direito e da história. Nas palavras de Guibernau (1997), citando Kedourie (1960):

O conceito de soberania popular no século XVIII era destinado ao “povo todo”, ainda que, em primeiro lugar, se tenha suposto que os cidadãos mais educados e esclarecidos teriam de guiar as pessoas e conduzi-las de forma gradativa à vida política. Quando os revolucionários afirmaram que o princípio da soberania reside essencialmente na nação, pode-se entender que eles declararam a nação ser mais do que o rei e a aristocracia. A autodeterminação nacional revelou-se uma das mais frequentes interpretações da soberania popular: “Com base no princípio defendido pelos revolucionários, o título de todos os governos então existentes foi posto em discussão, uma vez que não obtiveram da nação a sua soberania, mas foram usurpados com os quais nenhuma concordância precisava ser obrigatória, e aos quais os súditos não deviam nenhuma vassalagem”. Os novos princípios introduziram um novo estilo de política, em que a expressão da vontade passou por cima dos pactos e tratados, dissolveu a vassalagem e, por mera declaração, tornou ilícito qualquer ato. (GUIBERNAU, 1997, p. 62).

Assim, especialmente a partir da Revolução Francesa, deu-se início a uma lenta e árdua busca pelos direitos de cidadania concretos, especialmente pelos direitos políticos de participação direta no processo de governar. Todo esse movimento tornou possível o aparecimento do nacionalismo moderno, sendo esse um atributo e uma necessidade sociológica da modernização (SANTOS, 2010). Onde antes a monarquia, por direito divino, era mecanismo para invocar ligação emocional, agora a nação, estreitamente conectada ao senso de “povo”, passou a ser foco de uma nova espécie de ligação.

Para Benedict Anderson (2006), três conceitos foram enfraquecidos ou abandonados para que o sentimento nacional fosse despertado. São eles, em resumo: a) a crença que determinada língua oferecesse acesso privilegiado à verdade e à divindade; b) o entendimento de que os monarcas eram distintos dos demais seres humanos e; c) a concepção de tempo que confundia a história com a cosmologia (SANTOS, 2010). Logo, percebe-se que, a partir do momento que há negação desses conceitos com total natureza imaginária, o sentimento nacional, igualmente imaginado, torna-se legítimo, dado mais poder ao povo. Assim, como anteriormente explicado, e com base nas mudanças da era moderna, o sentimento nacional passa a se fixar na mente da população como algo inerente a eles próprios.

A superação desses fundamentos produz o advento da consciência de uma nova ordem em ascensão, cuja legitimidade passaria a repousar sobre um sistema secular de

lealdades, construído concomitantemente ao desmanche do antigo. A população (compreendido como habitantes de um território), passa à categoria de povo, componente de uma comunidade cativa a uma soberania, a nação, ela própria um ente em construção. Eventos históricos, memórias e padrões étnicos são sistematicamente recuperados e reescritos de forma a preservar as raízes e servir de fundamentos para aspirações futuras, de referência ao sentimento de pertencimento objeto de interpelação nacionalista. O nacionalismo evoca e renova o sentimento de pertencimento nacional de forma a mobilizar a população no âmbito de um projeto político.

Para a Catalunha, todos esses momentos mostraram-se essenciais na construção de seu próprio nacionalismo. Como apontado por Carvalho (2015), aqueles que defendem a Catalunha como nação além de destacarem a larga existência histórica de uma entidade étnico-cultural baseada na língua e nas tradições da região acabam também por depositar seus argumentos no nacionalismo cívico. É o exemplo a “Declaração de Soberania e o Direito a Decidir do Povo da Catalunha”, documento aprovado pelo parlamento catalão em 2013 como parte inicial do processo de decisão da Catalunha que demonstrou isso em seu preâmbulo, o qual afirmou que:

O povo catalão, ao longo da sua história, manifestou democraticamente a sua vontade em autogovernar-se, com o objetivo de melhorar o progresso, o bem-estar e a igualdade de oportunidades de todos os cidadãos, bem como de reforçar a sua cultura e identidade coletiva. A vontade de autogoverno da Catalunha baseia-se igualmente nos direitos históricos do povo catalão, das suas instituições seculares e da tradição jurídica catalã (DECLARAÇÃO DE SOBERANIA E DO DIREITO A DECIDIR DO POVO DA CATALUNHA, 2013).

Embora a diferenciação entre esses tipos de nacionalismo seja essencial em alguns casos, especialmente quando o nacionalismo étnico passou a associar-se a fatores de exclusão, muito graças aos movimentos nazistas e fascistas, e visto como “mau”, enquanto o movimento cívico era visto como “bom”, em função de seu fator de unidade por consentimento de determinados Estados, existe uma dificuldade em separá-los por completo no caso da Catalunha. Desde as leis de normalização da língua catalã até a busca pelo direito a decidir baseado no direito a autodeterminação, o nacionalismo catalão perpassa as diversificações tipificações. Aprofundaremos esse debate nos próximos capítulos. Para tanto, ainda é importante investigar o nacionalismo econômico enquanto importante suporte para o momento mais atual da Catalunha.

1. 4 NACIONALISMO ECONÔMICO

O termo nacionalismo econômico em geral é associado aos objetivos da política externa dos nacionalistas. Normalmente usado como sinônimo de mercantilismo ou protecionismo para se referir ao uso de diversas formas de restrição ao capital estrangeiro e outras formas de intervenção estatal em reação a políticas do mercado internacional (SHULMAN, 2000), diversos estudos visam identificá-lo melhor em uma ligação mais complexa com as questões nacionais.

Para Shulman (2000, p. 366, tradução livre) “um problema em equiparar a política econômica externa dos nacionalistas com o mercantilismo é que o mercantilismo é anterior ao surgimento do nacionalismo na Europa”²¹. O mercantilismo inglês teve início no final do século XV, o espanhol nos anos 1500 e 1600, enquanto o francês atingiu seu pico no final de 1600. O autor ainda acordou com o consenso do nacionalismo enquanto fenômeno moderno e influenciador dos atores políticos a partir da época da Revolução Francesa.

Outro problema da visão convencional a respeito do nacionalismo econômico reside na interpretação dele como similar às políticas protecionistas:

Por exemplo, em seu livro *The Political Economy of Nationalism*, Dudley Seers (1983) equipara o nacionalismo com o protecionismo sem teórica, para dizer nada empírica, ligação dos dois. O livro, de fato, investiga apenas o protecionismo, e não o nacionalismo. Do mesmo modo, Gilpin (1987: 33) argumenta que “na sua forma mais malévola, o nacionalismo econômico é a condução da guerra econômica” sem produzir qualquer evidência de que os nacionalistas são mais propensos a apoiar ou empregar a guerra econômica do que os não-nacionalistas e muito menos um análise de por que os nacionalistas são mais propensos a essa atividade. Uma explicação comum sobre por que os nacionalistas apoiam o “nacionalismo econômico” afirma que eles procuram promover os interesses da nação acima de tudo, enquanto a doutrina do livre comércio promove os interesses de indivíduos ou da raça humana como um todo. (...) Mas a ideia de que os nacionalistas perseguem políticas mercantilistas ou protecionistas porque buscam promover a riqueza e a força da nação ou do estado que a representa, ignora o fato de que, na prática, a doutrina econômica liberal persegue objetivos fundamentalmente semelhantes (SHULMAN, 2000, p 367, tradução livre)²².

²¹ “One problem with equating the foreign economic policy of nationalists with mercantilism is that mercantilism predates the rise of nationalism in Europe” (SHULMAN, 2000, p. 366).

²² “For example, in his book *The Political Economy of Nationalism*, Dudley Seers (1983) equates nationalism with protectionism with no theoretical, to say nothing of empirical, linkage of the two. The book in fact investigates only protectionism, not nationalism. Likewise, Gilpin (1987:33) argues that “in its most malevolent form, economic nationalism is the conduct of economic warfare” without producing any evidence that nationalists are more likely to support or employ economic warfare than are non-nationalists, much less an analysis of why nationalists are more prone to such activity. One

Seguidamente aplicada, também de acordo com a visão convencional, como política econômica antagônica ao liberalismo econômico, Andreas Pickel (2003) é um dos autores que rejeitou essa ideia, afirmando ainda que:

O nacionalismo econômico é mais bem entendido como um fenômeno genérico que pode acomodar quase todos os conteúdos doutrinários, incluindo o liberalismo econômico. O nacionalismo econômico não é tanto sobre a economia como sobre a nação – as dimensões econômicas dos nacionalismos específicos só fazem sentido no contexto de um discurso nacional particular, e não no contexto de debates gerais sobre a teoria e a política econômicas. Como o nacionalismo em geral, o nacionalismo econômico não é adequadamente conceituado como ideia ou doutrina, já que o nacionalismo é ao mesmo tempo sempre - integrador ou contencioso – ação política. Ou seja, os atores políticos específicos e suas situações problemáticas devem ser explicitamente levados em consideração ao explicar os nacionalismos econômicos. O nacionalismo como ideologia econômica e como ação política ocorre dentro de sistemas econômicos, políticos e culturais nacionais e transnacionais particulares. O nacionalismo econômico como uma ideia ou política, portanto, não pode ser explicado ou avaliado fora de tais contextos históricos (PICKEL, 2003, p. 122, tradução livre)²³.

Assim sendo, o nacionalismo econômico deve ser mais bem compreendido do ponto de vista das explicações nacionalistas em seus contextos específicos, desfavorecendo ainda mais a ideia errônea da uma explicação generalista tanto da teoria nacionalista, quanto econômica.

Pickel ainda fala sobre a ideia do enfraquecimento do Estado-nação a partir do advento da globalização econômica. Segundo ele, enquanto a globalização econômica é um atalho conveniente para referir-se às mudanças econômicas globais, o declínio e até mesmo o fim do Estado-nação não são consequências delas. Primeiro porque

common explanation for why nationalists support “economic nationalism” contends that they seek to promote the interests of the nation above all, while free trade doctrine promotes the interests of either individuals or the human race as a whole. (...) But the idea that nationalists pursue mercantilist or protectionist policies because they seek to promote the wealth and strength of the nation or the state that represents it ignores the fact that in practice liberal economic doctrine pursues fundamentally similar ends (SHULMAN, 2000, p. 367)”.

²³ “Economic nationalism is better understood as a generic phenomenon that can accommodate almost any doctrinal content, including economic liberalism. Economic nationalism is not so much about the economy as it is about the nation – the economic dimensions of specific nationalisms make sense only in the context of a particular national discourse, rather than in the context of general debates on economic theory and policy. Like nationalism in general, economic nationalism is not adequately conceptualised as idea or doctrine, since nationalism is at the same time always – integrative or contentious – political action. That is, specific political actors and their problem situations must be explicitly taken into account when explaining economic nationalisms. Nationalism as economic ideology and as political action occur within particular national and transnational economic, political and cultural systems. Economic nationalism as an idea or policy, therefore, cannot be explained or evaluated outside of such historical contexts” (PICKEL, 2003, 122).

“globalização econômica foi projetada por determinados Estados-nação e continua a ser moldada por eles. Segundo, dado o significado contínuo das economias nacionais, os estados continuam a ser os atores centrais em todas as economias políticas” (PICKEL, 2003, p. 113, tradução livre)²⁴. Logo, o Estado-nação ainda é o melhor lugar para lidar com conflitos sociais e problemas de redistribuição causados por políticas econômicas tanto internas quanto externas.

Assim como a literatura do nacionalismo que o trata exclusivamente como ideologia ou doutrina acaba perdendo contextos importantes de interação política, o nacionalismo econômico da mesma forma deve ser entendido como produto de ação política em um contexto histórico específico em vez de uma doutrina econômica em um contexto universal de ideias. O nacionalismo econômico é uma dimensão específica do nacionalismo em geral, não podendo ser examinada adequadamente através da teoria econômica. O nacionalismo enquanto ação política ocorre dentro de uma nação econômica, política e cultural particular, não podendo, logo, ser explicado e avaliado em termos gerais, mostrando a importância da contextualização.

A importância dessa redefinição de nacionalismo econômico é muito importante no caso catalão. Enquanto um nacionalismo minoritário, dentro de uma outra nação, cujas ações principalmente econômicas são bastante limitadas pelo governo central, o apelo econômico do nacionalismo catalão gira em torno de sua falta de controle fiscal e de crédito dentro da região, além de apoiar-se em seu potencial de grande economia dentro da União Europeia. Segundo Shulman (2000):

O incentivo nacionalista orientado pela autonomia por um alto grau de autarquia econômica, moderado como é por incentivos contrários à integração devido às suas consequências sobre a força econômica e a diversificação econômica, aplica-se a nações majoritárias (ou nações minoritárias que controlam o estado). Para essas nações, a principal ameaça de controle sobre a economia nacional vem do exterior. Mas, para a maioria das nações minoritárias, a principal ameaça à autonomia política e econômica vem do estado, ou seja, da nação que controla o aparelho estatal. Como resultado, como vários estudiosos começaram a apontar, na medida em que os nacionalistas minoritários são motivados por um desejo de autonomia, pressionarão para a integração econômica internacional da(s) unidade(s) administrativa(s) sub-estadual(s) onde a nação é territorialmente concentrada (SHULMAN, 2000, p. 370, tradução livre)²⁵.

²⁴ “Economic globalisation has been engineered by certain nation-states and continues to be shaped by them. Secondly, given the continued significance of national economies, states remain the central actors in all political economies (PICKEL, 2003, p. 113).

²⁵ “The autonomy-driven nationalist incentive for a high degree of economic autarky, tempered as it is by contrary incentives for integration because of its consequences on economic strength and economic

O desenvolvimento de laços econômicos estrangeiros entre um nacionalismo minoritário e Estados estrangeiros é uma forma de diversificação econômica que pode reduzir a vulnerabilidade do nacionalismo minoritário em relação à nação a que pertence. De acordo com Michael Keating (1996): “escapar da dependência do Estado central pode implicar uma maior dependência do mercado internacional” (KEATING, 1996 apud SHULMAN, 2000, p. 370, tradução livre)²⁶. Assim, embora pareça um paradoxo que a Catalunha queira se tornar independente e ao mesmo tempo fazer parte da União Europeia, esse parece ser um dos motivos estruturais para isso. Além de sua população deter diversos direitos enquanto cidadãos europeus, a capacidade de integração de atenuar a soberania de um Estado em relação às suas minorias oferece aos minoritários nacionalistas um forte incentivo para apoiar os laços econômicos internacionais do Estado.

Embora não tenha um nacionalismo econômico já próprio, a Catalunha parece usá-lo como justificativa para suas ações independentistas, como mais uma forma de legitimar seu processo de independência, baseando-se na ideia econômica não de protecionismo, mas sim de maior crescimento nacional e bem-estar para sua população, além de buscar diversificar ainda mais sua economia em parcerias diretas com a UE. Embora não exista maneira de se confirmar esse sucesso econômico, os líderes catalães fundamentam desde muito que a intervenção do governo central nesse ponto não favorece o crescimento e o potencial da região.

Conforme Castells (2014) o foco principal de uma possível secessão deve ser o *trade-off* entre a eliminação dos fluxos fiscais negativos com o resto da Espanha, e as perdas do potencial declínio de vendas ao mercado espanhol, que segue sendo seu principal parceiro comercial. Existem ainda pontos cruciais a se considerar, como os possíveis benefícios econômicos derivados do poder de poder tomar decisões, os custos de uma possível saída da zona do euro, os efeitos da fragmentação do mercado

diversification, applies to majority nations (or minority nations that control the state). For such nations, the main threat to control over the national economy comes from abroad. But for most minority nations, the main threat to political and economic autonomy comes from within the state — namely, from the nation that controls the state apparatus. As a result, as several scholars have begun to point out, to the extent that minority nationalists are motivated by a desire for autonomy, they will push for international economic integration of the sub-state administrative unit(s) where the nation is territorially concentrated” (SHULMAN, 2000, p. 370).

²⁶ “Escaping dependence on the central state may entail increased dependence on the international market” (KEATING, 1996 apud SHULMAN, 2000, p. 370).

espanhol, alocação de parte da dívida da Espanha, o efeito-fronteira²⁷, entre outros. Veremos adiante o papel dessas questões nas mudanças nos discursos do CiU/CDC.

1. 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Compreendendo que as variadas explicações sobre a temática nacionalista são foco de divergências desde a sua concepção enquanto fenômeno social, optou-se por trabalhar-la a partir das interpretações mais conhecidas de suas tipificações, que tem acentuada relação com os principais ideários do discurso nacionalista catalão como um todo. Como bem posto por diversos autores trabalhados ao longo do capítulo, o nacionalismo é sempre melhor absorvido quando entendido em um contexto específico, sendo impossível generalizar tanto o termo quanto suas explicações.

A diferenciação entre os tipos étnico e cívico, já enraizados nas explicações mais antigas das origens do nacionalismo, tornou-se fator de precaução e urgência a partir do momento em que passou a ser associada a eventos trágicos que ocorreram entre a segunda e a primeira metades dos séculos XX e XXI. Fundamentado nisso, observou-se que, por mais simplistas que pareçam, as tipificações têm um papel político bastante importante. O nacionalismo econômico, da mesma forma associado a formas não tão positivas como protecionismo e oposição a políticas do mercado internacional, também passou a fazer parte da gama de tipos e ações políticas de movimentos nacionalistas como coeficiente importante para buscar justificar determinadas condutas.

No caso catalão, embora seja possível identificar tipos predominantes em muitos momentos como anteriormente demonstrado, observa-se que, em geral, existe uma junção de todos eles para auxiliar a justificar o atual discurso de vontade de independência: o apoio à língua e à cultura, ao direito de decidir e à independência como forma de plena realização econômica são apenas alguns dos principais fatores mais conhecidos do nacionalismo catalão, contêm elementos claros de embasamento nas tipificações, mas não fazem sentido se encontrarem-se sozinhos no discurso, principalmente para o objetivo político atual de independência da Catalunha. Existe uma

²⁷ O efeito-fronteira, em resumo, prevê que a existência de uma fronteira internacional reduz significativamente o comércio entre dois territórios (CASTELLS, 2014).

necessidade de conectá-los a interesses políticos muito maiores que uma mera vontade nacionalista.

Como colocado por Scott Greer (2007), em seus estudos sobre o nacionalismo catalão e escocês:

Estudos sérios da política nacionalista quase uniformemente concluem que qualquer identidade grupal tem seus debates políticos internos, seus demônios e suas virtudes, seu potencial de fanatismo e seu potencial de inclusão. Ambos os meios nacionalistas escoceses e catalães – seja formalmente organizado por partidos nacionalistas ou não – têm muitos intelectuais e ativistas preocupados com a manutenção de uma identidade nacional inclusiva, tolerante e condenando a violência ou a fanatismo. Contudo, esse é um resultado político; diz-nos que a Escócia e a Catalunha têm algo a nos ensinar, uma vez que algumas sociedades não têm políticas tão insistentes de autonomia e tolerância territorial. O simples fato de que os intelectuais e líderes escoceses e catalães colocarem esse esforço para manter sua política nacional liberal e tolerante sugere que a explicação para suas características e resultados desejáveis não é apenas nas suas identidades nacionais, mas também em suas políticas (GREER, 2007, p. 26-27, tradução livre)²⁸.

A partir disso, entende-se que o uso teórico das explicações nacionalistas no caso catalão serve como justificativa para suas ações políticas mais específicas, dando pouca importância em encaixá-lo em uma definição exata. Assim, interpreta-se que há, também, no caso catalão, uma superação em relação aos usos contraproducentes dessas tipificações, tornando-as mais complexas do que uma simples definição entre boa ou má, como historicamente definido em alguns casos. A pesquisa final poderá trazer uma confirmação mais efetiva para essa questão.

A Catalunha segue como um dos casos de nacionalismo mais emblemáticos das últimas décadas. As mudanças dos últimos anos demonstram que a teoria nacionalista segue sendo importante para a melhor compreensão das ações dos políticos e da população catalã, mas que cada vez mais parece necessitar do apoio de outras teorias políticas e sociais que sustentem e expandam cada vez mais a lógica política de determinadas ações. Isto posto, embora a Catalunha seja normalmente associada às

²⁸ “Serious studies of nationalist politics almost uniformly conclude that any group identity has its internal political debates, its demons and its virtues, its potential for bigotry and its potential for inclusion. Both Scottish and Catalan nationalist milieus—whether formally organized by nationalist parties or not—have many intellectuals and activists concerned with maintaining an inclusive, tolerant national identity and stamping down violence or bigotry. That is a political outcome, though; it tells us that Scotland and Catalonia have something to teach us, since some societies do not have such insistent politics of territorial autonomy and tolerance. The mere fact that Scots and Catalans intellectuals and leaders put such effort into maintaining their tolerant, liberal national politics suggests that the explanation for their desirable characteristics and outcomes lies not just in their national identities but also in their politics” (GREER, 2007, p. 26-27).

paixões e reações elucidadas pela teoria nacionalista, as recentes mudanças denotam uma emergência de novas ou reformuladas teorias resultantes das dinâmicas entre população e elites políticas, e especialmente da relação entre uma nação sem Estado com um objetivo final de independência em uma região altamente integrada, com instituições e políticas já a nível supranacional.

2 ANÁLISE CONTEXTUAL: HISTÓRICO DO NACIONALISMO CATALÃO E DO CDC/PDECAT

A região da Catalunha constitui uma Comunidade Autônoma dentro da Espanha. O estado espanhol estabelece-se, hoje, como um Estado unitário, com uma centralização mais econômica do que administrativa, composto por duas cidades e dezessete comunidades autônomas (*Estado de las Autonomías*), com a Catalunha, o País Basco e a Galiza a frente das demandas desse processo. O governo catalão hoje é regido pela *Generalitat*, sistema institucional composto pelo *Parlament*, que elabora e aprova a legislação da região, o Conselho Executivo, que administra o governo e decide sobre as políticas, formado pelos ministros e pelo Presidente, que tem o papel mais importante no governo.

A Catalunha é, desde seu surgimento, uma das regiões mais prósperas da Espanha. Outro problema histórico é o de integração entre a região e a Espanha, que existe, pelo menos, desde a Guerra de Sucessão do século XVIII. A tomada de Barcelona pelo rei Felipe V em 1714 marca, para grande parte dos nacionalistas ferrenhos, o começo da dominação espanhola na região, que, de acordo com os discursos mais intensos, perdura até hoje. Outro grande problema caracteriza-se a partir disso, tratando da assimetria histórica entre os poderes econômicos e políticos entre governo central e governo local, data também dessa época (CASTELLS, 2014).

Porém, foi durante o período ditatorial na Espanha, sob o comando de Francisco Franco, um dos mais conturbados para a Catalunha, que essa hostilidade se acirrou. Dando completo fim aos direitos já conquistados até 1936, Franco visava a unificação da Espanha e o aniquilamento total das nacionalidades históricas que vivenciavam sua própria língua, cultura e dispunham de diferentes graus de controle sobre suas própria

regiões. A resistência catalã, tanto dentro quanto fora da Espanha sempre se mostrou empenhada em seguir lutando contra a repressão, buscando manter viva sua identidade.

Com o fim da ditadura, a agora democrática Espanha configurou-se em forma de Estado unitário, e passou a reconhecer suas nacionalidades históricas e a formar comunidades autônomas. Na Catalunha, o governo autônomo foi restabelecido, e a região passou a ter controle administrativo mais significativo. A questão econômica, no entanto, continuava sendo gerenciada em sua maior parte pelo governo nacional.

Desde então, a região encontra-se em um ambiente democrático e globalizado, e, dentro da União Europeia, alcançou seu lugar como importante território econômico. O cenário começou a mudar na metade dos anos 2000, quando a crise econômica mundial devastou a economia espanhola, atingindo por completo as comunidades autônomas. Além disso, as mudanças estatutárias feitas pelo governo espanhol no novo Estatuto de Autonomia de 2006 atribuíram uma espécie de amargura ao povo catalão, que se obrigou a remover do preâmbulo de seu novo estatuto o conteúdo que afirmava a Catalunha como uma nação.

Esses dois elementos, o aprofundamento da crise e um maior sentimento de repressão da Espanha parecem ter contribuído para um novo rumo às reivindicações catalãs. Se antes a maioria da população e o próprio governo buscavam primariamente maior autonomia, o discurso agora girava em torno da independência da região. O movimento nacionalista mais acentuado passou a fazer parte da agenda política, e a partir de 2010, as manifestações do Dia Nacional da Catalunha (11 de setembro) tornaram-se o emblema desse novo momento.

Pretende-se, ao longo desse capítulo, além de descrever historicamente cada um desses momentos de forma detalhada destacando cada período, inserir-se de imediato na análise metodológica preliminar da análise documental, tratando especificamente nesse capítulo do contexto político, econômico, social e cultural em relação aos momentos correspondentes aos discursos que serão tratados no próximo capítulo. Como parte, também, da análise preliminar, discorreremos sobre a biografia e os papéis dos presidentes do CDC/PCdeCAT, Jordi Pujol, Artur Mas e Carles Puigdemont enquanto autores dos discursos de posse a serem tratados no último capítulo. A continuidade das fases análise preliminar acontecerá, então, no capítulo seguinte, englobando finalmente

os discursos de posse presidenciais enquanto documentos primordiais para a análise final.

Trataremos, também, das angústias em relação à União Europeia. A permanência da Catalunha dentro do âmbito da UE é de extrema importância para a economia da região. Por questões tanto monetárias (especialmente em função do euro) quanto puramente comerciais, a saída imediata da união aprofundaria ainda mais a possível crise que a Catalunha se encontraria caso se tornasse independente. O bloco não tem, em sua constituição e em seus tratados, uma espécie de resposta oficial caso haja uma sucessão unilateral de um território de algum de seus Estados membros. O que foi declarado até então sugere que, caso a Catalunha se torne independente, deve submeter novamente um pedido de entrada no bloco. Isso traz consequências significativas para a materialização da independência, tanto de cunho econômico quanto político. Exploraremos afundo mais adiante.

Fecharemos o capítulo com as considerações finais a respeito das consequências dos principais pontos do progresso histórico do movimento nacionalista, discorrendo ainda sobre as ações e as repercussões mais recentes da política na região.

2. 1 A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DO NACIONALISMO ESPANHOL ATÉ A SEGUNDA REPÚBLICA (1714-1936)

Os nacionalistas que tratam a Catalunha como nação baseiam suas premissas na ideia de tradição e continuidade, em torno de um processo de convencimento de que um Estado independente e soberano é uma condição natural da região (CARVALHO, 2015).

Historicamente, sabe-se que o território catalão chegou a integrar o Império Romano, reconhecendo sua longa existência. Para alguns historiadores como Montserrat Guibernau e Albert Balcells, as manifestações ocorridas na Catalunha durante a Guerra dos Trinta Anos²⁹, em 1640, já eram expressões embrionárias de um sentimento

²⁹ Nessa época, a Catalunha era um principado. Durante a guerra entre as monarquias espanholas e francesas, a região foi obrigada a alojar e manter as tropas reais e espanholas, o que gerou uma mobilização de camponeses, apoiados mais tarde pelas elites catalãs, afirmando que os direitos do principado estavam sendo violados (CARVALHO, 2016).

nacionalista, embora o conceito de nacionalismo, soberania ou autodeterminação ainda não haviam sido criados.

Ainda, o evento mais marcante, de acordo com os nacionalistas catalães mais conservadores, foi a tomada de Barcelona pelo rei Felipe V, em 11 de setembro de 1714, já após o final da Guerra de Sucessão. Até hoje, a data de 11 de setembro é comemorada como o dia nacional da Catalunha (também conhecido como *Diada*). Dois anos depois, os chamados Decretos de Nova Planta suprimiram os foros privilegiados e os parlamentos regionais, os quais se incorporaram ao Parlamento de Castela. Criaram-se cadastros para a cobrança de impostos e o castelhano tornou-se a língua oficial da administração (CARVALHO, 2015).

Durante todos esses eventos históricos, nacionalistas catalães e espanhóis colocaram em embate os seus discursos. Segundo Carvalho:

O Decreto de Nova Planta unificou o direito público no território espanhol e suprimiu as aduanas internas entre Castela e Aragão. Os nacionalistas catalães afirmam que esse momento marcou a perda de liberdade e a “anexação” da Catalunha pela Espanha. Os nacionalistas espanhóis, por outro lado, avaliam que se tratou de um caso de deslealdade à Coroa por parte de um território que era parte integral e legítima do Estado espanhol e que a única punição foi a perda de seus privilégios, já que a Catalunha passou a ser regida pelo mesmo direito e a receber o mesmo tratamento que outras partes do território espanhol (CARVALHO, 2015, p. 60-61).

Com isso, percebe-se que a importância desse evento para o discurso baseado na continuidade e tradição proferido pelos nacionalistas catalães, que, desde então, se apoiam em um argumento de que o Estado espanhol age de forma opressora continuamente.

O conceito de nação espanhol e a tentativa de modernizar o país e separá-lo da Igreja católica ganharam fôlego no século XIX. Com a entrega da coroa espanhola a Napoleão, houve um movimento de resistência por parte dos liberais espanhóis, afirmando que a coroa não tinha direito de fazê-lo, visto que a Espanha pertencia aos espanhóis, não à monarquia. O movimento ficou conhecido como a Guerra de Independência (1808-1814). Nesse caso, essa reação à invasão francesa poderia ser interpretada como natural às injustiças feitas pelas tropas francesas, ou até à rivalidade entre os países. De qualquer forma, pode-se perceber um possível sentimento nacionalista, tanto espanhol quanto francês, em formação. É preciso identificar, contudo, o papel da religião nessa defesa da nação, não sendo mera defesa política. A

Igreja, nesse período, buscava sua confirmação enquanto ente participativo do governo, sendo contra os liberais, porém dando-lhes suporte contra a invasão francesa.

As elites intelectuais espanholas reuniram-se em Cádiz, a única cidade livre de dominação francesa e sob proteção da marinha britânica, com o intuito de elaborar a primeira Carta Magna da Espanha. A Constituição de Cádiz de 1812 (também conhecida como *Pepa*) foi promulgada pelas cortes espanholas “como precursora do Estado de Direito e da construção e fortalecimento da identidade nacional espanhola” (CARVALHO, 2015, p. 63), estabelecendo a soberania residente na nação, não mais na figura do rei.

Vigente por um curto período, a constituição foi revogada com o retorno de Fernando VII à Espanha. Os anos seguintes ao retorno do rei foram bastante conturbados, passando por três guerras civis (1833-1840, 1846-1849, 1872-1876), a Revolução Gloriosa (1868), mudança de dinastia (1870-1873), proclamação da I República (1873), Restauração Bourbônica (1874) e a derrota na Guerra de Cuba (1898) para os Estados Unidos, a qual significou uma perda do prestígio espanhol. A última derrota produziu questionamentos “à ideia de nação espanhola e para o aparecimento de identidades diferenciadas catalãs, bascas e galegas, que passavam a representar um desafio ao nacionalismo espanhol” (CARVALHO, 2015, p. 74).

No início do século XX, seguiram-se períodos de agitação política. Em 1931 instaurou-se a Segunda República, projeto político influenciado pelos embates gerados pela luta de classes, pelo confronto entre a Igreja e grupos anticlericais, além das tensões territoriais entre forças nacionais centralizadoras e os nacionalismos periféricos. Na Catalunha, em 14 de abril desse mesmo ano, proclamou-se a República Catalã, sob o comando de Francesc Macià, presidente da *Generalitat* na época.

Todas essas demandas colocaram-se frente a frente durante a Guerra Civil Espanhola, com as áreas rurais apoiando Franco e o nacionalismo espanhol, e as áreas urbanas amparando a República, defendendo também certo grau de autonomia às nações históricas. O conflito teve início em julho de 1936, com os intitulados nacionalistas espanhóis rejeitando a democracia, o sistema partidário, a separação do Estado e da Igreja, as autonomias da Catalunha, País Basco e Galiza, além das liberdades e direitos civis do povo espanhol (GUIBERNAU, 2004).

2. 2 A CATALUNHA DURANTE O FRANQUISMO (1936-1977)

Com Franco no poder, o nacionalismo passou a ser o discurso hegemônico da ditadura (BALFOUR, QUIROGA, 2007 apud CARVALHO, 2015, p. 78), recentralizando o poder nas mãos do Estado espanhol, que, pela primeira vez, viu-se como um Estado moderno equipado para tornar-se linguística e culturalmente homogêneo. Nas regiões da Catalunha, País Basco e Galiza, o franquismo esforçou-se para eliminar essas diferenças culturais e linguísticas.

De acordo com Guibernau,

Uma das consequências não intencionais que muitas vezes ocorrem quando o estado busca enfraquecer identidades nacionais não estatais é que elas se tornam mais fortes. Ameaças externas compartilhadas, conflitos e a experiência de repressão tendem a gerar coesão interna e mobilização. Elas também conseguem unir diferentes classes sociais e grupos de interesse que têm pouco em comum ou que até têm objetivos antagônicos. Em situações similares, nacionalismos oposicionistas recebem legitimidade e justificam sua existência recorrendo à agressão sofrida pelas pessoas que os representam (GUIBERNAU, 2004, p. 36, tradução livre)³⁰.

Durante o período ditatorial e mais tarde, essa afirmação confirmou-se, tratando aqui especificamente da Catalunha, por meio de movimentos de resistência. Ainda, até hoje, a opressão sofrida pelos catalães na época de Franco faz parte dos discursos nacionalistas mais exacerbados.

Franco contava com o apoio da *Falange*, partido fascista criado em 1933, do exército, da Igreja Católica, da classe rural e de importantes setores da burguesia. Viviam-se sob um Estado de vigilância e repressão contra qualquer tipo de manifestação contrária aos ideais do ditador. Tanto na Catalunha quanto no País Basco, regiões de expressão nacionalista não estatal mais forte, a população vivenciava um medo intenso e constante. Guibernau, baseando-se em dados do historiador Max Gallo (1969), declarou que pouco menos de 4 mil pessoas foram executadas na Catalunha entre os anos de 1938 e 1953. Ela segue, citando Borja de Riquier e Joan B. Culla, afirmando

³⁰ “One of the unintended consequences that often arise whenever the state seeks to undermine non-state national identities is that they become stronger. Shared external threats, conflict and the experience of repression tend to generate internal cohesion and mobilization. They can also succeed in uniting different social classes and interest groups, which have little in common or which even have antagonistic objectives. In similar situations, oppositional nationalisms receive legitimacy and justify their existence by appealing to the aggression suffered by the people they represent” (GUIBERNAU, 2004, p. 36).

que, entre um mínimo de 130 mil e um máximo de 150 mil pessoas desapareceram da Catalunha, devido à morte ou ao exílio, durante todo o período ditatorial (GUIBERNAU, 2004).

A vitória do ditador levou à supressão das instituições políticas catalãs, bem como qualquer elemento simbólico de identidade catalã, tal qual a bandeira e o hino da região. A abolição do Estatuto de Autonomia³¹ e a suspensão da *Generalitat* ocorreram em 1938. Em 1939, as instituições da *Generalitat* estavam exiladas. Em abril do ano seguinte, Lluís Companys, então presidente da *Generalitat*, estabeleceu, em Paris, o *Consell Nacional de Catalunya*. Companys acabou preso pela Gestapo, e em outubro do mesmo ano foi executado em Barcelona.

A dificuldade de comunicação entre os partidos catalães fora da Espanha era grande. Ainda em 1940, Carles Pi i Sunyer criou em Londres o *National Council of Catalonia*, defendendo a continuidade da República e uma Catalunha autônoma dentro de uma Espanha federativa. Entre 1939 e 1940, fundou-se também, em Paris, o *Front Nacional d Catalunya* (FNC), dando suporte ao conselho nacional criado em Londres. Mais tarde, o *National Council of Catalonia* foi extinto, e o FNC juntou-se ao *Consell Nacional de Democràcia Catalana* (GUIBERNAU, 2004).

A vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial trouxe um sentimento de alento para os oponentes de Franco, que esperavam uma intervenção das forças aliadas para derrubar a ditadura e restaurar a democracia. Contudo, o discurso anticomunista de Franco recebeu apoio econômico dos Estados Unidos, desencadeando uma crise no movimento antifranquista no exílio (CARVALHO, 2015).

A partir de 1959, movimentos de resistência ganharam mais força entre a população catalã, por meio de demonstrações de oposição públicas, exibindo símbolos e através de eventos culturais. No setor privado, a resistência cultural era exercida pelas classes médias e alguns setores burgueses contrários a Franco. Importante destacar o papel da Igreja, mesmo em sua grande maioria apoiando Franco, em manter a

³¹ Refere-se ao Estatuto de Autonomia de 1932. O Estatuto anterior, de 1919, que regulamentava a autonomia catalã, não havia sido aprovado pela Espanha. Atualmente, trata da regulamentação administrativa legal que rege as regiões e nacionalidades históricas da Espanha. Os diferentes estatutos de autonomia possibilitam a cessão de competências ao respectivo governo autônomo e a sua capacidade de autogoverno em temas como a administração pública, saúde, educação, etc, assim como a consideração ou não de nacionalidade histórica e a co-oficialidade das respectivas línguas nacionais com a língua espanhola.

identidade catalã viva, seja por meio de sermões feitos em catalão, pelas suas publicações, ou pelo seu apoio ao ressurgimento da Catalunha.

Um marco da resistência catalã aconteceu em 1971, com a criação da Assembleia da Catalunha. Conforme Guibernau,

Cerca de 300 pessoas, representando diferentes setores políticos, sociais e profissionais da Catalunha, fundaram a Assembleia da Catalunha, uma organização clandestina que logo se tornaria o maior e mais importante movimento desde a Guerra Civil. Nenhum evento unitário similar, tendo em vista seu escopo e sua relevância, foi criado em qualquer outro lugar da Espanha (GUIBERNAU, 2004, p. 66, tradução livre)³².

Dentre os objetivos da Assembleia, estavam a busca por anistia aos exilados e prisioneiros, o suporte aos direitos democráticos fundamentais e, claro, o reestabelecimento provisório do Estatuto de Autonomia catalão de 1932. As ações da Assembleia perduraram até a primeira eleição geral democrática, em 1977.

Com a morte de Franco em 1975, as reformas na Espanha eram fundamentais. Com a coroação de Juan Carlos I e novas eleições gerais democráticas em 1977, o país começou sua reconstrução política, social e econômica. Na Catalunha, em 11 de setembro de 1977, um milhão de pessoas marcharam sob o lema *Llibertade, Anistia e Estatuto de Autonomia*. No mesmo ano, Josep Tarradellas, presidente da *Generalitat* no exílio, retornou à Espanha, seguindo na presidência da *Generalitat* provisória, no qual permaneceu até 1980.

2. 3 A TRANSIÇÃO E A CATALUNHA NA NOVA ESPANHA DEMOCRÁTICA (1977-2003)

Esse período abrange os contextos nos quais os dois primeiros discursos a serem analisado estão inseridos, partindo de 1977 até o ano de 2003. A partir daqui, os papeis do CDC/CiU e de seu primeiro líder, Jordi Pujol, ganham ênfase, dando início à análise preliminar proposta nesse trabalho.

³² “On 7 November 1971 about 300 people, representing different political, social and professional sectors of Catalonia, founded the Assembly of Catalonia, a clandestine organization which soon became the broadest and most important unitary Catalan movement since the Civil War. No similar unitary movement, in view of its scope and its relevance, was created in any other part of Spain” (GUIBERNAU, 2004, p.66).

Guibernau (2004) menciona que a combinação de três importantes fatores, apresentada pelo jurista e político espanhol Jordi Solé Turra, tornou a transição viável. São eles a estabilidade institucional provida pelo papel importante do rei Juan Carlos I; a busca de diálogo entre os vários partidos políticos comprometidos em encontrar consonância em assuntos cruciais para uma transição bem sucedida; e a mobilização de vários setores da população a favor da democratização, em contraste com as atitudes adotadas pela Igreja e pelo exército, ainda atados aos ideais conservadores.

A rapidez e o pragmatismo com que se deu a transição espanhola, baseada na vontade da *convivencia* e reconciliação nacional chamaram atenção de diversos estudiosos. Aprofundando um pouco mais, o caso foi e ainda é alvo de muita pesquisa, dado a forma rápida como decorreu, e as consequências construtivas que trouxe. O intitulado “modelo espanhol” ainda apresenta a chamada “transição por transação”, que ocorre quando o regime autoritário, já em processo de transição, fixa alguns limites para a mudança política, permanecendo como força eleitoral relativamente importante durante a transição (MAINWARING, SHARE, 1986, p. 210). De acordo com Laura Edles (1998):

As elites do regime e da oposição acabaram por definir seus interesses (e os meios adequados para alcançá-los) de uma maneira nova durante a transição. Elites espanholas "definiram seus objetivos não como a maximização dos interesses de suas respectivas clientelas, mas sim a criação de um regime legítimo e estável dentro do qual os interesses dos seus apoiadores seriam meramente satisfeitos". O consenso espanhol baseou-se numa "moderação geral em relação às demandas políticas tradicionais dos radicais e ao compromisso com um mínimo de políticas do estado de bem-estar dos conservadores". Em outras palavras, tanto o regime como as elites da oposição vieram definir a democracia como seu objetivo mais importante, e as elites do regime e da oposição - e as massas - vieram a definir a violência como um meio inadequado para alcançá-la (EDLES, 1998, p. 14-15, tradução livre)³³.

Em 1976, o apontamento de Adolfo Suárez para primeiro-ministro determinado pelo rei Juan Carlos I resultou em um grande avanço à democracia por meio de uma estratégia de reforma pactuada, chamada de *reforma-pactada* pelo governo, e de

³³ “Regime and opposition elites came to define their interests (and the appropriate means by which to attain them) in a new way during the transition. Spanish elites "defined their goals not as the maximization of the interests of their respective clienteles, but rather the creation of a legitimate and stable regime within which their supporters' interests would merely be 'satisfied'." Spanish consensus was based on a "general moderation in respect to the traditional political demands of the radicals and a commitment to a minimum of welfare state policies by the conservatives." In other words, both regime and opposition elites came to define democracy as their most important goal, and both regime and opposition elites - and the masses - came to define violence as an inappropriate means to achieve it” (EDLES, 1998, p. 14-15).

ruptura-pactada pela oposição. O primeiro grande feito de Suárez foi a *Ley para la Reforma Política*, a qual pavimentou o caminho para o período de consenso, que por fim resultou nas primeiras eleições democráticas na Espanha, bem como na elaboração da Constituição em 1978. Ainda, diversos pactos de sucesso fizeram parte da transição, buscando de fato um novo começo para a Espanha como um todo.

Em dezembro de 1979, a Constituição Espanhola foi aprovada via referendo, sendo muito bem recebida pelos catalães. Ela favorece a descentralização em pontos significativos para as comunidades e reconhece o direito de autonomia das nacionalidades e regiões, logo em seu Artigo 2³⁴. A formulação dessa constituição foi um marco decisivo para o processo de devolução de poderes³⁵ liderado pela Catalunha e País Basco, que acabou afetando todas as regiões da Espanha (CUADRAS-MORATÓ, 2016).

Instaura-se, então, o chamado Sistema de Comunidades Autônomas. A nova organização territorial do estado espanhol dividiu-o em dezessete comunidades autônomas. Enquanto para alguns essa tática de reconhecimento de diferentes nacionalidades³⁶ significa uma ameaça à unidade espanhola, tratava-se de uma maneira de tentar acomodar as antigas demandas desses nacionalismos, procurando assim, criar uma nação espanhola democrática e legítima.

A nova organização política e os poderes da Catalunha foram definidos no novo Estatuto de Autonomia aprovado também em 1979. A região passou a desfrutar certo grau de autogoverno nas áreas legislativa, administrativa e obter controle de gastos em questões como educação e pesquisa, saúde e serviços sociais, polícia e ordem pública, governo local e turismo. Contudo, Cuadras-Morató (2016) observa duas deformidades que, desde já, geraram conflitos institucionais entre o governo catalão e o governo central. Primeiro, os arranjos financeiros, que dão ao governo central o poder de reter a

³⁴ Art. 2º: “La Constitución se fundamenta en la indisoluble unidad de la Nación española, patria común e indivisible de todos los españoles, y reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que la integran y la solidaridad entre todas ellas”.

³⁵ Significa a delegação legal de poderes do governo central para um governo de nível subnacional, como regional ou local. É uma forma de descentralização administrativa. Territórios devolvidos têm o poder de tornar a legislação relevante para a área.

³⁶ Importante ressaltar que, apesar do uso do termo “nacionalidades” na Constituição, até hoje não há um consenso sobre o significado da palavra. Muitos políticos dessas “nacionalidades” referem-se a elas como “nações”, e usam a expressão “Estado espanhol”, evitando empregar o termo “nação espanhola” (GUIBERNAU, 2004).

maior parte da arrecadação de impostos; e, segundo, a ambiguidade na definição dos poderes jurisdicionais de ambos os governos, junto com a ausência de uma tradição de devolução de poderes completa no país.

Apesar de se tratar de uma resposta às demandas por autonomia da Catalunha e País Basco, principalmente, o sistema que ficou conhecido como “café para todos” espalhou-se por todas as comunidades históricas. Desde logo, os nacionalistas catalães criticaram esse procedimento, afirmando que o mesmo generalizava o que deveria ser singular, e passaram a demandar status especial à Catalunha (CARVALHO, 2015).

Analisando os principais elementos do Estatuto de Autonomia de 1979, fala-se primariamente em dois critérios de definição da identidade catalã: a continuidade, que apesar do “buraco negro” deixado pelo período de Franco não exclui seu passado, e a diferenciação das demais nacionalidades, derivada de uma consciência de comunidade com uma cultura compartilhada, ligada a um território em particular. O Estatuto ainda é a expressão da identidade coletiva da Catalunha, tratando também da relação da região com o resto da Espanha, baseando-se numa solidariedade gratuita com as outras nacionalidades e regiões do país, garantindo a união de todos os povos da Espanha (GUIBERNAU, 2004).

A partir de 1979, os cenários políticos na Catalunha e na Espanha se mostram bem diferentes. Como supramencionado anteriormente, desde a primeira eleição para o parlamento catalão, em 1980, até 2003, o governo esteve nas mãos de uma coalizão de dois países de centro moderados, o *Convergència Democràtica de Catalunya* (CDC) e *Unió Democràtica de Catalunya* (UDC), que juntos formaram *Convergència i Unió* (CiU). O líder dessa coalizão, Jordi Pujol, foi presidente da *Generalitat* durante esses 23 anos. Ao mesmo tempo, o governo nacional espanhol foi presidido por partidos de direita e esquerda, respectivamente: o *Partido Popular* (PP), e o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE).

Conforme Cuadras-Morató (2016) essa situação foi caracterizada por dois atributos principais:

Em primeiro lugar, como já mencionado, houve controvérsias políticas e legais sobre a jurisdição dos governos catalão e espanhol em todos os tipos de políticas, a distribuição das receitas fiscais ou o grau de devolução considerado adequado. Muitas vezes, esses conflitos acabaram sendo resolvidos pelos julgamentos dos tribunais constitucionais espanhóis. Em segundo lugar, o então presidente da *Generalitat*, Jordi Pujol, favoreceu uma estratégia de negociação permanente com o governo central para obter

gradualmente pequenas concessões para aumentar a capacidade de autogoverno das instituições catalãs e melhorar sua situação financeira (CUADRAS-MORATÓ, 2016, p. 11, tradução livre)³⁷.

Percebe-se que, apesar das conquistas constitucionais, os empecilhos do governo nacional perduravam em diversas esferas, dando margem para que novas reivindicações surgissem ao longo dos anos. Ainda assim, as duas décadas que seguiram o advento da democracia podem ser consideradas estáveis. Por escolher não participar formalmente de nenhuma coalizão a nível nacional, o nível de influencia do CDC na política nacional era baixo. A política nacionalista de Pujol mostrava-se branda: enquanto seu objetivo principal era atingir o maior nível possível de auto governabilidade, evitou-se qualquer espécie de conflito mais intenso com o governo nacional.

Ao mesmo tempo em que buscava cada vez mais o reconhecimento da sua identidade nacional, a Catalunha preocupava-se em legitimar a Espanha enquanto um estado plurinacional e plurilingual. O partido apoiava a resolução dessas questões por meio de acordos e mudanças constitucionais pactuadas por ambos os lados.

Em meio a essa estabilidade nacional e regional, os anos que se seguiram a transição e a predominância do CiU no poder foram de fato equilibrados. O acontecimento mais chamativo que ocorreu nessas décadas foi a entrada da Espanha na União Europeia, em 1986. O ingresso na UE foi de muita importância para a Catalunha, que sempre se demonstrou pró-integração, e enxergava, por meio dessa adesão, diversas vantagens econômicas e políticas para a região. Trataremos sobre isso mais ao final do capítulo.

Um evento que pode ser considerado determinante para a cultura catalã realizado nessas primeiras décadas de governo do CiU são os Jogos Olímpico de verão de 1992, sediados em Barcelona. Para que o evento acontecesse, a cidade passou por diversas reformas, dando tanto a Barcelona quanto ao resto da Catalunha uma ótima oportunidade de mostrarem-se culturalmente para o resto do mundo (ALLAND, 2006).

³⁷ “First, as we have already mentioned, there were permanent political and legal disputes about the jurisdiction of the Catalan and Spanish governments on all sorts of policies, the distribution of fiscal revenues or the degree of the devolution considered adequate. Very often these conflicts ended up being settled by the judgements of the Spanish Constitutional Courts. Second, the then president of the Generalitat, Jordi Pujol, favoured a strategy of permanent bargaining with the central government in order to gradually extract small concessions to increase the capacity of self-government of the Catalan institutions and improve their financial situation” (CUADRAS-MORATÓ, 2016, p. 11).

2. 3. 1 O PAPEL DE JORDI PUJOL NA CATALUNHA

Considerado um dos políticos catalães mais importantes, Jordi Pujol i Soley foi fundador e primeiro líder do *Convergència Democràtica de Catalunya*. Nascido em Barcelona e formado em medicina, Pujol sempre fora defensor da identidade e da cultura catalã. No período franquista, Pujol atuava como parte da resistência contra a ditadura. Sua atuação política mais promissora começou nos anos 70, com a criação do CDC em 1974.

É interessante acentuar a importância das ideias de Pujol no contexto pós-transição na Catalunha, período que ficou conhecido como pujolismo, podendo tratar-se de um movimento político. Pujol definia o nacionalismo com bases na “vontade de ser”, e na possibilidade de construir um próprio país (GUIBERNAU, 2004, p. 146). Essa definição exclui os fatores étnicos e raciais, focando somente na vontade dos indivíduos. Quanto ao nacionalismo catalão, Pujol referia-se a dois elementos principais: à demanda por um reconhecimento institucional, político e cultural da região; e à reforma do estado espanhol, envolvendo a modernização e a europeização, bem como a criação de uma estrutura interna pluralista (GUIBERNAU, 2004 apud PUJOL, 1991, p. 21). Era um grande defensor do catalanismo³⁸.

Enquanto dirigente da *Generalitat*, Pujol teve a oportunidade de colocar em prática muitos de seus ideais. Para ele, identidade e progresso estavam fortemente conectados. Por isso, baseou a reconstrução da Catalunha na própria identidade catalã, que mantinha um nacionalismo inclusivo e que buscava coexistir em harmonia com as demais nacionalidades na Espanha. A política de Pujol foi baseada em trocas com o governo central, buscando cada vez mais autonomia. Rejeitava a ideia de estado unitário

³⁸ Aqui, vale explorar o significado de catalanismo e sua diferença do nacionalismo catalão. De acordo com Balcells (2003), o termo catalanismo se difundiu em meados do século XIX, no período do catalanismo cultural representado pela *Renaixença*. O catalanismo político surgiu em 1901 com o primeiro partido político com incidência eleitoral, *Lliga Regionalista de Catalunya*. Considera-se que o catalanismo político continha nacionalismo pela sua formulação de projeto de autogoverno e sua forma de definir a Catalunha. Apenas em 1906 surgiu um partido político com termo nacionalista: *Centre Nacionalista Republicà*. O termo catalanismo supõe a afirmação de uma identidade e de uma vontade de autogoverno sem fazer uso do termo nacionalismo. O catalanismo político é como se designa o movimento de reivindicação nacional catalã, e como tal, nacionalista. É preciso advertir que o nacionalismo engloba projetos diversos, que não necessariamente incluem a independência, de maneira que se trata de um termo polissêmico. Se todos nacionalistas são catalanistas, em troca nem todos catalanistas se consideram nacionalistas. Há uma diferença de grau, no mínimo, em teoria, embora nem sempre na prática.

espanhol, mas também não advogava por uma Catalunha independente, o que por vezes poderia confundir o eleitorado. Contudo, o sentimento nacionalista de Pujol foi bastante benéfico para a reconstrução da identidade catalã tanto dentro da Espanha quanto da União Europeia, entidade bastante enaltecida por Pujol.

Apesar de anos mais tarde ter enfrentado acusações de corrupção dentre outros crimes³⁹, a liderança de Pujol estabeleceu-se, novamente, em sincronia com um período de reconstrução e estabilidade. Seus ideais moderados se mostraram essenciais para a região, tornando-o assim um grande líder dessa era de regeneração catalã.

2. 4 AS MUDANÇAS POLÍTICAS E A CRISE DE 2008 NA CATALUNHA (2003-2010)

Em 2003, importantes mudanças políticas ocorreram na Catalunha. A coalizão dos partidos moderados, CiU, viu-se em oposição pela primeira vez desde a redemocratização. Uma nova coalizão governamental foi formada por três partidos de esquerda: *Partit Socialistes de Catalunya* (PSC), o partido nacionalista pró-independência *Esquerra Republicana de Catalunya* (ERC) e a coalizão reformista *Iniciativa per Catalunya Verds-Esquerra Unida i Alternativa* (ICV-EUiA). O socialista Pasqual Maragall tornava-se presidente da *Generalitat*. Além disso, significantes mudanças políticas também aconteceram na Espanha nas eleições de 2004. Luis Rodríguez Zapatero, figura líder do PSOE, derrotava o PP e formava um novo governo de esquerda no país.

O novo governo catalão tinha como projeto principal a aprovação do novo Estatuto de Autonomia, que buscava salvaguardar as competências regionais, bem como melhorar a posição fiscal da Catalunha, com um sistema mais justo e equitativo (CARVALHO, 2015). O novo Estatuto foi aprovado, em setembro de 2005, pela grande maioria do parlamento catalão, como resultado do acordo entre os partidos de coalizão do governo e o CiU.

³⁹ Pujol confessou, anos mais tarde, que sua família manteve contas milionárias em paraísos fiscais por décadas. Mais informações em: CASTEDO, Antía. El escándalo que hizo caer a Jordi Pujol, líder histórico de Cataluña. BBC, quarta-feira, 30 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/07/140729_jordi_pujol_caida_cataluna_ac>. Acesso em: outubro 2017.

Na Espanha, o Estatuto gerou controvérsias. Para alguns, o processo de devolução estaria indo longe demais, e algumas partes do documento se mostrariam contrários à constituição espanhola. O ponto de maior polêmica e um dos mais importantes para o novo governo tratava do reconhecimento da condição de nação para a Catalunha. De acordo com Carvalho (2015), o texto foi aprovado em 2006, com algumas alterações, especialmente as quais diziam respeito à questão do financiamento.

Os dirigentes do *Partido Popular* apresentaram um recurso de inconstitucionalidade contra o novo Estatuto, afirmando que se tratava de uma Constituição paralela (CARVALHO, 2015). A justificativa girava em torno do emprego do termo nação, que, segundo o partido, a única nação prevista na Constituição é a Espanha. O PP organizou campanha para a coleta de assinaturas e passou a boicotar produtos catalães.

Em junho de 2010, o Tribunal Constitucional decidiu pela reforma do Estatuto, tornando insubsistente o preâmbulo que versava sobre a Catalunha enquanto nação. Também declarou inconstitucional 14 artigos, reinterpreto 27, enquanto os outros 238 seguiram vigentes, garantindo algum sucesso nas reivindicações por maior autonomia⁴⁰.

Antes disso, a partir de 2008, a grave crise econômica já se mostrava uma das principais causas de tensão entre a Catalunha e a Espanha. A crise financeira internacional refletiu efeitos extremamente negativos para a economia espanhola. No ano de 2012, o déficit fiscal da Espanha chegava a 111,6 bilhões de euros, equivalente a 10,6% do PIB, correspondendo ao maior déficit da União Europeia em termos percentuais.

A crise econômica resultava não apenas da crise financeira internacional iniciada em 2008, mas, especialmente, de desequilíbrios internos em suas contas públicas e privadas, sustentadas, em grande parte, pela existência de crédito barato, pelo intenso ritmo da construção civil e por recursos oriundos da União Europeia. Houve, no período anterior à crise, construção superdimensionada de infraestruturas (linhas de trem de alta velocidade, estradas, aeroportos, etc.) e de imóveis, facilitada pelo excesso de liquidez no setor bancário (CARVALHO, 2015, p. 127).

⁴⁰ Dada como uma das questões mais importantes da reformulação, o preâmbulo do novo Estatuto afirmava que “o Parlamento da Catalunha, reunindo o sentimento e a vontade dos cidadãos da Catalunha, definiu de forma amplamente majoritária a Catalunha como nação”. A decisão do TC afirmou que essa afirmação carece de eficácia legal interpretativa, considerando-a, portanto, inconstitucional. Mais informações em: LÁZARO, Julio M. El Constitucional recorta la aspiración "nacional" y lingüística de Cataluña. El País, Madri, 10 de julho de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/07/10/espana/1278712801_850215.html>. Acesso em: dezembro 2017.

O contexto de crise foi crucial para a derrota dos socialistas nas eleições de 2011. Mariano Rajoy tornou-se presidente da Espanha com propostas de criação de empregos e aprofundamento das reformas econômicas. Com a aprovação de uma reforma trabalhista que buscava aumentar a competitividade do país, Rajoy conseguiu também sancionar cortes equivalentes a mais de 27 bilhões de euros e em abril de 2012, novas reduções de gastos públicos que afetariam até mesmo as esferas da saúde e educação.

Além do corte de orçamento que atingiu as comunidades autônomas, o Estado impôs a diminuição dos déficits fiscais das mesmas, contribuindo para o aumento das tensões entre o Estado e as autonomias. A falta de controle fiscal por parte da Catalunha sempre foi alvo de reivindicações por mais autonomia e até por independência total. Repousa também nessas circunstâncias o fator desencadeante de um nacionalismo mais exacerbado, especialmente a partir de 2008, que busca a resposta para suas reivindicações agora não mais em um projeto de mais autonomia, mas sim na criação de um Estado catalão.

2. 5 A CATALUNHA E SUAS NOVAS REIVINDICAÇÕES A PARTIR DE 2010 (2010-2016)

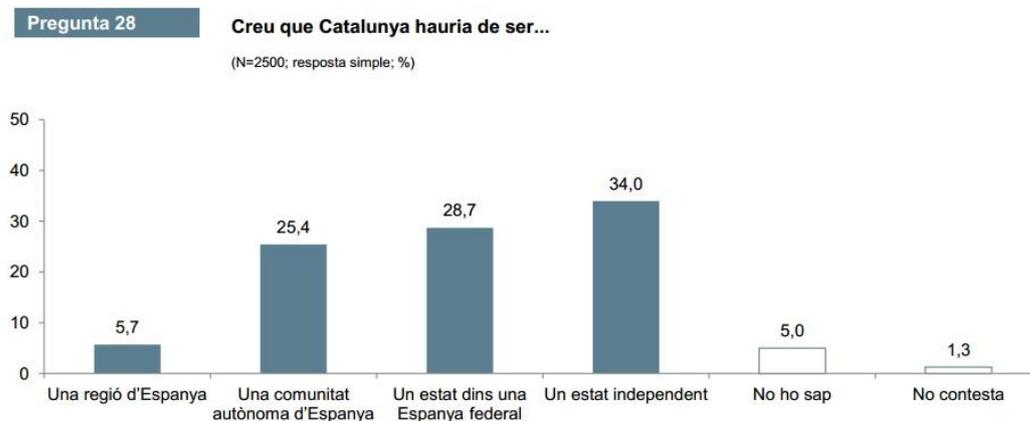
Entramos agora no segundo momento contextual em que se encontram os três últimos discursos que serão analisados no capítulo seguinte. Em um ambiente de total incerteza e dificuldades econômicas, o CDC e o CiU voltam ao controle político da *Generalitat*, com novos presidentes.

Diante dos desafios impostos pelas medidas de austeridade, o parlamento catalão realizou novas eleições em novembro de 2010. Um novo governo era formado sob o comando de Artur Mas, em uma vitória clara do CiU, retornando ao poder depois de sete anos. O debate central entre os partidos políticos dentro do parlamento catalão girava em torno do chamado *Pacte Fiscal* (Pacto Fiscal, PF), um novo sistema de financiamento que chegaria próximo ao sistema das comunidades forais⁴¹. No entanto, o

⁴¹ O País Basco e Navarra desfrutam de um sistema de financiamento distinto das demais comunidades autônomas. Os territórios forais têm competência para arrecadar todos os impostos e pagam a Madri pelos serviços prestados pelo Estado espanhol. Dentro regime comum que vigora para as demais

novo governo de Madri se negou a debater sobre essa possibilidade, impulsionando ainda mais rancores não só de nacionalistas catalães mais ferrenhos, mas de uma parcela da população prejudicada pela crise e medidas de austeridade.

Assim, junto com a crescente consternação causada pela mudança no Estatuto de 2006, os efeitos da crise provocaram uma alteração nas demandas de uma grande parte da população, bem como no discurso do governo do primeiro mandato de Artur Mas. Fora do parlamento, já se percebia uma mudança brusca das reivindicações, que agora clamavam por independência. Em março de 2012, a *Assemblea Nacional Catalana* (ANC), organização catalã registrada como associação, que tem por objetivo alcançar a independência, era constituída. Artur Mas, que até então mantinha uma posição mais ponderada em relação a uma possível independência da Catalunha, disse ao *Le Monde* em fevereiro de 2012 que a Catalunha deveria traçar um novo caminho, e que poderia ser perfeitamente um Estado soberano dentro da União Europeia (CARVALHO, 2015)⁴².

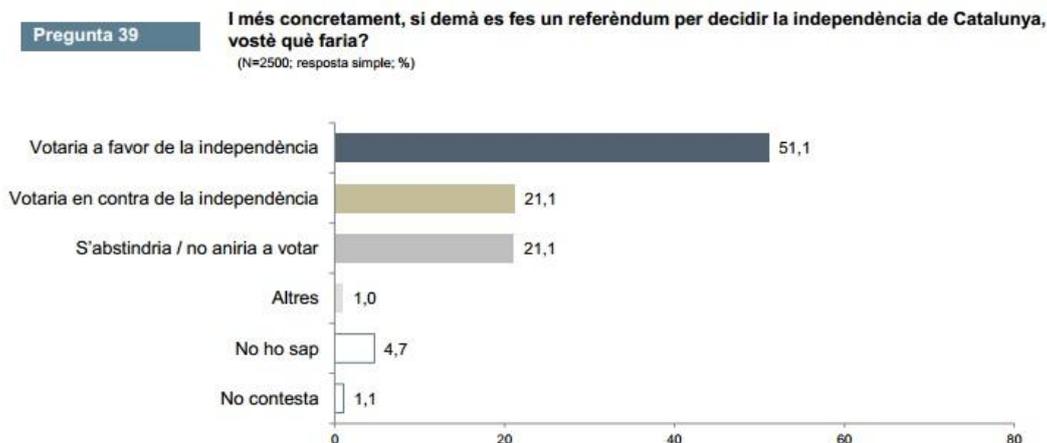


Fonte: *Dossier de premsa del BOP. 2a onada 2012 es basa en els resultats de l'estudi Baròmetre*

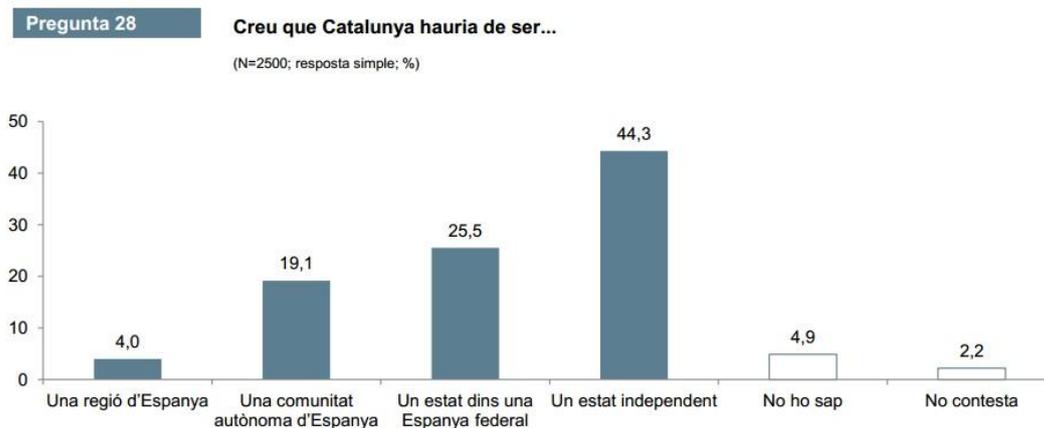
comunidades, o Estado espanhol arrecada os tributos e os repassa às comunidades. País Basco e Navarra então, não fazem parte do “pacto de solidariedade”, o qual faz com que a arrecadação das comunidades com maior renda seja repassada as mais pobres (CARVALHO, 2015).

⁴² De acordo com Carvalho, Mas afirmava que “a Catalunha dispõe de autonomia há 30 anos, o que vem funcionando bem, mas essa etapa se aproxima do fim. Ela não nos permitirá obter mais autogoverno. Deve-se, então, traçar um novo caminho, uma transição nacional guiada pelo seguinte princípio: a Catalunha é uma nação e tem o direito de decidir sobre seu futuro [...]. A Catalunha pode perfeitamente ser um Estado dentro da União Europeia. A ‘Holanda do Sul’, como afirmam alguns”. (CARVALHO, 2015, p. 135).

d'Opinió Política. 2a onada 2012 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 694⁴³.



Fonte: Dossier de premsa del BOP. 2a onada 2012 es basa en els resultats de l'estudi Baròmetre d'Opinió Política. 2a onada 2012 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 694⁴⁴.

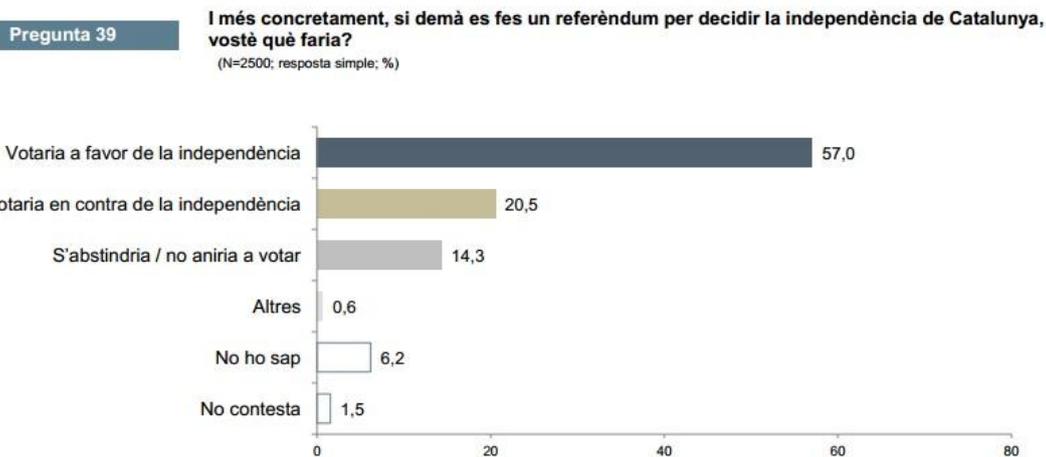


Fonte: Dossier de premsa del BOP. 3a onada 2012 es basa en els resultats de l'estudi Baròmetre d'Opinió Política. 3a onada 2012 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 705⁴⁵.

⁴³ No segundo trimestre de 2012, "Crê que a Catalunha deveria ser..." a resposta "Um estado independente" obteve a maioria dos votos, com 34%.

⁴⁴ A pergunta "E mais concretamente, se amanhã fosse feito um referendo para decidir sobre a independência da Catalunha, o que você faria?" pela primeira vez, de acordo com Carvalho (2016), obteve mais de 50% dos resultados, mostrando uma vontade crescente por independência nesse período.

⁴⁵ Já no terceiro trimestre de 2012, "Crê que a Catalunha deveria ser..." a resposta "Um estado independente" obteve novamente a maioria dos votos, com 44,3%, mostrando a arrancada em relação ao favorecimento da independência.



Fonte: Dossier de premsa del BOP. 3a onada 2012 es basa en els resultats de l'estudi Baròmetre d'Opinió Política. 3a onada 2012 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 705⁴⁶.

Com o apoio à independência em torno dos 50%, o Direito a Decidir e a convocação de um referendo para tal ação eram fortemente defendidos pelos catalães, que de acordo com o *La Vanguardia*, um dos principais jornais catalães, chegava a uma aprovação de 83,9%⁴⁷. O Direito a Decidir, sob a visão de alguns juristas e da “Declaração de Soberania e o Direito a Decidir do Povo da Catalunha”, enxerga a Catalunha como um sujeito político e soberano, estando dentro do princípio da legitimidade democrática, podendo ser capaz de decidir seu próprio futuro (CARVALHO, 2015). No final de 2013 foi lançado o “Pacto Nacional pelo Direito a Decidir”, sendo um órgão permanente que defende o direito a decidir da Catalunha, bem como o diálogo com o Estado espanhol em busca de condições legais para o exercício de tal direito. Composto por diversas organizações da sociedade civil, de instituições representativas do governo e de forças políticas locais, o documento lançado em 2013 trouxe argumentos em defesa da voz do povo catalão, mediante consulta popular para definir suas relações com o resto do Estado espanhol⁴⁸. O Direito a Decidir deu uma

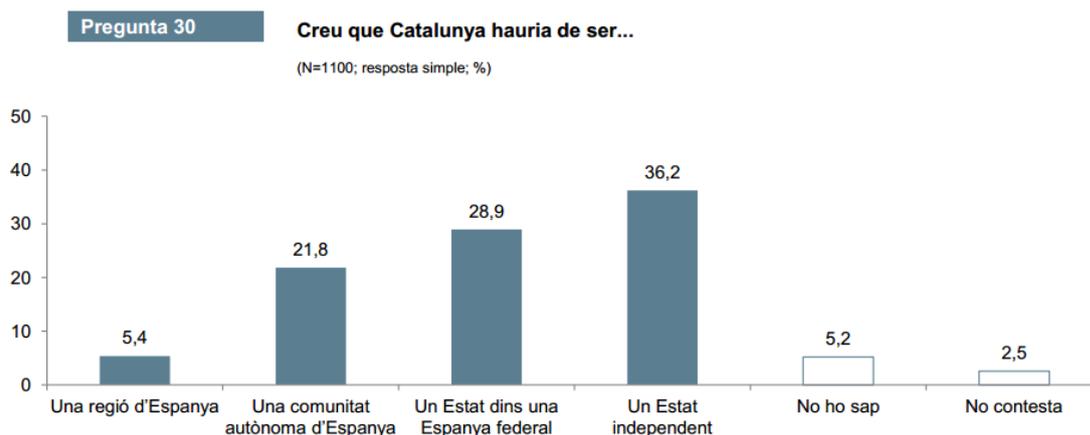
⁴⁶ Agora em relação ao terceiro e último período registrado em 2012, a pergunta “E mais concretamente, se amanhã fosse feito um referendo para decidir sobre a independência da Catalunha, o que você faria?” chega ao surpreendente número de 57%.

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20120930/54352081233/84-catalanes-apoya-consulta-55-independencia.html>>. Acesso em outubro 2017.

⁴⁸ Mesmo a assinatura do documento não sendo reconhecida como uma “reunião independentista”, os partidos socialistas e pró-Espanha PSC e PP recusaram-se a assiná-lo. Mais informações em: CATALUNYA constitue el Pacte Nacional pel Dret a Decidir. *La Vanguardia*, Barcelona, 26 de junho de 2013. Disponível em:

espécie de fundamentação legal (embora essa possa ser contestada por diversos vieses legais e legítimos) bastante utilizada nos discursos dos líderes políticos para o acontecimento dos futuros referendos, como constataremos a seguir. No final de 2016, o pacto transformou-se em “Pacto Nacional pelo Referendo”⁴⁹.

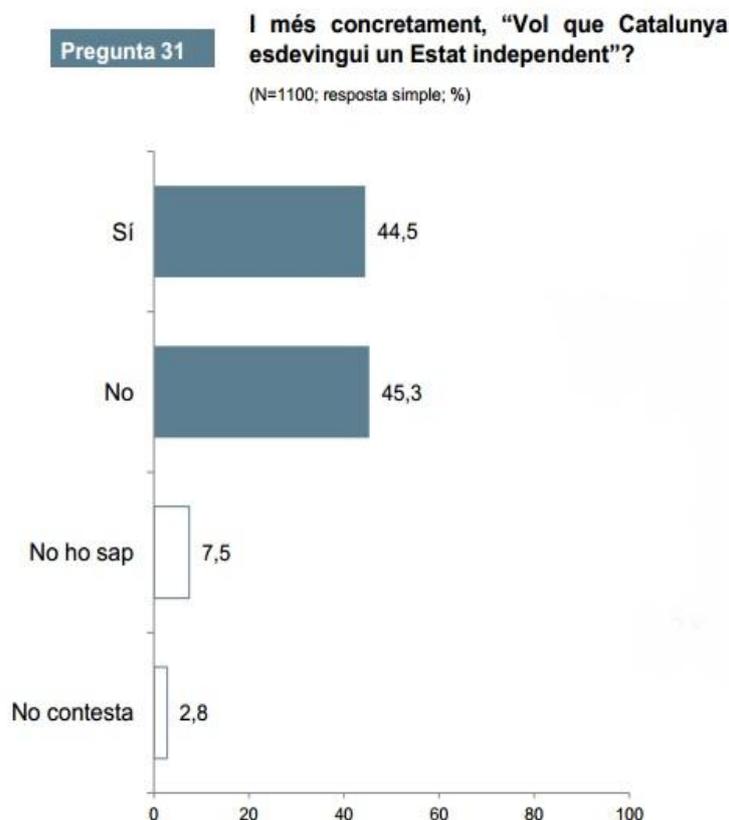
Nesse novo ambiente, Cuadras-Morató (2016), afirma que a política catalã obedecia a uma nova dinâmica, onde ações elaboradas pela sociedade civil eram seguidas por reações das elites políticas nas instituições. No dia 11 de setembro de 2013, a ANC organizou uma corrente humana de 400 quilômetros, a *Via Catalana*, que ia da fronteira norte com a França a fronteira sul com Valência. Depois disso, em dezembro, a *Generalitat* anunciou que as principais forças políticas haviam decidido a data (9 de novembro de 2014) e as perguntas do referendo (“Quer que a Catalunha seja um Estado?” Se a resposta for positiva “Quer que seja um Estado independente?”). O governo catalão ainda concordou em uma proposta para solicitar ao parlamento espanhol que os poderes para organizar o referendo fossem transferidos ao parlamento catalão. Contudo, o governo espanhol recusou a proposta, colocando o referendo em perigo. Novamente, uma nova demonstração organizada pela ANC aconteceu no centro de Barcelona. No dia 11 de setembro de 2014, 1,8 milhões de pessoas vestidas com as cores da bandeira da Catalunha formaram um V (de voto e vitória). Algumas semanas depois, a consulta popular aconteceu.



<<http://www.lavanguardia.com/politica/20130626/54376292955/catalunya-constituye-pacte-nacional-pel-dret-a-decidir.html>>. Acesso em: janeiro 2018.

⁴⁹ O manifesto pode ser encontrado na íntegra em: <<https://pactepelreferendum.cat/>>.

Fonte: Dossier de premsa de l'Enquesta sobre context polític a Catalunya es basa en els resultats de l'estudi Enquesta sobre context polític a Catalunya. 2014 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 760⁵⁰



Fonte: Dossier de premsa de l'Enquesta sobre context polític a Catalunya es basa en els resultats de l'estudi Enquesta sobre context polític a Catalunya. 2014 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 760⁵¹.

Para que acontecesse de fato, o referendo passou por diversos empecilhos burocráticos. Em outubro de 2014, Artur Mas teve que “renunciar” à convocação do referendo, anunciando em seu lugar a organização de um “processo participativo”, também conhecido como “consulta alternativa” (CARVALHO, 2015, p. 226-227). No início de novembro de 2014, o Tribunal Constitucional espanhol suspendeu também

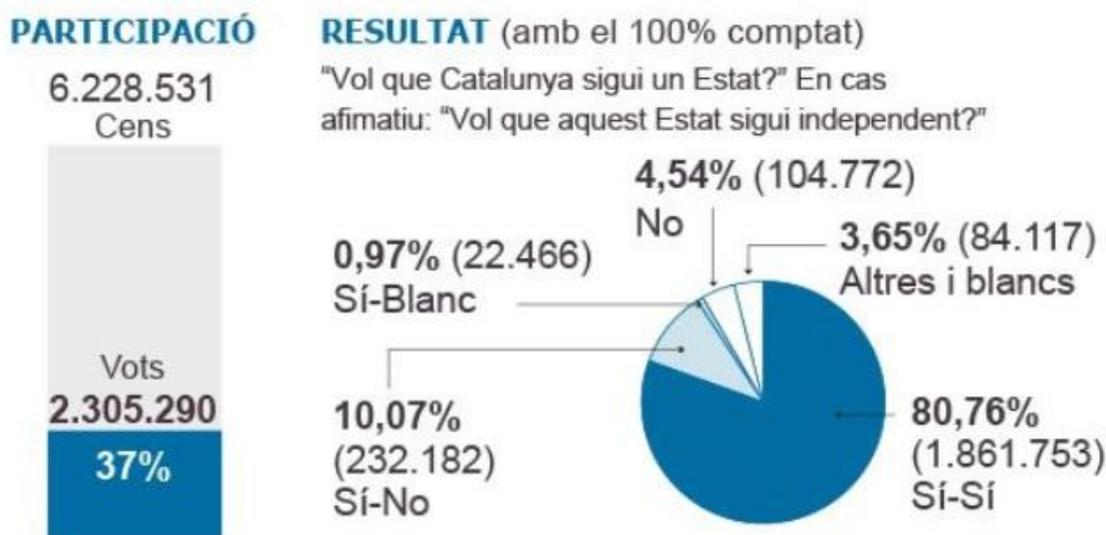
⁵⁰ Em 2014, “Crê que a Catalunha deveria ser...” a resposta “Um estado independente” obteve a maioria dos votos, com 36,2%, perto da data do referendo. Mesmo à frente, a porcentagem em relação ao ano de 2012 mostrou-se em declínio.

⁵¹ A pergunta “e mais concretamente, gostaria que a Catalunha se tornasse um Estado independente?” passou a fazer parte dos questionários a partir de 2014, no lugar da pergunta “E mais concretamente, se amanhã fosse feito um referendo para decidir sobre a independência da Catalunha, o que você faria?” que media a intenção de votos em um referendo. Mesmo com pouca diferença, o “não” ganhou com 45,3%. Isso pode demonstrar que, apesar da maioria concordar que a Catalunha deveria ser independente, tornar-se independente a essa altura parece ainda não convencer a grande maioria dos entrevistados.

essa consulta alternativa. Artur Mas sinalizou que a consulta aconteceria de qualquer forma, ignorando a suspensão.

Naquele momento, o entendimento prevalecente entre os analistas era o de que o Governo espanhol procurava não alimentar polêmicas que pudessem contribuir para o fortalecimento do discurso nacionalista e, nesse sentido, a realização da “consulta alternativa” deveria ser tolerada caso não contasse com a participação direta da Generalitat. Para Madri, o custo político de impedir a “consulta alternativa” superaria os ganhos e facilitaria o “discurso da vitimização” (CARVALHO, 2015, p. 227).

De acordo com os dados da *Generalitat*, um total de 2,305,290 milhões de pessoas compareceram às urnas. Em relação à pergunta 1, “quer que a Catalunha venha a ser um Estado?” as respostas obtidas foram: sim: 92%; não: 5%; em branco: 1%; outros: 2%. Na pergunta 2, “em caso afirmativo, quer que esse Estado seja independente?” as respostas alcançaram números significantes: sim: 88%; não: 11%; em branco: 1%.



Fonte: *El País*⁵².

Os resultados do referendo, que ficou conhecido como 9-N, foram muito comemorados pelos nacionalistas catalães. Artur Mas qualificou o evento de êxito total, pedindo a Madri que o futuro catalão fosse, de uma vez por todas, decidido em conjunto com o Estado espanhol. O governo espanhol, alegando que a consulta havia sido inútil,

⁵² Disponível em: <https://cat.elpais.com/cat/2014/11/09/catalunya/1415542400_466311.html>. Acesso em: outubro 2017.

negou veementemente a proposta, abrindo processo contra Mas e outros líderes, alegando desobediência, prevaricação e malversação de recursos públicos.

Ainda na busca por maneiras efetivas de se alcançar um referendo de verdade, Artur Mas e seus aliados convocaram eleições antecipadas para 27 de setembro de 2015. Antes disso, no dia nacional da Catalunha daquele ano, manifestações maciças convocadas pela ANC juntaram 1,4 milhões de pessoas nas ruas de Barcelona.

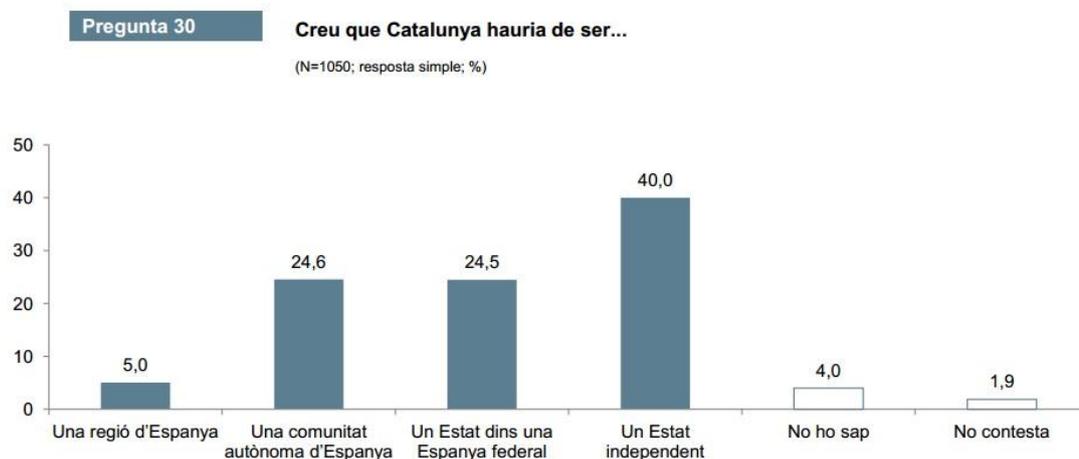
O CiU, uma das coligações mais importantes da Catalunha, foi dissolvida em junho de 2015, devido as diferentes visões e tensões geradas em relação ao processo de soberania. Para as novas eleições de 2015, o CDC, agora em conjunto com a ERC, formavam o *Junts pel Sí* (JxSí), de caráter totalmente independentista. Parte do programa eleitoral do JxSí afirmava que, caso o parlamento obtivesse uma maioria independentista, abriria solenemente o processo de independência. Outras chapas importantes com ideais diferentes também tomaram forma nessas eleições, como a nacionalista espanhola *Ciutadans* (C's), a coligação de esquerda *Catalunya Sí que es Pot* e o partido de extrema-esquerda independentista *Candidatura d'Unitat Popular* (CUP).

Com a questão da independência como assunto central, e com o recorde histórico de participação nas eleições regionais da Catalunha, os resultados obtidos não foram ideais para os independentistas. Mesmo ganhado maioria parlamentar, a soma de todos os votos dos nacionalistas catalães não chegou à maioria absoluta, chegando a 48%. Sob análise do principal jornal espanhol, o *El País*, os independentistas ganharam a eleição, mas perderam o plebiscito⁵³. Agora, seria necessário que os independentistas compactuassem com outras coligações para seguir segurança o caminho à independência.

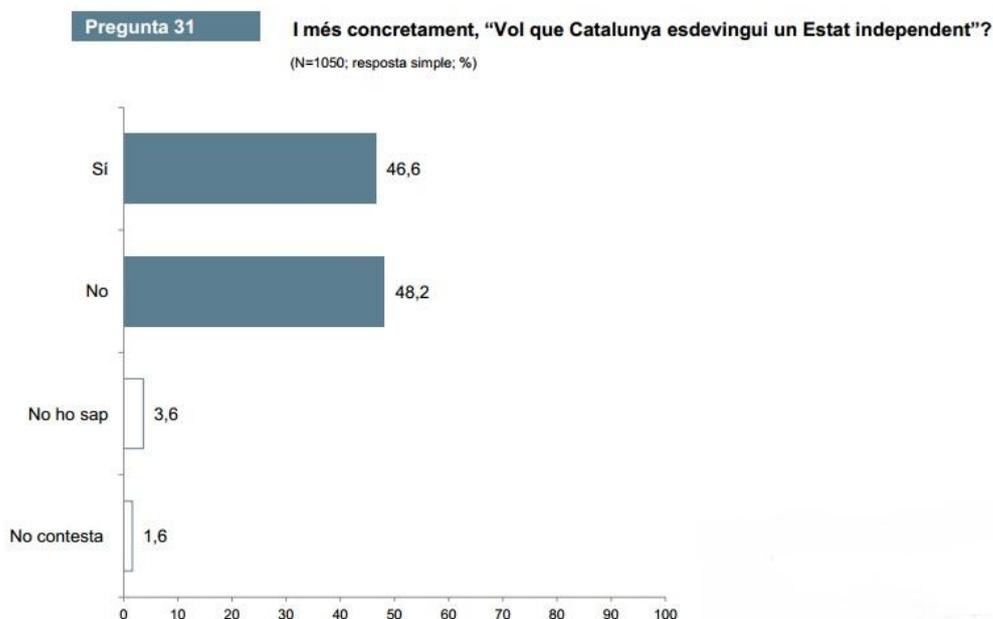
Sem ampla maioria para seguir os planos independentistas e sem acalmar suas tensões com Madri, a Catalunha encontrava-se em um ambiente de incertezas. Artur Mas não havia sido reconduzido ao cargo de presidente da *Generalitat*, e nem havia certezas de que o seria. Além, a política catalã precisava aguardar os resultados das eleições gerais na Espanha em dezembro de 2015.

⁵³ Mais detalhes da análise em: NOGUER, Miquel. Los independentistas ganan las elecciones y pierden su plebiscito. *El País*, Barcelona, 28 de setembro de 2015. Disponível em: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2015/09/27/catalunya/1443387513_045607.html>. Acesso em: junho 2017.

Em outubro, o parlamento catalão deu início ao processo de independência. Sem contar com o apoio da maioria da população, os partidos unionistas C's, PSC e PP entraram com recursos contra a decisão, acusando-a de inconstitucional e fraudulenta. No mesmo dia, o Tribunal Constitucional espanhol aceitou os recursos⁵⁴.



Fonte: *Dossier de premsa de l'Enquesta sobre context polític a Catalunya es basa en els resultats de l'estudi Enquesta sobre context polític a Catalunya. 2015 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 806*⁵⁵.



⁵⁴ Mais informações em: GAREA, Fernando. El Constitucional admite los recursos contra el texto independentista. El País, Madri, 5 de novembro de 2015. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2015/11/05/actualidad/1446727144_294559.html>. Acesso em: junho 2017.

⁵⁵ No final de 2015, a pergunta "Crê que a Catalunha deveria ser..." "Um estado independente" segue à frente, com 40%.

Fonte: *Dossier de premsa de l'Enquesta sobre context polític a Catalunya es basa en els resultats de l'estudi Enquesta sobre context polític a Catalunya. 2015 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 806*⁵⁶.

As eleições gerais de dezembro de 2015 na Espanha resultaram no parlamento mais fragmentado desde a transição do regime franquista para o democrático. Sem a possibilidade de um acordo, o rei Felipe VI convocou novas eleições para junho de 2016. Em meio à instabilidade política nacional e com Artur Mas⁵⁷ sem número suficiente de votos no parlamento para empossar-se novamente presidente, o governo da Catalunha entrou em acordo e decidiu tornar Carles Puigdemont o novo presidente da *Generalitat*, a partir de janeiro de 2016.

Os mais recentes desdobramentos mostram que o nacionalismo catalão encontrava-se mais em voga do que nunca. As eleições gerais espanholas de junho de 2016 deram maioria vitoriosa à direita, mantendo Mariano Rajoy e o PP no poder. Na Catalunha, já no começo de 2016, a união entre o JxSí e a CUP deu início aos trâmites das leis de ruptura aprovadas no 9-N que encaminhariam o processo de independência⁵⁸. Logo depois, os partidos de oposição mostraram-se contra e seguiam em protesto contra a abertura do processo de independência, reiterando sua inconstitucionalidade.

Entre tentativas e reveses, o governo catalão segue em uma incansável procura por meios legais e definitivos de realizar seu referendo e sua independência. Recentemente, o *Parlament* anunciou que fará um novo referendo em 1º outubro de 2017. Em tentativa incisiva de tentar burlar as leis constitucionais e os prováveis impedimentos do governo nacional, o governo da Catalunha trabalhava na chamada *Ley de Transitoriedad Jurídica*, que em realidade é uma espécie de declaração de uma

⁵⁶ Na mesma pesquisa do final de 2015, a pergunta “Gostaria que a Catalunha se tornasse um Estado independente?”, o “não” aumentou sua margem em relação ao “sim”, chegando a 48,2%. Ainda há uma vontade por independência, mas a população parece compreender que as condições permanecem desfavoráveis para que ela aconteça.

⁵⁷ Além disso, nesse período Mas estava sendo acusado pelo *Tribunal Constitucional* de desobediência e prevaricação por ter realizado o referendo 9-N de forma ilegal. A sentença saiu no começo de 2017, condenando-o apenas por desobediência, fazendo com que Mas esteja inabilitado de exercer cargos políticos por 2 anos. Mais informações em: SALLÉS, Quico. Artur Mas condenado a dos años de inhabilitación por el 9N. *La Vanguardia*, Barcelona, segunda-feira, 13 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20170313/42848753821/9n-justicia-inhabilitacion-artur-mas.html>>. Acesso em: outubro 2017.

⁵⁸ ROGER, Maiol. Junts pel Sí y la CUP inician el trámite de las leyes de ruptura. *El País*, Barcelona, 4 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2016/02/03/catalunya/1454520481_583188.html>. Acesso em: junho 2017.

República da Catalunha, composta de artigos e disposições, já dentro das normas da União Europeia, como se fosse um documento nacional catalão de fato. Os resultados do 1-O deverão apontar a seriedade e legitimidade (ou não) do projeto, bem como servir de base para elucidar o que está por vir em relação ao movimento nacionalista, à Espanha, à União Europeia e os demais envolvidos nesse processo.

2. 5. 1 AS NOVAS LIDERANÇAS DE ARTUR MAS E CARLES PUIDGEMONT

Diferente de Jordi Pujol, os novos chefes do CDC/PCdeCAT e do CiU/JxSí ainda não entraram (e talvez nem entrarão) para a história da Catalunha como habilidosos líderes políticos. Enquanto presidentes dos partidos, coligações e do governo catalão, ambos estiveram no meio da maior tormenta política da Catalunha desde o retorno da democracia, buscando balancear suas posições de acordo com os desdobramentos econômicos e políticos de sua relação com o governo central, além de tentar contentar seus aliados e o eleitorado.

Artur Mas, o primeiro presidente da Generalitat no retorno do CiU, começou a construir sua carreira política desde cedo. Formado em Ciências Economia pela *Universidad de Barcelona*, trabalhou no antigo *Departamento de Comercio, Consumo y Turismo* da *Generalitat* até 1988, e em 1987 foi eleito conselheiro municipal de Barcelona, com reeleições em 1991 e 1995. Em 1995, foi eleito deputado do CiU no *Parlament*. Nos anos seguintes, seguiu seu trabalho como conselheiro econômico em órgãos oficiais da *Generalitat*. Tornou-se secretário-geral do CDC em novembro de 2000, já se preparando para uma candidatura à presidência da *Generalitat*. Anos depois, Mas chega à presidência da Catalunha.

Uma das maiores críticas a Pujol, seu antecessor líder do CDC na presidência do governo catalão, era a posição dúbia em relação à independência da região. Pujol sempre havia se mostrado a favor de mais autonomia, mas quando era perguntado sobre independência, nunca havia deixado clara sua posição. Artur Mas, ao contrário, antes mesmo de sua eleição a presidente, se declarou como um “soberanista que muitos catalães de tradição moderada carregam em si”, afirmando que votaria “sim” em um

hipotético referendo de independência⁵⁹. Afirmou ainda que, por ora, não pretendia colocar um referendo de independência em prática. Veremos mais tarde claras indicações desse fato em seu primeiro discurso de posse.

A maior preocupação de Mas na época, como anteriormente descrito, era com a economia catalã e o *Pacte Fiscal*. O momento de inflexão de Artur Mas aconteceu já em 2012, quando afirmou ao jornal *Le Monde*, como já demonstrado anteriormente, que a Catalunha deveria seguir seu próprio caminho. Notaremos, no próximo capítulo, que seu novo discurso de posse como vencedor das eleições antecipadas daquele mesmo ano transparece essa mudança de objetivo do partido, parecendo estar até mais perto de seus ideais pessoais.

Depois de anunciar que o referendo aconteceria, Artur Mas depositou grande parte de seu mandato em fazê-lo acontecer mesmo com os empecilhos dos outros partidos e do estado espanhol. Classificando o resultado do referendo como êxito e já tendo dado início ao processo de independência, Artur Mas teve que deixar o cargo pouco tempo depois, devido a desentendimento entre partidos aliados e às investigações do Tribunal Constitucional espanhol sobre os crimes de desobediência e prevaricação. Depois de deixar a presidência, elegeu-se presidente do PDeCAT, trabalhando na reformulação do partido. Sua condenação política retirou sua habilidade política no começo de 2017, proibindo-o de exercer qualquer cargo público local, autonômico e estatal, além de multá-lo em mais 5 milhões de euros, valor que, de acordo com o Tribunal de Contas, refere-se a consulta do 9N.

O mais novo presidente da Catalunha, Carles Puigdemont, teve uma ascensão política muito rápida. Segundo o *La Vanguardia*, seu ativismo político sempre esteve voltado para o independentismo, tendo sido um dos fundadores do ramo juvenil do CDC, *Joventut Nacionalista de Catalunya*⁶⁰.

Formado em Jornalismo, trabalhou no início dos anos 90 com aplicação de novas tecnologias de informação, que deu início a *Agència Catalana de Notícies* (ACN)

⁵⁹ Parte de matéria sobre os candidatos à presidência em 2010. Mais informações em: NOGUER, Miquel. Un federalista contra un soberanista. *El País*, Barcelona, domingo, 28 de novembro de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/11/28/espana/1290898802_850215.html>. Acesso em: novembro 2017.

⁶⁰ OLLER, Sílvia. Carles Puigdemont, de alcalde de Girona a president de la Generalitat. *La Vanguardia*, sábado, 9 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20160109/301290104228/carles-puigdemont-president-generalitat.html>>. Acesso em: novembro 2017.

da *Generalitat*, a qual dirigiu até 2002. Voltou ao jornalismo em 2004 como diretor geral do *Catalonia Today*, periódico catalão com notícias em inglês.

Filiado ao CiU, deixou a carreira jornalística em 2006, quando o partido ofereceu-lhe fazer parte do *Parlament*, além de aspirar à chefia da cidade Girona. Ganhou as eleições municipais somente em 2011, sendo o primeiro presidente não socialista a governar a cidade, permanecendo no cargo até 2016. De julho 2015 a janeiro de 2016, Puidgemont ainda foi presidente da *Associació de Municipis per la Independència* (AMI). Esse cargo, além de emplacá-lo como um rosto importante do processo soberanista, deu a ele uma visibilidade pública maior nos meses que precederam sua entrada no comando da *Generalitat*.

Assim, quando Artur Mas viu-se incapaz de seguir no governo da Catalunha a partir de 2016, um acordo entre o JxSí e a CUP decidiu tornar Puidgemont o novo presidente catalão, visando seguir com firmeza o processo de independência. Já em seu discurso de posse, o qual será analisado no próximo capítulo, fica visível que a principal intenção de Puidgemont é seguir os passos para que a Catalunha torne-se independente durante seu mandato, buscando conseguir arcar os custos desse processo.

2. 6 A RELAÇÃO ENTRE A CATALUNHA E A UNIÃO EUROPEIA

A integração europeia é resultado de decisões políticas tomadas por estados soberanos com o objetivo de melhorar seus balanços políticos, econômicos e sociais aos olhos de seus cidadãos e de seu eleitorado. Atuando por meio de instituições supranacionais, e sendo o primeiro bloco regional a instaurar o uso de uma moeda comum (euro), a União Europeia (UE) conta hoje com 28 membros, todos Estados soberanos que, de certa forma decidiram ceder um pouco de sua soberania em prol dessa cooperação supranacional.

A Catalunha sempre se considerou uma região altamente progressista, mostrando-se favorável aos ideais da União Europeia. Com o tempo, a união tornou-se uma grande parceira comercial da região, transformando a Catalunha em um notável

parceiro da cooperação *Four Motors of Europe*⁶¹. Em função disso, criaram-se muitas dúvidas a respeito da resposta da União Europeia a uma possível independência da região.

Não existe, atualmente, uma resposta para o que de fato aconteceria caso a Catalunha se tornasse um novo país. Desde sua criação, a União Europeia ainda não enfrentou uma situação de secessão de algum de seus países membros, tornando difícil prever quais seriam suas reações políticas. Os partidos políticos e os movimentos sociais que dão suporte para um estado catalão apresentem a associação ininterrupta à UE como uma salvaguarda à viabilidade da independência da Catalunha. Já seus oponentes apostam na descontinuidade dessa associação, que aconteceria inevitavelmente após a independência, fazendo com que os mais de 7 milhões de habitantes da Catalunha percam seus direitos e privilégios advindos da União (GUIRAO, 2016).

Essa questão de contínua associação com a UE é um ponto crucial para o movimento independentista catalão. Uma continuidade na UE e, conseqüentemente, na zona do euro, reduziria imediatamente os custos e os riscos em potencial causados por uma independência abrupta. Enquanto isso, a expulsão automática e um novo pedido de admissão resultariam em um cenário extremamente preocupante para o novo país.

De fato, nas palavras de Connolly (2013):

Com certeza, a relação entre a integração europeia e o nacionalismo é complexa e às vezes contraditória. Embora a UE ofereça vias para a articulação e a busca de objetivos nacionalistas além das fronteiras do Estado, também reforça o significado do estado, limitando a plena participação em suas instituições aos Estados membros; enquanto a integração cria certas redes de segurança que tornam mais fácil para as nações sem Estado contemplar a independência, a dimensão europeia também pode complicar o processo de separação. No entanto, independentemente dessas complexidades, a UE tornou-se um componente crítico das aspirações nacionalistas sub-estatais. (CONNOLLY, 2013, p. 54, tradução livre)⁶².

⁶¹ Composta por quatro grandes regiões industrializadas da Europa, a Catalunha, juntamente com Baden-Württemberg (Alemanha), Lombardia (Itália) e Auvergne-Rhône-Alpes (França) compõe uma cooperação regional que visa a internacionalização dessas regiões, promovendo cooperações política e econômicas a longo prazo.

⁶² “To be sure, the relationship between European integration and substate nationalism is complex and at times contradictory. While the EU provides avenues for the articulation and pursuit of nationalist objectives beyond the borders of the state, it also bolsters the significance of statehood by limiting full participation in its institutions to member states; while integration creates certain safety nets that make it easier for stateless nations to contemplate independence, the European dimension might also

Em momentos, pode até parecer um paradoxo que a Catalunha opte por tornar-se um país independente e ao mesmo tempo membro de uma união supranacional, onde teria que conceder uma porção de sua soberania. Porém, as vantagens econômicas e a estabilidade de um novo país independente na Europa central por meio de ligação política com um movimento de cooperação tão bem sucedido parecem ser elementos imperativos à sobrevivência desse novo Estado.

Uma das maiores demonstrações das intenções da Catalunha em tornar-se um novo país *européu* aconteceu na *Diada* de 2012, quando mais de um milhão de pessoas marcharam pela independência nas ruas de Barcelona sob o lema “Catalunha, novo Estado da Europa” depois disso, o projeto de transformar-se em um novo estado europeu passou a fazer parte das reivindicações por independência.

É importante mencionar que, em se tratando de um movimento que chama atenção internacionalmente, a Catalunha, bem como outros movimentos nacionalistas, por vezes embasa sua reivindicação por autonomia no conceito de autodeterminação, presente inclusive no manifesto inicial do Direito a Decidir. Contudo, legalmente falando, trata-se de um termo limitado (CONNOLLY, 2013), visto que seu conceito principal está intimamente ligado aos movimentos de descolonização da África nas décadas de 1960 e 1970. Nas décadas que seguiram a adoção da Carta da ONU (que vigora desde 1945), a autodeterminação tornou-se quase que exclusivamente associada ao processo de descolonização. Todos os outros processos de secessão que ocorreram depois de 1945 foram alcançados com o consenso do que é o Estado-nação (Senegal, Cingapura), ou foram resultado da dissolução desse (Iugoslávia, Tchecoslováquia). Portanto, pode-se dizer que atualmente existe pouco suporte para que o direito de autodeterminação ocorra fora do contexto colonial (CONNOLLY, 2013).

Com isso, observa-se a importância do amparo da União Europeia no caso catalão. O governo independentista catalão se apoia no ideal de que, por já ser parte da UE, e pela união adotar valores democráticos (visto que, para os catalães nacionalistas, o direito de decidir a independência é um ato de democracia), sua entrada no bloco seria instantânea, ou que teria sua admissão em um processo mais rápido perante os demais

complicate the process of secession. Regardless of these complexities, however, the EU has become a critical component of sub-state nationalist aspirations” (CONNOLLY, 2013, p. 54).

países em tal procedimento, já que segundo eles, não é do interesse da UE que uma região economicamente forte como a Catalunha seja excluída do bloco. A União nunca deu uma resposta oficial a essas especulações. Durante todo o desenvolvimento do referendo pela separação da Escócia do Reino Unido, realizado em 2014, o presidente da Comissão Europeia (entre 2004 e 2014), José Manuel Barroso, afirmou em mais de uma ocasião que um país proveniente de uma secessão de um Estado membro da UE teria que candidatar-se novamente a membro permanente, como manda o procedimento padrão da união.

À Catalunha, em 2012, uma carta do então Secretário de Estado da Espanha para a União Europeia, Iñigo de Vigo, dirigida a Vice-Presidente da Comissão Europeia para Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Viviane Reding, afirmava que a UE não pode reconhecer uma declaração de independência unilateral de uma parte de um Estado membro. Em resposta, Reding alegava que concordava com a análise de Vigo, e que sua posição era a mesma expressa pelo presidente Barroso (CARVALHO, 2015).

Guirao (2016) reitera que uma declaração unilateral de independência por parte da Catalunha, sem uma maioria de votos a favor, colocaria um fim em qualquer potencial de negociação com a União Europeia por diversos fatores:

Em primeiro lugar, tal ação unilateral conduzirá inevitavelmente ao conflito, não apenas com a Espanha, mas dentro da Catalunha, uma vez que a maioria da população em questão não se sentiria representada por tal decisão. Em segundo lugar, tal ação proporcionaria garantias fracas para a sustentabilidade do processo, uma vez que uma nova votação poderia mais facilmente mudar a decisão, em um claro cenário eleitoral majoritário. E, em terceiro lugar, essa opção seria contrária aos requisitos legais estabelecidos pelo próprio Parlamento catalão, com o apoio do voto de uma maioria de quase 90 por cento, em que o Estatuto de Autonomia de 2006 só poderia ser alterado por uma maioria de dois terços da Câmara Catalã (GUIRAO, 2016, p. 193, tradução livre)⁶³.

Uma secessão unilateral iria não só de encontro com as leis catalãs, mas também contra o artigo 4.2⁶⁴ da própria União Europeia, que assegura o respeito à soberania do

⁶³ “First of all, such unilateral action will inevitably lead to conflict, not only with Spain, but within Catalonia itself, since the majority of the incumbent population would not feel itself represented by such a decision. Second, such action would provide weak guarantees for the sustainability of the process since a new vote could more easily turn the decision over than in a clear majority electoral scenario. And third, this option would run counter to the very legal requirements established by the Catalan Parliament itself, with the support of a majority vote of almost 90 per cent, that the Statute of Autonomy of 2006 could be changed only by a two-thirds majority vote of the Catalan chamber” (GUIRAO, 2016, p. 193).

⁶⁴ O artigo estabelece “A União respeita a igualdade dos Estados-Membros perante os Tratados, bem como a respectiva identidade nacional, refletida nas estruturas políticas e constitucionais fundamentais de cada um deles, incluindo no que se refere à autonomia local e regional. A União respeita as funções

Estado membro. Ainda de acordo com o tratado da UE, o artigo 49⁶⁵ afirma que todos os Estados membros devem estar de acordo com a admissão do Estado peticionário. Isso acarretaria um grave problema para a Catalunha, visto que a Espanha dificilmente seria a favor de sua entrada.

Os custos de uma saída unilateral da Catalunha envolvem também a participação no mercado único europeu, especulação sobre uma expulsão da zona do euro, e as possíveis dificuldades de acesso do novo país ao Banco Central Europeu. Embora o mercado único seja um dos elementos mais flexíveis da UE, não há certeza sobre as outras dimensões econômicas que podem consternar um novo Estado.

2. 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A Catalunha vive um momento de profundas incertezas. Enquanto seu governo trabalha para que a independência aconteça mesmo com a proibição do Tribunal Constitucional espanhol, as medidas que devem ser tomadas desagradam uma maioria da população. Em pesquisas feitas pelo instituto espanhol Metroscopia, a população catalã se mostra bastante preocupada. A pesquisa de maio de 2017 mostra que 66% dos entrevistados acha que o processo soberanista não está em um bom momento. 62% pensam que a probabilidade de independência é muito pequena ou nula.

Caso o referendo fosse considerado legal, a maioria segue afirmando que gostaria que a Catalunha continuasse fazendo parte da Espanha, contanto que adquirisse maiores competências e garantias. Em relação a uma declaração completamente unilateral e às leis de ruptura, mais de 60% dos entrevistados se mostraram contrários e declararam as leis inaceitáveis. A pesquisa mostra ainda que, no que concerne a

essenciais do Estado, nomeadamente as que se destinam a garantir a integridade territorial, a manter a ordem pública e a salvaguardar a segurança nacional. Em especial, a segurança nacional continua a ser da exclusiva responsabilidade de cada Estado-Membro.”

⁶⁵ O segundo parágrafo do artigo sustenta que “As condições de admissão e as adaptações dos Tratados em que se funda a União, decorrentes dessa admissão, serão objeto de acordo entre os Estados-Membros e o Estado peticionário. Esse acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais”.

identificação dos cidadãos, 50% mostrou-se sentir tanto espanhol como catalão, enquanto 23% consideram-se apenas catalão⁶⁶.

O *Baròmetre d'Opinió Política*, organizado e promovido pelo *Centre d'Estudis d'Opinió* (CEO) oficial do governo catalão, mostra que, no primeiro período de 2017, 37,3% acreditavam que a Catalunha deveria ser um país independente. 50,3% são a favor da celebração de um referendo, mesmo sem o consentimento legal do Estado espanhol. Contudo, 48,5% disse que não quer que a Catalunha se torne um país independente, contra 44,3% a favor⁶⁷.

É importante sempre notar que existem tendências quando se trata de pesquisas de órgãos espanhóis e catalães. O lado espanhol pode atribuir menor impacto à favorabilidade nas pesquisas de independência e até mesmo na maneira de formular suas perguntas, enquanto o lado catalão deve fazer o movimento inverso.

Como visto no contexto histórico, todo reconhecimento de continuidade e tradição do nacionalismo catalão encontra-se preservado, tanto na cultura quanto na política na região. O catalão como língua oficial e a exibição de seus símbolos e de sua cultura são facilmente encontrados nas ruas e em manifestações que celebram a *Diada*, dentre outros eventos importantes. A busca por maior autonomia, elemento constante na história da região, deve seguir por outros meios. O que resta é tentar construir um vínculo mais forte entre o atual governo e as pretensões da grande maioria da população, que já se mostrou contrária às deliberações mais exorbitantes propostas pelos independentistas.

Como os gráficos demonstraram, contudo, enquanto uma maioria pequena da população acha que a Catalunha deveria ser um país independente, o apoio para que isso aconteça em curto prazo não demonstra uma superioridade significativa. Já os gráficos que se relacionam diretamente com a possibilidade de uma independência registraram a perda do “sim” em suas últimas pesquisas, mostrando que embora a população deseje uma região independente, compreende, em sua maioria, que a ocorrência disso no momento não seria ideal. À medida que o referendo se aproxima, o governo de

⁶⁶ A pesquisa completa se encontra disponível no seguinte endereço <<http://metroscopia.org/informe-completo-clima-politico-cataluna/>>. Acesso em: outubro 2017.

⁶⁷ Fonte: *Dossier de premsa del BOP. 1a onada 2017 es basa en els resultats de l'estudi Baròmetre d'Opinió Política. 1a onada 2017 corresponent al Registre d'Estudis d'Opinió número 850.*

Puigdemont deve intensificar seus pedidos por independência, mas ainda assim depende do resultado da população, que é capaz de refrear as imposições de seus líderes.

A Catalunha, bem como a Escócia e o Québec, deve seguir como objetos de estudo do nacionalismo moderno, tendo suas trajetórias ainda em desenvolvimento. Em um cenário bastante complexo, dada as tensões internas históricas entre Madri e Barcelona, bem como as possíveis tensões externas com a União Europeia, a Catalunha espera por mudanças positivas em seu futuro. Embora se encontre em uma conjuntura desfavorável a mudanças profundas, principalmente às desejadas alterações na política econômica, o diálogo entre os governos, bem como entre governos e população, deve ser elemento essencial para desfecho tranquilo e propício para todas as partes.

3 OS DISCURSOS DE POSSE DOS PRESIDENTES DA CATALUNHA DOS ANOS DE 1980, 1999, 2010, 2012 E 2016

Depois de percorrer o histórico do nacionalismo catalão, determinar os contextos político, econômico e social nos quais os discursos estão situados e identificar os autores que os proferiram, adentramos o capítulo final, tratando, enfim, dos documentos mais importantes do trabalho: os discursos de posse.

Os chamados *discursos de investidura* são os discursos proferidos pelos candidatos à presidência da *Generalitat*, que são os candidatos de partidos e coligações vencedores das eleições regionais, indicados pelo presidente do *Parlament*. Nesses discursos, os candidatos apresentam seu plano de governo, o qual deve ser aprovado pelo *Ple Del Parlament* (Plenário do Parlamento). Para tanto, há, sempre depois da apresentação do plano, um debate com os membros do *Parlament*, que serve para que os deputados demonstrem apoio, proponham mudanças, e dialoguem com o candidato. Para ser investido presidente, o candidato deve ter o voto favorável da maioria absoluta dos membros da câmara na primeira votação, ou maioria simples na segunda.

Antes de tudo, daremos seguimento às partes da análise preliminar dos documentos. Por se tratarem de documentos evidentemente oficiais e de natureza similar, pouco se pode questionar sobre autenticidade e confiabilidade. Os três primeiros discursos foram encontrados em um arsenal interativo da página eletrônica do jornal *La Vanguardia*⁶⁸, que traz todos os discursos de posse dos presidentes da *Generalitat* desde 1980 até 2010. A fonte de todos os discursos é o *Parlament de Catalunya*. Os outros dois discursos, de 2012 e 2016, por serem mais atuais, foram facilmente encontrados na íntegra em sites de notícias da Catalunha. As fontes primárias são igualmente o *Parlament*.

As outras fontes que dão suporte a esse trabalho também podem ser consideradas autênticas e confiáveis. Jornais importantes, reconhecidos nacional e internacionalmente, como os espanhóis *El País*, *ABC*, os catalães *La Vanguardia* e *El Periódico*, trazem informações que, por mais que por vezes se mostrem tendenciosas (os

⁶⁸ Trazendo ainda gráficos com as palavras mais utilizadas em todos os discursos, a página dispõe interatividade completa dos 9 discursos. Está disponível em: <<http://interactivos.lavanguardia.com/elecciones/discursos-investidura-todos.html>>.

espanhóis podem favorecer o governo espanhol ou um determinado partido, enquanto os catalães podem amparar com mais vigor seu próprio governo ou algum partido), tendem a noticiar os fatos de acordo com a maneira como ocorrem.

Os sites oficiais da *Generalitat* e do *Parlament* também acabaram por ser uma boa fonte de autenticidade e transparência. Os esclarecimentos sobre o funcionamento e o histórico da *Generalitat* dali obtidos foram de suma importância para esse trabalho. Além disso, a disposição das pesquisas oficiais do *Centre d'Etudis d'Opinió*⁶⁹, órgão oficial da *Generalitat* que realiza questionários e pesquisas de opinião pública, foi de grande colaboração na contextualização histórica e social do capítulo anterior. Como já declarado, nesse caso também pode ser verificada certa tendência de favorecimento à Catalunha de resultados positivos ou negativos, dependendo do formato e como é feita pergunta.

Quanto à natureza dos textos, todos têm o mesmo princípio político. Posto que se tratam de discursos de posse de presidentes de um governo, todos os textos contêm conteúdo predominantemente político em forma de planos de governo de duração de quatro anos, tratando de diversos segmentos da sociedade catalã, como economia, cultura, saúde, entre outros. Nesse trabalho, trataremos exclusivamente do segmento que diz respeito às questões que envolvem nacionalismo, a autonomia, e a independência da região. O que pode mudar, conforme veremos, é a natureza das manifestações nacionalistas cívicas dos textos, que se deslocam de moderadas a mais radicais.

Tendo compreendido o fundamental das partes metodológicas iniciais, passamos agora para os dois últimos elementos da análise preliminar, já os incorporando nos discursos, que podem ser considerados os mais importantes para um entendimento com mais acerto da análise final: os conceitos-chave e a lógica interna do texto. Todos os grifos dos conceitos-chave encontrados nos trechos dos discursos são da autora.

⁶⁹ Aqui se encontram os barômetros, enquetes sobre contexto político da Catalunha, questionários sobre políticas públicas e valorização do governo, dentre diversos temas que envolvem a *Generalitat* e partidos políticos, além de registros de evolução e outros dados de pesquisas de diversos períodos da Catalunha. Disponível em: <<http://ceo.gencat.cat/ceop/AppJava/pages/index.html>>.

3. 1 DISCURSO DE POSSE DE JORDI PUJOL 1980

O primeiro discurso de posse de Jordi Pujol aconteceu em 22 de abril de 1980, pouco mais de um mês depois da primeira eleição regional do pós-transição. Nessa seção, verificaremos os principais conceitos-chave ligados à política, aos ideais do partido e ao nacionalismo catalão dessa primeira fala oficial.

Logo no início de sua fala, Pujol deixou claras as convicções de seu programa político, falando dos fatores que envolvem seu governo. O primeiro é que continua sendo um programa de centro-esquerda, como sempre foi defendido pelo partido.

O próximo ponto chave falou do papel do CiU nesse retorno à democracia, que parece condizer com o que foi a transição nacional: uma busca pacífica por um objetivo em comum onde todos os partidos e diferentes visões encontram espaço, superando a provisionalidade.

Convergència i Unió, senhores e senhores, pretende, porque essa é sua responsabilidade, governar efetivamente e efetivamente atacar os problemas do país, evidentemente de acordo com o Parlamento e sempre que o Parlamento assim permitir (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁰.

O termo “país” ao referir-se à Catalunha parece não ser particularidade de conflito entre o governo central e o catalão. Sobre o conceito de nacionalismo:

No Convergència i Unió, somos basicamente partidos nacionalistas com um conceito globalizador de nacionalismo. Ou seja, o nacionalismo implica a nós uma exigência de servir à coletividade nacional. E estamos muito conscientes de que nós, sozinhos, mesmo que tivéssemos sessenta e oito, setenta ou setenta deputados, não conseguimos construir a Catalunha⁷¹.

Nosso programa terá outra característica: será um programa nacionalista. Se você votar em nós, votará em um programa nacionalista, um governo nacionalista e um presidente nacionalista. Votarão em uma determinação: a de construir um país, o nosso. Votarão na vontade de defender um país, o nosso (...). Votarão em uma ambição: tornar a Catalunha não um grande país por sua força material, que sempre será limitada, mas um grande país por sua

⁷⁰ “Convergència i Unió, senyores i senyors Diputats, pretén, perquè aquesta és la seva responsabilitat, governar efectivament i efectivament atacar els problemes del país, evidentment d’acord amb el Parlament i sempre que el Parlament ens ho permeti” (PUJOL, 1980).

⁷¹ “Convergència i Unió som bàsicament uns partits nacionalistes amb un concepte globalitzador del nacionalisme. És a dir, el nacionalisme comporta per a nosaltres una exigència de servei al conjunt de la collectivitat nacional. I som molt i molt conscients que nosaltres sols, ni que tinguéssim seixanta-vuit, setanta o setantacinc Diputats, no podríem construir Catalunya” (PUJOL, 1980).

cultura, sua civilidade e sua capacidade de convivência (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷².

Pujol também se referiu às palavras do artista catalão Pau Casals ao afirmar que: “nós, catalães, sempre devemos defender nossos direitos, mas nunca devemos esquecer nossos deveres” (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷³.

Esse trecho deixa bastante claro o papel do nacionalismo cívico e inclusivo no discurso catalão. Ao empregar o termo “globalizador” para descrever o nacionalismo, além de falar em direitos e deveres, Pujol reafirmou que o nacionalismo catalão tem importantes bases em um nacionalismo cívico, buscando servir acima de tudo o coletivo, mostrando ao exterior sua capacidade de inclusão, mesmo se tratando de uma região conhecida por suas bases nacionalistas. Isso deve ser esclarecido também como ponto a superar o sentido negativo atribuído ao nacionalismo. É importante salientar que em todos os principais partidos catalães observava-se algum grau de nacionalismo. A principal divergência encontrava-se em ser pró-independência, pró-Espanha ou favorecer o direito a autodeterminação, como advogado pelo CDC nessa época.

O programa se guiou por três linhas principais: a de institucionalização da Catalunha, a de defesa da catalanidade e a de economia. Enquanto a primeira trabalha com quesitos mais técnicos de território e comarcas, ao falar da defesa da catalanidade e da economia Pujol deu declarações interessantes.

Eu disse antes que somos um povo agredido em sua identidade. Ou seja, não somos apenas um povo que quer recuperar suas instituições políticas; somos um povo em perigo de desnacionalização e também de ruptura interna profunda e radical. Não vejam o que acabei de dizer como um sinal de desânimo. A Catalunha é um povo o qual, como um de nós disse recentemente, é um povo que durante a história, reis, papas, historiadores, políticos e sociólogos e estatísticos disseram muitas vezes que estávamos acabados, mas sempre retornamos. E agora estamos retornando, estamos superando um período difícil, de ameaça mortal, e este mesmo Parlamento, este ato de hoje, são a prova. Portanto, um dos objetivos fundamentais do programa e do governo que tenho a honra de apresentar nesse Parlamento será a normalização da língua catalã (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁴.

⁷² “El nostre programa tindrà una altra característica: serà un programa nacionalista. Si vostès ens voten, votaran un programa nacionalista, un govern nacionalista i un president nacionalista. Votaran un determini: el de construir un país, el nostre. (...) Votaran una ambició: la de fer de Catalunya no pas un país gran per la seva força material, que serà sempre limitada, sinó un país gran per la seva cultura, el seu civisme i la seva capacitat de convivència” (PUJOL, 1980).

⁷³ “Als catalans que hem de defensar sempre els nostres drets, però que no hem d'oblidar mai els nostres deures” (PUJOL, 1980).

⁷⁴ “He dit abans que som un poble agredit en la seva identitat. És a dir, no som No som només un poble que vol recuperar les seves institucions polítiques; som un poble em perill de desnacionalització i també de ruptura interna profunda i radical. No vegin en el que acaba de dir un signe de desànim.

A importante referência à cultura e à língua catalã esteve sempre presente na história da região, estando sempre sob encargo de políticas locais. Aqui, o nacionalismo com predominância étnica se mostra essencial para explicar essa política e o próprio nacionalismo catalão, sendo um importante alicerce do mesmo. O nacionalismo étnico na Catalunha pode ser explicado para demonstrar a resiliência do povo e da região ao longo de sua trajetória. Por meio da criação de uma *Llei de Bases d'Acció Cultural*, o presidente declarou:

Tudo é institucionalização, mas o fortalecimento e consolidação de nossa cultura e nossa linguagem também são. Esta lei deve ser a base da política nacional de defesa e fortalecimento (...). O Estatuto reconhece a competência exclusiva da Generalitat no campo da cultura (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁵.

Nem a riqueza, nem as formas mais específicas de relação de organização social, nem a cultura da Catalunha não são principalmente obra do Estado, mas dos catalães (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁶.

Assim sendo, para seguir demonstrando a força desse fator identitário, o governo catalão atribuiu à cultura e à língua as bases de sua política, afirmando que ambas políticas atribuídas a esses fatores estão nas mãos da Catalunha, e mais precisamente de seu povo.

Como já se sabe, a questão econômica é um dos maiores focos de embate entre Catalunha e Espanha desde essa época pós-transição. O reconhecimento dos limites da *Generalitat* nesse campo é mencionado com clareza em diversos momentos.

A Generalitat não tem, efetivamente, a grande maioria dos instrumentos e competências necessários para praticar o que geralmente é chamado de uma política econômica. Ou seja, não temos o poder sobre a política monetária, nem sobre a renda, isto é, sobre os preços e os salários. Temos possibilidades limitadas, bastante limitadas no campo fiscal, e mesmo das competências que temos, é aconselhável não usá-las, é o que discutirei mais adiante. E as possibilidades que o Estatuto nos dá em questões financeiras são limitadas,

Catalunya és un poble del qual, com deia un de nosaltres no fa gaire, és un poble del qual a través de la història, els reis, els papes, els historiadors, els polítics i els sociòlegs i els estadístics han dit molts cops que ens havíem acabat, però que sempre hem tornat. I ara mateix estem tornant, estem superant un període difícil, d'amenaça mortal, i aquest Parlament mateix, aquest acte d'avui, en són la prova. Per tant, un dels objectius fonamentals del programa i del Govern que tinc l'honor de presentar em aquest Parlament serà la normalització de la llengua catalana" (PUJOL, 1980).

⁷⁵ "Perquè tot és institucionalització, però l'enfortiment i la consolidació de la nostra cultura i la nostra llengua també ho són. Aquesta llei ha de ser la base de la política nacional de defensa i enfortiment (...). L'Estatut reconeix la competència exclusiva de la Generalitat em el camp de la cultura" (PUJOL, 1980).

⁷⁶ "Ni la riquesa ni les formes més pròpies de relació d'organització social, ni la cultura de Catalunya no són principalment obra de l'Estat, sinó dels catalans" (PUJOL, 1980).

embora possamos agir nos Bancos. Queremos que isso seja claro porque eles não foram criados de acordo com as expectativas. A maioria das decisões que podem ter uma repercussão rápida sobre a economia catalã caem fora do Estatuto (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁷.

Consciente dos limites, nesse primeiro discurso Pujol encorajou o parlamento a ser econômica e socialmente engajado nesse tema, especialmente na busca por meios e instrumentos de superação da crise financeira inicial da reconstrução da Catalunha.

A Generalitat somente indiretamente, quero dizer somente através da sua capacidade de pressão tem de exercer para atuar sobre essas medidas e, essas sim, podem atuar em curto prazo, apenas indiretamente você pode assumir a responsabilidade pelo que acontecerá em seis meses. Mas é de responsabilidade de todos, somos todos responsáveis de sermos economicamente falantes, e, portanto também socialmente falantes, em cinco anos (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁸.

O discurso sobre os limites econômicos do governo catalão seguiu, englobando principalmente as questões fiscais e de crédito. As palavras de Pujol sobre o assunto também prosseguem num tom incentivador, falando sobre a atuação positiva e a pressão que o governo catalão deveria investir na economia ao longo dos anos de recuperação.

Finalmente, o Conselho Executivo que lhes apresento propõe, se for eleito, acompanhar de perto a negociação da Espanha com a Comunidade Econômica Europeia. A Catalunha foi tradicionalmente partidária da integração na Europa, e continua a ser, mas, na forma como a integração econômica ocorre, depende se a nossa economia é ou não capaz de passar no teste dos anos oitenta, e, portanto, que nosso padrão de vida e organização social sigam realmente progressistas. Portanto, embora o Estatuto não reconheça poder de intervenção na negociação, nada nos impede – e o faremos – que monitoremos de perto Madri e Bruxelas para que seja ouvida nossa voz em defesa dos interesses catalães (PUJOL, 1980, tradução livre)⁷⁹.

⁷⁷ “La Generalitat no disposa, efectivament, de la gran majoria d’instruments i competències necessàries per a practicar el que se’n sol dir una política econòmica. És a dir, no tenim potestat sobre la política monetària, ni sobre la de rendes, és a dir, sobre els preus i sobre els sous. Tenim unes possibilitats limitades, força limitades en el camp fiscal, i encara de les compeències que tenim és aconsellable no fer-ne ús, d’aixo en parlaré després. I també són limitades les possibilitats que ens dóna l’Estatut en matèria financera, tot i que podem actuar sobre les Caixes. Volem que això quedi clar perquè no es creïn segons quines expectatives. La majoria de decisions que poden tenir una repercussió ràpida sobre l’economia catalana cauen fora de l’Estatut” (PUJOL, 1980).

⁷⁸ “La Generalitat només indirectament, vull dir només a través de la capacitat de pressió que te i que ha d’exercir per a actuar sobre aquestes mesures que, aquestes sí, poden actuar a curt termini, només indirectament es pot responsabilitzar del que passarà d’aquí a sis mesos. Però és del tot responsable, som tots del tot responsables del que serem econòmicament parlant, i per tant també socialment parlant, d’aquí a cinc anys” (PUJOL, 1980).

⁷⁹ “Finalment, el Consell Executiu que els presento es proposa, si surt elegit, seguir molt de prop la negociació d’Espanya amb la Comunitat Econòmica Europea. Catalunya ha estat tradicionalment partidària de la integració a Europa, i ho continua essent, però de la forma com en el tema econòmic es produeixi aquesta integració, en depèn que la nostra economia sigui o no capaç de superar la prova dels anys vuitanta, i, per tant, que el nostre nivell de vida i la nostra organització social siguin

Mesmo demonstrando-se a favor da integração europeia, a posição do governo de Pujol em relação ao tema também reconhece seus limites políticos, dando a Madrid e Bruxelas seu consentimento de ação, esperando que embora não exerça práticas diretas com o bloco, o intuito progressista do governo catalão seja notado e apoiado.

Pujol encaminhou o final de seu discurso, apresentando os membros de seu conselho executivo, e afirmando que seu governo tratará o processo de institucionalização com máxima energia, propondo uma política possível, uma política viável, de progresso, justiça e focada na construção do país.

Interpreta-se, de fato, como anteriormente destacado em seu perfil político, que a fala de Pujol parece ter um tom bastante conciliador, pragmático e otimista, tanto nos trechos aqui mencionados quanto no discurso em geral. A lógica do texto é a de uma apresentação de proposta de governo bastante engajada, mas realista, coerente com a de um “novo” país em profunda transformação. Muito do que é falado tratou-se predominantemente de planejamentos, como é de se esperar de um governo recém instituído. O que já foi relatado em relação ao contexto e ao autor do discurso revelaram-se coesos com o discurso explorado, especialmente em relação a seu nacionalismo.

3. 2 DISCURSO DE POSSE DE JURDI PUJOL 1999

O sexto mandato consecutivo de Jordi Pujol como presidente da *Generalitat* teve início em 15 de novembro de 1999. Em um ambiente estável, o evento de maior importância entre o primeiro discurso de 1980 e o de 1999 foi a entrada da Espanha na União Europeia, em 1986.

Há vinte e cinco anos, no início da democracia e autonomia, que país queríamos? Queríamos um país democrático, socialmente justo, moderno, rico e economicamente dinâmico: um país europeu. Queríamos um país com uma sociedade civil forte; Queríamos um país com a identidade catalã bem consolidada e com um alto grau de reconhecimento político e institucional (...). Queríamos também uma mudança radical da estrutura do Estado espanhol. E também queríamos que a Catalunha fosse forte o suficiente e, ao todo, suficientemente capaz de se tornar um fator muito importante de

realment progressives. Per tant, tot i que l'Estatut no ens roconeix potestat d'intervenció en la negociació, res no ens priva - i ho hem fer - que a Madrid i a Brusselles la seguim de prop i que hi fem sentir la nostra veu en defensa dels interessos catalans” (PUJOL, 1980).

progresso econômico, social e político da Espanha; de uma Espanha que queríamos deixar de ser a Espanha fechada em si mesma e marginal na Europa. Tudo isso foi alcançado? Entre todos, conseguimos? Em uma parte importante - e deixando para depois precisões não tão positivas - em uma parte importante, sim (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸⁰.

Desde o retorno da democracia à Espanha, pautado pela sua já mencionada rapidez e pragmatismo, a Catalunha conseguiu em um curto período de tempo alcançar bases sólidas para seus principais objetivos democráticos e econômicos⁸¹ (dentro dos seus reconhecidos limites), como declarado pelo presidente. Pujol mencionou ainda o sucesso do “modelo catalão” fora da Catalunha ao relatar uma reportagem do *Le Monde* de 1º de outubro daquele ano sobre a situação das autonomias na Europa⁸², que destacava os êxitos em identidade e progresso da região, graças ao forte sentimento nacional dos catalães. Em seguida, começou a tratar sobre o progresso real da região.

A Catalunha teve durante os últimos anos um progresso – durante os últimos vinte, vinte e cinco anos –, um progresso muito importante. Até que ponto isso é devido à autonomia que temos? Já lhes adianto que, ao meu entender, contribuiu muito (...). Desde 1714, a Catalunha não havia tido tanto por tanto tempo. Portanto, o balanço que acredito é inegavelmente positivo e temos de nos felicitar, e podemos felicitar a todos (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸³.

Contudo, ao indagar se esse progresso foi suficiente, Pujol aprofundou seu discurso crítico afirmando:

⁸⁰ “Ara fa vint-i-cinc anys, a l’inici de la democràcia i de l’autonomia, quin país volíem? Volíem un país democràtic, socialment just, modern, creador de riquesa i econòmicament dinàmic: un país europeu. Volíem un país amb una societat civil forta; Volíem un país amb la identitat catalana ben consolidada i amb un alt grau de reconeixement polític i institucional (...). Volíem també un canvi molt radical de l’estructura de l’Estat espanyol. I també volíem que Catalunya fos prou forta i, en tot, prou capaç per esdevenir un factor molt important de progrés econòmic, social i polític d’Espanya; d’una Espanya que volíem que deixés de ser l’Espanya tancada en ella mateixa i marginal a Europa. Tot això, s’ha aconseguit? Entre tots, ho hem aconseguit? En una part important –i deixant per a després precisions no tan positives–, en una part important, si” (PUJOL, 1999).

⁸¹ De acordo com o El País, entre os anos de 1995 e 1999, o PIB per capita em relação à convergência real da Europa aumentou 5,10 pontos. No final de 1999, a região tinha um PIB de 103,6% em relação à média da União Europeia, e 20 pontos acima da média da Espanha (83,17). Mais tarde, o presidente cita mais dados sobre o PIB da região. Mais detalhes em: Cataluña alcanzó el 103,6% del PIB comunitario 'per cápita' en 1999. El País, 7 de fevereiro de 2001. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2001/02/07/catalunya/981511652_850215.html>. Acesso em: janeiro 2018.

⁸² A reportagem não foi encontrada online.

⁸³ “Catalunya hi ha hagut durant els darrers anys, un progrés – durant els darrers vint anys..., vint, vint-i-cinc anys –, un progrés molt important. Fins a quin punt això és degut a l’autonomia que tenim? Ja els avanço que, al meu entendre, hi ha contribuït molt (...). Del 1714 ençà, Catalunya no havia tingut mai tant durant tant de temps. Per tant, el balanç crec que és innegablement positiu i ens n’hem de congratular, i ens en podem congratular tots” (PUJOL, 1999).

Creio que não. E, sobretudo, a pergunta é: o conjunto de instrumentos institucionais, políticos e financeiros dos quais dispomos é suficiente para continuar a progredir – falo do futuro – e fazê-lo em toda a frente, em todos os campos? Também já lhes adianto que, em minha opinião, não. Fazer com que a resposta possa ser mais afirmativa daqui a quatro anos, fazer isso é o objetivo prioritário do Convergència i Unió durante essa legislatura (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸⁴.

Para ele, a Catalunha já se encontra muito acima em relação ao seu passado, mas alega que o país necessita ser mais, institucionalmente falando, para assegurar sua viabilidade no futuro. Pujol inclusive baseou suas aspirações para seu plano de governo nos próximos quatro anos no ex-presidente catalão Francesc Macià, que dizia que a Catalunha deveria ser um país próspero, socialmente justo, politicamente livre, e espiritualmente glorioso.

Podemos fazer tudo? Temos as ferramentas e os recursos para fazê-lo? Pode parecer que sim; Podem parecer que sim, por quê? Porque, começemos, aplicamos uma lei tão ambiciosa, tão cara e tão difícil quanto a LOGSE, melhor do que qualquer um na Espanha. Ensinamos crianças de três a seis anos, melhor do que qualquer um - do País Basco e de Navarra, que já tem o financiamento que vocês conhecem.

De 1986 a 1998, aumentamos o nosso PIB em 86%, quase 100%, em comparação com a média da União Europeia. A Organização Mundial da Saúde valoriza altamente - em seus documentos - nosso sistema de saúde. Estamos fazendo irrigação; Nós aplicamos uma taxa superior à exigida pelas regulamentações ambientais da União Europeia; Nós implantamos a polícia autônoma em todo o território, etc., etc., etc. uma longa etcétera (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸⁵.

Pujol enalteceu a *Ley Orgánica General del Sistema Educativo* (LOGSE)⁸⁶, projeto nacional de educação, e sua bem sucedida aplicação na Catalunha. Tratando-se

⁸⁴ “Crec que no. I, sobretot, la pregunta és: el conjunt d’instruments institucionals, polítics i financers de què disposem són suficients per seguir progressant –parlo de futur– i fer-ho en tot el front, en tots els camps? També els avanço que, al meu entendre, no. Fer que la resposta pugui ser més afirmativa d’aquí a quatre anys, fer això és l’objectiu prioritari de Convergència i Unió durant aquesta legislatura” (PUJOL 1999).

⁸⁵ “Podem fer-ho, tot això? Tenim les eines i els recursos per fer-ho? Podria semblar que sí; podria semblar que sí, per què? Perquè –comencem– apliquem una llei tan ambiciosa, tan cara i tan difícil com la LOGSE, més que ningú a Espanya. Escolaritzem els nens de tres a sis anys, més que ningú – fora d’Euskadi i Navarra, que ja tenen el finançament que vostès saben.

De 1986 a 1998 hem fet pujar el nostre PIB del 86%, pràcticament, al 100%, respecte a la mitjana de la Unió Europea. L’Organització Mundial de la Salut valora altament –ells ho valoren en els seus documents– el nostre sistema sanitari. Estem fent regadius; apliquem un ritme superior a l’exigít a les normes mediambientals de la Unió Europea; despleguem la policia autonòmica per tot el territori, etcètera, etcètera, etcètera; un llarg etcètera” (PUJOL, 1999).

⁸⁶ A LOGSE foi a lei educativa espanhola, promulgada em outubro de 1990, substituída da *Ley General de Educación* de 1970, vigente desde a ditadura de Franco. A LOGSE implementou um sistema educacional baseado em princípios constitucionais e gestão democrática, estabelecendo pela primeira

de um projeto caro, aproveitou para criticar o desempenho das regiões que, ao contrário da Catalunha, detêm controle fiscal, buscando mostrar a capacidade da região mesmo não tendo sua máxima de recursos. Pode-se verificar aqui que os ideais de nacionalismo econômico começam a aparecer. Adiante, procurou demonstrar feitos importantes da Catalunha, tanto na questão do PIB quanto em seu bom funcionamento em outras áreas.

Finalmente, há a opinião daqueles que nos olham de fora - de fora da Catalunha -, que não só valorizam muito o resultado de nossa autonomia, mas deduzem, com certa lógica, que temos muitos meios. E também a opinião pública espanhola. Bem, não, não é assim. Não só isso não é assim, mas se não melhorarem substancialmente nosso financiamento e nosso poder político, não poderemos fazer esse país que descrevi brevemente, não podemos (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸⁷.

Pujol deixou claro que muito de sua opinião negativa tem relação com a tão advertida questão fiscal e a indisposição do governo central em relação às negociações sobre isso. Dessa vez, a crítica também é voltada à União Europeia. O presidente citou o professor e sociólogo catalão Salvador Giner para ilustrar a insegurança do futuro catalão em um mundo competitivo:

Ele faz uma avaliação, em muitos aspectos, positiva do que foi feito na Catalunha e o que é hoje a Catalunha, mas lança um alarme. Ele diz, textualmente: “A situação na Catalunha é agravada porque não tem o apoio fiscal necessário do Governo espanhol ou da União Europeia, como outras regiões similares. Se a situação não mudar - se a situação não mudar -, diz o professor Giner, “é claro que não teremos todos os elementos desejáveis para enfrentar a profunda reestruturação da competitividade no quadro mundial em que estamos” (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸⁸.

Pujol apresentou também as palavras de outros professores, Antoni Castells e Martí Parellada, que anunciaram que:

vez um sistema descentralizado de educação na Espanha, permitindo que as comunidades autônomas não só gerenciem centros educacionais como também tenham uma grande porcentagem particular dos conteúdos curriculares.

⁸⁷ “Finalment, hi ha l’opinió dels que ens miren des de fora –des de fora de Catalunya–, que no solament valoren altament el resultat de la nostra autonomia, sinó que en dedueixen, amb una certa lògica, que disposem de molts mitjans. I el mateix passa amb l’opinió pública espanyola. Doncs, no, no és així. No solament no és així, sinó que si no millorem substancialment el nostre finançament i el nostre poder polític no podrem fer aquell país que abans breument els he descrit, no podrem” (PUJOL, 1999).

⁸⁸ “Fa una valoració, en molts aspectes positiva, del que s’ha fet a Catalunya i del que avui és Catalunya, però llança un crit d’alarma. Diu, textualment: «La situació de Catalunya queda gravada pel fet de no comptar amb el suport fiscal necessari ni del Govern espanyol ni de la Unió Europea, tal com el tenen altres regions semblants. Si la situació no canvia – si la situació no canvia–», diu el professor Giner, «és evident que no tindrem tots els elements desitjables per fer front a la profunda reestructuració de la competitivitat en el marc mundial en què ens trobem.» (PUJOL, 1999)”

A competitividade das regiões europeias dependerá, em boa parte, da redistribuição de renda que é produzida através do circuito fiscal (...) eles próprios acrescentam que a Catalunha tem um déficit fiscal muito forte (PUJOL, 1999, tradução livre)⁸⁹.

Pujol citou algumas regiões com capacidade de competitividade com a Catalunha, como a do próprio País Basco, Madri, Irlanda, Holanda, a região de Paris e do Rhône-Alpes, mostrando que são regiões importantes e que, sem financiamento necessário, deixariam a Catalunha para trás.

Há evidências, para Convergència i Unió - e eu acho que também deve ser para toda a câmara; eu confio - isso deve marcar esta legislatura: não podemos fazer um país de alto nível europeu - economicamente e socialmente, em todos os aspectos - com o pior financiamento na Europa. Repito: não podemos fazer um país europeu de alto nível com o pior financiamento na Europa. E seria absurdo, não seria sensato, pensar que podemos fazê-lo (PUJOL, 1999, tradução livre)⁹⁰.

Buscando o apoio de todo parlamento, Pujol mencionou que:

Além disso, isso pode gerar dúvidas sobre questões relacionadas à defesa de nossa identidade. Portanto, esse mau financiamento não só afeta nossa economia e nosso estado de bem-estar, mas também a nossa identidade (PUJOL, 1999, tradução livre)⁹¹.

Embora alguns dados demonstrem que a Catalunha se mantenha estável e com uma economia sólida, o presidente seguiu insistindo que a questão fiscal poderia aumentar ainda mais a capacidade da região, apelando tanto à Espanha quanto à UE. Nesse último trecho, ainda, Pujol relacionou a sobrevivência da identidade catalã com o insuficiente financiamento da regional. O nacionalismo econômico passa a ser usado como forma de fortalecimento da identidade nacional catalã, juntamente com os conceitos de nacionalismo cívico inclusivo e nacionalismo étnico ligado à cultura e língua catalãs.

⁸⁹ “«La competitivitat de les regions europees dependrà, en bona part, de la redistribució de la renda que es produirà a través del circuit fiscal» (...) ells mateixos afegixen que Catalunya té un dèficit fiscal molt fort” (PUJOL, 1999).

⁹⁰ “Hi ha una evidència, per a Convergència i Unió –i crec que així ho deu ser també per a tota la cambra; hi confio–, que ha de marcar aquesta legislatura: no podem fer un país d’alt nivell europeu –econòmicament i socialment, en tots sentits– amb el finançament pitjor d’Europa. Ho repeteixo: no podem fer un país d’alt nivell europeu amb el finançament pitjor d’Europa. I seria absurd, no seria sensat, pensar que ho podem fer” (PUJOL, 1999).

⁹¹ “I, a més, això pot generar dubtes sobre qüestions relacionades amb la defensa de la nostra identitat. O sigui que el mal finançament no només afecta la nostra economia i el nostre estat del benestar, sinó també la nostra identitat” (PUJOL, 1999).

A grande maioria das propostas de Pujol para sua legislatura nos próximos quatro anos abrangia a revisão das políticas fiscais. Seguindo com a pergunta “que país querem?” Pujol determinou que o prazo para a resolução do problema fiscal deveria ser o verão de 2001, que seria a data de modificação da *Ley Orgánica de Financiación de las Comunidades Autónomas* (LOFCA). Pujol pediu também, completando parte das propostas, participação efetiva da Catalunha nas decisões referentes às instituições europeias.

Não peço nada impossível. Algumas das coisas que reivindicamos podem ser - reconheço - tecnicamente misturadas, mas não contradizem a Constituição nem dependem de outra coisa senão a vontade política do governo central e, para ir bem, também do principal partido da oposição espanhola, seja lá o que for (PUJOL, 1999, tradução livre)⁹².

Depois de citar algumas sentenças constitucionais como lei de custos (198/1991), de subsídios comunitários (79/1992) e sobre as circunstâncias eleitorais para o Parlamento europeu (28/1991), Pujol afirmou mais uma vez que:

Se eu estendi este tópico, é para deixar claro que o que exigimos é possível, é constitucional e depende apenas da vontade política das Cortes Gerais e das nossas – e dos nossos – do Parlamento e do Governo da Catalunha; A vontade política, a nossa, que, por sua vez, depende do peso e da atitude, aqui e em Madri, das várias forças políticas (PUJOL, 1999, tradução livre)⁹³.

O último discurso de Pujol como candidato a presidente da *Generalitat* demonstrou uma mudança bastante importante em relação ao primeiro. Segundo o próprio Pujol, os últimos quinze anos foram bons social e politicamente para a Catalunha, tanto quanto para a Espanha e para UE. Para esses dois últimos, os momentos econômicos também foram bastante eficientes, ao contrário da Catalunha, como Pujol procurou demonstrar em grande parte do discurso. Ainda que os dados citados tanto pelas notícias complementares como pelo próprio presidente estejam longe de ser considerados ruins, o discurso de Pujol enalteceu que a Catalunha seria (como sempre foi, segundo os nacionalistas mais exaltados) capaz de produzir e aumentar sua qualidade de vida ainda mais se obtivesse controle total de suas finanças e

⁹² “No demano cap impossible. Algunes de les coses que reclamem poden ser –ho reconec– tècnicament farragoses, però ni contradiuen la Constitució ni depenen de res més que no sigui la voluntat política del Govern central i, per anar bé, també del principal partit de l’oposició espanyola, sigui el que sigui” (PUJOL, 1999).

⁹³ “Si m’he estès en aquest tema és per deixar clar que el que reclamem és possible, és constitucional i només depèn de la voluntat política de les Corts Generals i nostra –i nostra–, del Parlament i del Govern de Catalunya; voluntat política, la nostra, que al seu torn depèn del pes i de l’actitud, aquí i a Madrid, de les diverses forces polítiques” (PUJOL, 1999).

instituições, como previsto no processo de devolução política. De fato, as questões levantadas por Pujol nada teriam de inconstitucionais para a época, visto que a busca por mais autonomia sem mencionar independência não tem como ser limitada.

Em falas técnicas e com aspecto discursivo mais emotivo, Pujol procurou convencer o parlamento insistindo que sua legislatura trabalharia muito pela busca de maior autonomia e melhoras no financiamento e políticas fiscais, aumento do bem-estar da população e viabilidade de um país próspero e de alto nível. Em relação ao primeiro, notou-se a solidificação do nacionalismo cívico catalão, dado o bom funcionamento das instituições ao governo pertencentes, e à situação política estabilizada, sem perder o subjetivismo do poder do nacionalismo étnico da cultura e da língua catalãs, sempre mencionadas como alicerces de sua subsistência. Sendo uma das problemáticas centrais do discurso, a questão econômica começou a relacionar-se com mais força com a questão nacional nesse discurso, dando origem à inserção de um nacionalismo econômico nas falas, ainda que inferior, graças a certa solidez econômica de fato já alcançada.

A lógica interna desse texto corresponde mais a uma espécie de apelo político para uma vontade de mudança grandiosa e bastante difícil, buscando engajamento total tanto da população quanto das elites políticas ao tocar em questões como a identidade nacional. O tom conciliador de Pujol passou a mostrar-se um pouco mais ultrajoso, embora ainda fleumático. Pujol pareceu seguir sua busca por maior autonomia em termos mais críticos, sem desafiar firmemente o governo espanhol.

3. 3 DISCURSO DE POSSE DE ARTUR MAS 2010

Marcando o retorno do CiU e do CDC ao governo da Catalunha depois de sete anos, Artur Mas apresentou seu discurso de posse no parlamento em 20 de dezembro de 2010. Enquanto o CiU esteve fora da presidência, como já descrito no segundo capítulo, transformações importantes tomaram lugar na Catalunha. Nesse momento, é essencial relembrar da crise econômica a partir de 2008, e da decisão do Tribunal Constitucional em modificar o Estatuto de Autonomia de 2006, tomada meses antes das eleições, a qual retirou a palavra “nação” como característica definidora da região.

Eu enfrento este debate de investidura, ciente das enormes incertezas e dificuldades que o nosso país está enfrentando. A crise econômica, claramente não superada; suas consequências sociais, manifestadas principalmente em desemprego, precariedade, pobreza e risco de exclusão de uma parte significativa da nossa população; a crise das finanças públicas, que ameaça a manutenção e a fortificação do nosso estado de bem-estar e dos programas de modernização e competitividade do nosso país; a crise de confiança dos cidadãos nas instituições e na política; a crise de relação entre a Catalunha e o Estado, evidenciada de forma clara com a decisão do Tribunal Constitucional contra o Estatuto, que obriga a redefinir a relação mencionada entre Catalunha e Espanha sobre novas bases; e, finalmente, a crise de atitudes e valores, que vai além da política, que afeta a sociedade e que nos leva a uma crescente divergência entre o interesse individual legítimo e o bem comum necessário. Estamos confrontados com tudo isso, o que não é pouca coisa (MAS, 2010, tradução livre)⁹⁴.

As críticas iniciais de Artur Mas deixam bastante clara a importância política dos fatores econômicos gerados pela crise e do impacto da reformulação do Estatuto para a política da região, em especial às relações políticas com o governo central. Artur Mas deu sequência ao seu plano de governo, que teria direta ligação na procura por soluções para esses dois dilemas.

O primeiro e principal objetivo do próximo governo será erguer a Catalunha economicamente e lutar contra o flagelo social que representa o desemprego acima de 17%, que no caso dos jovens com menos de 25 anos atinge 40%. Reitero o que expressei há alguns meses: não podem dizer que o país saiu da crise econômica sem que reduzamos, pelo menos metade o número de desemprego atual, o qual dificilmente os permitiria equiparar-nos com a média europeia atual (MAS, 2010, tradução livre)⁹⁵.

⁹⁴ “Faig front a aquest debat d’investidura conscient de les enormes incerteses i dificultats que viu el nostre país. La crisi econòmica, clarament no superada; les seves conseqüències socials, manifestades sobretot en l’atur, la precarietat, la pobresa i el risc d’exclusió d’una part significativa de la nostra població; la crisi de les finances públiques, que amenaça el manteniment i l’enfortiment del nostre estat del benestar i dels programes de modernització i competitivitat del nostre país; la crisi de confiança dels ciutadans en les institucions i en la política; la crisi de relació entre Catalunya i l’Estat, evidenciada de manera prou clara amb la sentència del Tribunal Constitucional contra l’Estatut, que obliga a redefinir sobre bases noves l’esmentada relació Catalunya – Espanya; i finalment, la crisi d’actituds i de valors, que va més enllà de la política, que afecta la societat i que ens aboca a una creixent desvinculació entre el legítim interès individual i el necessari bé comú. A tot això ens enfrontem, que no és poca cosa” (MAS, 2010).

⁹⁵ “El primer i principal objectiu del proper Govern serà aixecar Catalunya econòmicament i lluitar contra la xacra social que representa un atur superior al 17%, que en el cas dels joves de menys de 25 anys arriba al 40%. Reitero el que vaig expressar fa uns mesos: no podem dir com a país que hem sortit de la crisi econòmica fins que no reduïm, com a mínim a la meitat la xifra d’atur actual, que tot just ens permetria equiparar-nos a la mitjana europea actual” (MAS, 2010).

Se no período do discurso anterior o PIB catalão conseguia superar a média europeia, seu PIB negativo e seu alto índice de desemprego demonstravam o impacto da recessão espanhola, que teve seu auge entre 2008 e 2010⁹⁶.

Similar ao primeiro discurso de Pujol, Mas organizou seu primeiro discurso ressaltando as etapas que sua legislatura ambicionava realizar. O primeiro eixo tratou então, sobre a economia e as proposições de mudanças em seus diversos meios, baseados nos três “i” inovação, internacionalização e infraestrutura. Os próximos eixos trataram sobre assuntos internos, como educação, saúde, política territorial e segurança.

O oitavo eixo que compreende as propostas de governo do CiU e de Artur Mas intitulou-se *nació*. Nos discursos de Pujol aqui trabalhados, o termo “nação” foi empregado poucas vezes, não parecendo ser usado como definidor efetivo da Catalunha, mas sim em termos mais subjetivos⁹⁷. Pujol utilizava-se de outros termos para referenciar a Catalunha e sua identidade, como catalanismo, nacionalidade, identidade nacional, demonstrando prudência nessa questão. Dedicar uma seção de plano de governo intitulado “nação” pareceu, aqui, demonstrar uma espécie de reação crítica à decisão do TC.

A defesa, a melhoria e o crescimento do governo autônomo, o desenvolvimento de uma política ativa para a defesa e promoção da língua e da cultura catalãs, bem como a garantia da projeção externa do nosso país, são os principais objetivos que o governo que aspiro a presidir desenvolverá em matéria de autogoverno e de identidade.

No que diz respeito ao governo autônomo, queremos alcançar novos níveis de soberania para a Catalunha, através de todos os mecanismos que temos à nossa disposição. Por exemplo, começando com o potencial deixado no Estatuto após a decisão do Tribunal Constitucional. Renegociando com o governo do Estado todas as transgressões que não foram fechadas corretamente (MAS, 2010, tradução livre)⁹⁸.

⁹⁶ A tabela completa do PIB da região de 2000 a 2016 encontra-se disponível em: <<https://www.idescat.cat/pub/?id=piba&n=9152>>.

⁹⁷ No discurso de 1999, por exemplo, podemos destacar três momentos: Pujol falou da continuidade da região como nação e sociedade graças à formação de uma boa estrutura mental e social da população. Em outro momento, Pujol fala de um futuro com ambição e esperança, optando por enxergar a Catalunha como uma nação. Ao mencionar que almejava por uma Catalunha politicamente livre, afirmou que isso deveria significar liberdade e poder para defender sua identidade como uma nação.

⁹⁸ “La defensa, millora i creixement de l’autogovern, el desenvolupament d’una política activa de defensa i promoció de la llengua i la cultura catalanes, així com garantir la projecció exterior del nostre país, són els objectius principals que el Govern que aspiro a presidir desenvoluparà en matèria d’autogovern i identitat.

Pel que fa a l’autogovern, volem aconseguir noves cotes de sobirania per a Catalunya, mitjançant tots els mecanismes que tinguem a l’abast. Per exemple, començant per la potencialitat que li queda a

Assim como nos discursos de Pujol, a cultura e a língua catalãs são matérias frequentes e estão sempre relacionadas à sua busca por fortalecimento e segurança. Embora até então, desde o fim da ditadura, não houvesse nenhuma tentativa de diminuição ou até abolição da língua ou cultura catalãs, ambos aspectos se confirmam enquanto pilares do nacionalismo catalão, benemerentes cada vez mais de afirmação e continuidade dentro da região e nas políticas adotadas.

Sobre os novos níveis de soberania e as renegociações, Artur Mas não deixa claro quais os pontos que não foram fechados corretamente. Para tanto, discorreu em seguida do que parece se tratar no caso específico da questão do termo “nação”:

A cultura é o nervo da nação. É o elemento central que a sustenta e define. Da cultura, emana o sistema de valores que nos caracteriza como povo e nos permite interligar, em condições iguais, com o resto das culturas de todo o mundo. Do ponto de vista cultural, podemos e devemos agir como um país independente (MAS, 2010, tradução livre)⁹⁹.

Desde o retono da democracia, todo conteúdo que diz respeito à cultura esteve sob competência da *Generalitat*. A presença desse fator sempre reafirmou a importância do governo, e a afirmação de Mas na última frase buscou demonstrar isso com um caráter possivelmente desafiador, endossando que, sob alguns aspectos, a Catalunha já poderia agir com independência, como uma nação.

Um país que quer estar presente no mundo global deve garantir sua projeção e desenvolver uma política de relações externas que promova a máxima integração possível da Catalunha no mundo, a presença em fóruns econômicos, as diferentes agências e comitês de trabalho de a União Europeia e em outros organismos internacionais, como a UNESCO.

O futuro governo tem o inegável objetivo de levar a Catalunha ao mundo. Situa-la de forma econômica, cultural, turística, nacional e politicamente. Desvelar a realidade catalã em todos os lugares e tentando tirar proveito do nosso potencial de capitalidade mediterrânea para projetarmos-nos para o mundo não como uma região periférica da Espanha, mas como uma nação central do sul da Europa, um cinto entre as margens sul e norte do mar Mediterrâneo (MAS, 2010, tradução livre)¹⁰⁰.

l'Estatut després de la sentència del Tribunal Constitucional. Renegociant amb el govern de l'Estat tots aquells traspessos que no s'han tancat correctament” (MAS, 2010).

⁹⁹ “La cultura és el nervi de la nació. És l'element central que la vertebrava i la defineix. De la cultura emana el sistema de valors propis que ens caracteritza com a poble i ens permet interlocutar, en igualtat de condicions, amb la resta de cultures d'arreu del món. Des del punt de vista cultural, podem i hem d'actuar com un país independent” (MAS, 2010).

¹⁰⁰ “Un país que vol ser present al món global ha de vetllar per la seva projecció i desenvolupar una política de relacions exteriors que promogui la màxima integració possible de Catalunya al món, la

Também aqui, Mas deu indícios que a projeção bem sucedida da Catalunha tanto em órgãos internacionais quanto na UE só será possível quando a região deixar de ser vista como mera região periférica e passar a ser vista como uma nação, novamente parecendo invocar uma reação à reforma do Estatuto.

A transformação mais importante aconteceu quando Artur Mas resolveu dedicar a última seção do discurso ao que chamou de reflexão específica sobre o desafio histórico que o governo deve enfrentar nos próximos anos, chamada “Grande desafio do país – abrir a transição catalã baseada no direito de decidir, com o Pacto Fiscal como primeiro objetivo”.

A Catalunha de hoje é o resultado das raízes de muitas gerações que se comprometeram a construir uma nação com progresso econômico e social e capacidade de autogoverno. É nessa perspectiva que nasceu e foi forjado o acordo do Estatuto de 2006, que foi validado diretamente pelo povo da Catalunha e que buscava renovar o relacionamento com a Espanha após o reconhecimento nacional de Catalunha e o salto em autogoverno e financiamento.

Assim, a decisão do Tribunal Constitucional contra o Estatuto também tem uma dimensão histórica para todos nós. Desprezando e querendo colocá-lo em um terreno puramente anedótico não seria apenas um erro, mas viraria as costas à voz democrática do povo catalão (MAS, 2010, tradução livre)¹⁰¹.

Não se pode questionar que a decisão do TC parece ter gerado comoção não só nas ruas, mas tornou-se também objeto de ações políticas das elites. Na época, junho de 2010, a decisão gerou inclusive reações negativas dos socialistas que estavam no poder da *Generalitat*. O então presidente José Montilla declarou-se indignado, chamando a

presència en els fòrums econòmics, en els diferents organismes i comitès de treball de la Unió Europea i en altres organismes internacionals, com la UNESCO.

El futur Govern té com a objectiu irrenunciable situar Catalunya la món. Situarla econòmicament, culturalment, turísticament, nacionalment, i políticament. Donar a conèixer la realitat catalana arreu i procurant aprofitar el nostre potencial de capitalitat mediterrània per projectar-nos al món no com una regió perifèrica d'Espanya sinó com una Nació central del sud d'Europa, ròtula entre les riberes sud i nord del mar Mediterrani” (MAS, 2010).

¹⁰¹ “La Catalunya d’avui és fruit del fil roig de moltes generacions que han maldat per construir una nació amb progrés econòmic i social, i amb capacitat d’autogovern. És des d’aquesta perspectiva que va néixer i es va forjar l’acord de l’Estatut del 2006, que va ser validat directament pel poble de Catalunya, i que pretenia renovar la relació amb l’estat espanyol a partir del reconeixement nacional de Catalunya i del salt en l’autogovern i el finançament.

És així que la sentència del Tribunal Constitucional contra l’Estatut té una dimensió també històrica per a tots nosaltres. Negligir-ho i voler-la situar en el terreny purament anecdòtic, no només seria un error, sinó que seria donar l’esquena a la veu democràtica del poble català” (MAS, 2010).

decisão do TC de ato de irresponsabilidade¹⁰². Artur Mas deu sequência às críticas à reformulação:

Verificou-se, como alguns pais da Constituição declararam claramente, que o pacto constitucional entre a Catalunha e o Estado, como o atual Tribunal Constitucional lê, não dá mais de si. O Tribunal Constitucional cortou qualquer possibilidade de fazer a Espanha evoluir para um estado multinacional. A Catalunha deve entender que a Espanha quer permanecer uma única nação com apenas um Estado. E não parece que nada o faça mudar esse propósito. Ele tem o seu direito e deve assumir. No entanto, a Espanha também deve entender que a Catalunha e o povo catalão não vão parar, como eles não fizeram ao longo da história, na defesa de seu autogoverno e suas liberdades. Precisamos, portanto, forjar nosso próprio caminho do futuro, precisamos mudar e começar um novo caminho.

Vale dizer que o novo caminho já foi marcado pelas pessoas da Catalunha na manifestação do 10 de julho com o lema "Somos uma nação, decidimos". E, acima de tudo, foi marcado com o resultado das eleições de 28 de novembro (MAS, 2010, tradução livre)¹⁰³.

O impacto da reformulação do Estatuto fica ainda mais claro. Artur Mas referenciou a manifestação do dia 10 de julho de 2010, que foi uma resposta da população às decisões do TC¹⁰⁴, bem como o resultado das eleições que colocou o CDC e o CiU de volta ao poder. Até então, essa havia sido a maior manifestação desde 1977. Além do lema oficial citado por Mas, diversas reivindicações foram feitas nessa manifestação, mas os cartazes que exigiam a independência dominaram. Nessa época, o CiU já procurava mesclar proclamações soberanistas com apelos à responsabilidade. O próprio Artur Mas, ainda candidato, declarou: “a Catalunha, longe de render-se, está disposta a elevar a voz de forma pacífica, mas com força”. Para Artur Mas, e

¹⁰² Mais informações em: NOGUER, Miquel. Montilla, "indignado", pide a Zapatero que rehaga el pacto estatutario. El País, Madri, 29 de junho de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762408_850215.html>. Acesso em: janeiro 2018.

¹⁰³ “S’ha constatat, tal i com van dir clarament alguns pares de la Constitució, que el pacte constitucional entre Catalunya i l’Estat tal i com el llegeix l’actual Tribunal Constitucional, no dóna més de si. El Tribunal Constitucional ha tallat de soca-rel qualsevol possibilitat de fer evolucionar Espanya cap a un estat plurinacional. Catalunya ha d’entendre que Espanya vol seguir sent una sola nació amb un sol Estat. I no sembla que res la faci canviar d’aquest propòsit. Hi té el seu dret i s’ha d’assumir. Tanmateix Espanya també ha d’entendre que Catalunya i el poble català no defalliran, com no ho han fet al llarg de la història, en la defensa del seu autogovern i les seves llibertats. Ens cal, per tant, forjar el nostre propi camí de futur, ens cal canviar i començar un nou camí.

Val a dir que el nou camí ja el va marcar el poble de Catalunya en la manifestació del 10 de juliol amb el lema “Som una Nació, nosaltres decidim”. I, sobretot, l’ha marcat amb el resultat de les eleccions del passat dia 28 de novembre” (MAS, 2010)

¹⁰⁴ Mais informações em: NOGUER, Miquel. Decenas de miles de catalanes se echan a la calle contra el recorte del Estatuto. El País, Barcelona, 10 de julho de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2010/07/10/actualidad/1278749824_850215.html>. Acesso em: dezembro 2017.

possivelmente para o CDC, parece ficar entendido que existiu uma relação entre esses eventos e sua eleição. Portanto, parece justificável que dali em diante sua candidatura passasse a carregar as reivindicações das ruas para seu plano de governo.

Assim como a Espanha fez sua transição democrática depois que a ditadura de Franco terminou, a Catalunha deve começar sua transição nacional. Eu falo de transição, não de revolução. E como cada transição deve ser feita de forma democrática, pacífica e baseada em um grande consenso interno.

O direito de decidir sobre os catalães aprofunda suas raízes em convicções e crenças mais genuinamente democráticas. O direito de decidir sobre um povo é o exercício da democracia na sua forma mais pura. (...) Se a Catalunha é uma nação, e será sempre que os catalães assim desejam, e não é simplesmente um derivado ou um subproduto constitucional, os catalães têm o direito democrático de decidir o que melhor convém como povo (MAS, 2010, tradução livre)¹⁰⁵.

Baseando-se no direito de decidir e até referenciando a transição nacional, assim como fazia Pujol, Artur Mas tocou em pontos bastante pertinentes em relação à Catalunha, tratando como um direito democrático básico que o povo catalão forge seu próprio caminho, reafirmando novamente seu status de nação. Compreende-se então que o direito de decidir que fazia parte das reivindicações das ruas, bem como posicionar a região como de fato nação, passou também a pautar as ações políticas e a fazer parte dos discursos de governo e de partido do CDC e do CiU.

É responsabilidade de um presidente e de um governo não fechar as portas aos desejos de um povo, bem como evitar fraturas internas e trazê-lo à frustração. Por conseguinte, vamos propor como um grande desafio para os próximos anos no caminho da transição catalã que iniciamos, com base no direito de decidir, a definição de um modelo adequado de financiamento para a Catalunha: o Pacto Fiscal.

A demanda por um modelo de financiamento mais justo para a Catalunha gera um grande consenso na sociedade catalã. E consenso transversal entre os eleitores dos diferentes grupos políticos neste Parlamento. Aproveitamos a força que decorre da justa reivindicação de nossos concidadãos para alcançar o Pacto Fiscal que nos permite decidir sobre os recursos que nos geramos como país e como sociedade (MAS, 2010, tradução livre)¹⁰⁶.

¹⁰⁵ “Igual que Espanya va fer la seva transició democràtica un cop acabada la dictadura franquista, Catalunya ha d’encetar la seva transició nacional. Parlo de transició, no de revolució. I com tota transició cal fer-la de manera democràtica, pacífica, i a base de grans consensos interiors.

El dret a decidir dels catalans enfonsa les seves arrels en les conviccions i en les creences més genuïnament democràtiques. El dret a decidir d’un poble és l’exercici de la democràcia en estat pur. (...) Si Catalunya és una nació, i ho serà mentre els catalans ho vulguin, i no és simplement una derivada o un subproducte constitucional, els catalans tenen, tenim, el dret democràtic a decidir el que més ens convé com a poble” (MAS, 2010).

¹⁰⁶ “És responsabilitat d’un President i d’un Govern no tancar les portes als anhels d’un poble, així com evitar fractures internes i portar-lo a la frustració. Per tant, proposarem com a gran repte per als

Finalmente, o Pacto Fiscal integrou o discurso de Artur Mas. O sistema de financiamento apareceu, até aqui, como fonte importante de conflito entre os governos catalães e espanhóis, e, como observado por Mas, a necessidade de mudança é um consenso dentre a sociedade civil e todos os partidos nesse sentido. Portanto, tomando também como parte de seu plano de governo, Artur Mas encerrou seu discurso englobando principalmente o Direito a Decidir e o pacto fiscal, conjunções essenciais para a política catalã como um todo na época.

O primeiro discurso de Artur Mas, em comparação aos de Pujol, demonstra que a nova liderança do CDC e CiU tem, de fato, uma posição mais clara em relação às mudanças que começaram a tomar forma na Catalunha. Como sua bibliografia já revelou, Mas identificava-se pessoalmente a favor da independência, e trouxe um pouco disso ao seu discurso. Cauteloso, contudo, deixou definido que a independência deveria ser algo compactuado, buscando assemelhar-se à transição pacífica.

De qualquer forma, Artur Mas tornou-se presidente da *Generalitat* em um discurso com uma lógica interna um pouco diferente. Buscando principalmente dialogar seu plano de governo com ideias que visavam à retomada da economia na região, Mas mostrou também o comprometimento do partido com as novas demandas, dando a entender que ali estava um partido que compreendia e estaria ao lado de sua população.

3. 4 O DISCURSO DE POSSE DE ARTUR MAS DE 2012

Em 2012, celebraram-se eleições antecipadas na Catalunha. Sob a justificativa do fracasso nas negociações do Pacto Fiscal e da maior *Diada* da história em setembro naquele mesmo ano, Artur Mas convocou novas eleições baseando-se no ideal que “momentos excepcionais, decisões excepcionais”¹⁰⁷. Com a maior participação em

propers anys en el camí de la transició catalana que iniciem, basada en el dret a decidir, la definició d'un model propi de finançament per a Catalunya: el Pacte Fiscal.

La demanda d'un model de finançament més just per a Catalunya genera grans consensos en la societat catalana. I consensos transversals entre els electors de les diferents formacions polítiques d'aquest Parlament. Aprofitem la força que neix de la reclamació justa dels nostres conciutadans per assolir el Pacte Fiscal que ens permeti decidir sobre els recursos que nosaltres mateixos generem com a país i com a societat” (MAS, 2010).

¹⁰⁷ Em seu discurso de política geral ao Parlamento em 25 de setembro, Mas dissolveu o governo e convocou novas eleições para 25 de novembro, após criticar o governo espanhol por recusar-se a

eleições da história da Catalunha até então, onde 67,7% da população foi às urnas, Artur Mas retornou ao Parlamento para seu discurso de investidura em 20 de dezembro de 2012.

Hoje faz justamente dois anos que me apresentei a esse mesmo Parlamento para ser investido como Presidente, e no meu discurso naquela época apresentei um grande desafio para o país: abrir a transição nacional com base no direito de decidir, com o Pacto Fiscal como o primeiro objetivo.

Há elementos do meu discurso daquela época que permanecem absolutamente válidos e, com o passar do tempo, foram reafirmados. Ele indicou que foi constatado que o pacto constitucional entre a Catalunha e o Estado, conforme lido pelo Tribunal Constitucional e interpretada pelo governo do Estado, não dava mais de si. Dois anos depois, não só não construíram uma ponte, mas as hostilidades e os ataques de autogoverno tornaram-se cada vez mais claros e mais intensos (MAS, 2012, tradução livre)¹⁰⁸.

Em referências às negações de Madri em negociar com a Catalunha, o começo do discurso de posse de Mas traz elementos já observados em seu primeiro discurso, que agora são reafirmados e trazidos para primeiro plano.

A Catalunha deve aceitar de uma vez por todas que a Espanha não quer mudar, e está em seu direito de não ser mudada. No entanto, a Espanha também deve aceitar que a Catalunha não quer ser nem absorvida, nem assimilada, nem homogeneizada. A Espanha continua a ser vista e interpretada com um olhar e impulso centralistas: o mapa determina que tudo o que é importante começa e termina em Madri. E uma parte muito importante da sociedade catalã não compartilha desse mapa. Ela quer mudar. Queremos mudá-lo.

Durante décadas, de fato há mais de um século, a Catalunha vem tentando colaborar com o Estado para ajudar a construir uma Espanha democrática, europeia e moderna. Sempre na esperança de que esta "nova" Espanha seja compreensiva, tolerante e respeitosa com a personalidade própria da Catalunha e com as aspirações de progresso e bem-estar da sociedade catalã,

negociar o PF, e afirmar que “a voz massiva deve ser transportada para as urnas porque o aval definitivo se produz nas urnas”, fazendo menção às manifestações da Diada. Mais detalhes em: GARCÍA, Jesús. Mas confirma la cita electoral: Catalunya irá a las urnas el 25 de noviembre. La Vanguardia, Barcelona, 30 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20120925/54351086168/catalunya-urnas-25-de-noviembre.html>>. Acesso em: dezembro 2017.

¹⁰⁸ “Avui fa justament dos anys em presentava davant aquest mateix Parlament per ser investit President, i en el meu discurs d’aleshores els plantejava un gran repte de país: obrir la transició nacional basada en el dret a decidir, amb el Pacte Fiscal com a primer objectiu.

Hi ha elements del meu discurs d’aleshores que segueixen absolutament vigents i, amb el pas del temps, encara s’han refermat més. Els indicava que s’havia constatat que el pacte constitucional entre Catalunya i l’Estat, tal i com el llegia el Tribunal Constitucional i l’interpretava el govern de l’Estat, no donava més de si. Dos anys després no només no s’ha refet cap pont, sinó que les hostilitats i atacs a l’autogovern són cada dia més palesos, i més intensos” (MAS, 2012).

tão diversificada nas suas origens e, ao mesmo tempo, suficientemente coesa com seu presente (MAS, 2012, tradução livre)¹⁰⁹.

Mais uma vez, as aspirações de uma sociedade catalã sublime, bem como a resiliência histórica da Catalunha e sua importância são trazidas à tona nos discursos. Fica cada vez mais evidente que as práticas políticas adotadas pelo CDC/CiU fundamentam-se no afamado nacionalismo catalão cívico e étnico, assistido na prática em suas recentes demonstrações civis, afirmando a legitimidade das novas escolhas do partido.

Esta esperança, contudo, foi frustrada. E para evitar que esteja definitivamente frustrada, a Catalunha deve começar um novo caminho, uma nova maneira de fazer, uma nova estratégia. Como mostrei há dois anos, a Catalunha deve fazer sua própria transição nacional, o que, de fato, é a única maneira de conquistar um bem-estar coletivo que está mais de acordo com a capacidade produtiva do nosso país, uma justiça social que se baseia mais nas decisões autônomas das instituições catalãs e nos valores compartilhados do povo catalão, e uma identidade de matriz cultural que pode projetar-nos no contexto da globalização para contribuir o nosso grão de areia da Catalunha à melhora da humanidade.

É, portanto, um novo itinerário que requer uma nova mentalidade: para construir nosso futuro, devemos depender mais de nós mesmos e menos de outros. Em uma palavra, devemos ganhar nosso futuro (MAS, 2012, tradução livre)¹¹⁰.

Novamente fazendo referência à transição nacional, o discurso de Artur Mas seguiu reafirmando partes importantes de seu discurso anterior de maneira mais intensa,

¹⁰⁹ “Catalunya ha d’acceptar d’una vegada per totes que Espanya no vol ser canviada, i està en el seu dret a no ser canviada. Tanmateix, Espanya també hauria d’acceptar que Catalunya no vol ser ni absorbida, ni assimilada, ni homogeneïtzada. Espanya segueix veient-se i interpretant-se amb una mirada i una pulsó centralistes: el mapa determina que tot el que és important comença i acaba a Madrid. I una part molt majoritària de la societat catalana no comparteix aquest mapa. El vol canviar. El volem canviar.

Durant dècades, de fet durant més d’un segle, s’ha intentat des de Catalunya col·laborar amb l’Estat per ajudar a construir una Espanya democràtica, europea i moderna. Sempre amb l’esperança que aquesta “nova” Espanya fos comprensiva, tolerant i respectuosa amb la personalitat pròpia de Catalunya i amb les aspiracions de progrés i benestar de la societat catalana, tan diversa en els seus orígens, i alhora prou cohesionada en el seu present” (MAS, 2012).

¹¹⁰ “Aquesta esperança, però, s’ha vist frustrada. I per evitar que quedi definitivament frustrada, Catalunya ha d’encetar un nou camí, una nova manera de fer, una nova estratègia. Com els apuntava fa dos anys, Catalunya ha de fer la seva pròpia transició nacional, que de fet és l’únic camí que ens queda per conquerir un benestar col·lectiu que estigui més d’acord amb la capacitat productiva del nostre país, una justícia social que descansi més en les decisions autònomes de les institucions catalanes i en els valors compartits del poble català, i una identitat de matriu cultural que pugui projectar-se en el context de la globalització per aportar des de Catalunya el nostre gra de sorra en la millora de la humanitat.

És, per tant, un itinerari nou que requereix una nova mentalitat: per construir el nostre futur hem de dependre més de nosaltres mateixos i menys d’alguns altres. En una paraula, ens hem de guanyar el nostre futur” (MAS, 2012).

focando na necessidade de se obter maior poder de decisão, em particular na esfera de decisão ímpar para o futuro da Catalunha. Ao tratar mais uma vez da transição nacional, Mas reafirma o que já havia dito em seu primeiro discurso: não se trata de uma revolução, mas sim de uma transição pactuada e pacífica, inspirada na própria conquista nacional.

Quando fui a Moncloa no dia 20 de setembro deste ano, não só estava indo com um mandato muito maior e explícito do Parlamento, mas poucos dias depois da manifestação mais massiva da história da Catalunha. Uma manifestação com um lema: Catalunha, o novo estado da Europa. Eu acreditei e ainda acredito que eles não poderiam fazer ouvidos surdos a este grande clamor e que momentos excepcionais necessitam decisões excepcionais e, como consequência, as eleições de 25 de novembro foram convocadas para levar às urnas o que o povo catalão manifestou na rua (MAS, 2012, tradução livre)¹¹¹.

Artur Mas referiu-se a sua reunião sobre o PF com o presidente Mariano Rajoy no Palácio de Moncloa, sede da presidência do governo espanhol, e a *Diada*, reafirmando uma ligação notável entre as manifestações das ruas com o modo com o qual o partido passou a interpretar a nova fase da política catalã.

A decisão sobre o futuro político de uma nação, de um país, é uma questão de extrema importância, que requer o necessário confronto de modelos políticos. Todas as ideias são válidas, todos os modelos e propostas dignos de ser apresentados e defendidos, o único limite que devemos colocar como democrata é que quem tem a última palavra é apenas o povo e sua vontade, coincidente ou não com nossos planejamentos iniciais, e deve ser cumprido e aceito. E, nesse sentido, os resultados e as majorias que são derivadas das últimas eleições são muito claras. Plural e diverso, mas muito claro. Direito de decidir e consultar sobre o futuro político da nação catalã (MAS, 2012, tradução livre)¹¹².

Aproveitando-se com firmeza do entusiasmo em relação ao engrandecimento do nacionalismo catalão, Artur Mas investe à população a validação desse momento,

¹¹¹ “Quan vaig anar a la Moncloa el 20 de setembre d’enguany no només hi anava amb un mandat molt majoritari i explícit del Parlament, sinó pocs dies després de la manifestació més multitudinària de la història de Catalunya. Una manifestació amb un lema: Catalunya, nou Estat d’Europa. Vaig creure, i segueixo creient, que no es podien fer oïdes sordes a aquest gran clam i que en moments excepcionals calien decisions excepcionals i, com a conseqüència, les eleccions del passat 25 de novembre van ser convocades per traslladar a les urnes el que el poble català havia manifestat al carrer” (MAS, 2012).

¹¹² “La decisió sobre el futur polític d’una nació, d’un país, és un tema de suma transcendència, que obliga a la necessària confrontació de models polítics. Totes les idees són vàlides, tots els models i propostes dignes de ser presentats i defensats, l’únic límit que ens hem de posar com a demòcrates és que la darrera paraula només la té el poble i que la seva voluntat, sigui coincident o no amb els nostres plantejaments inicials, ha de ser acatada i acceptada. I, en aquest sentit, els resultats i les majories que es deriven de les darreres eleccions són molt clares. Plurals i diverses, però molt clares. Dret a decidir i consulta sobre el futur polític de la nació catalana” (MAS, 2012).

dando-lhes um poder de decisão apoiado por ele próprio e pela sua futura administração. Quando diz que a vontade do povo “coincide ou não com planejamentos iniciais”, Mas faz parecer que houve, de fato, para o partido, uma necessidade de mudança para conquistar o eleitorado e aderir por completo às novas demandas do mesmo.

Anuncio, portanto, que durante esta legislatura de acordo com os pactos obtidos para a investidura, o Governo submeterá ao povo da Catalunha a decisão do futuro político e nacional do país e fará isso para garantir seu desenvolvimento econômico, sociais e culturais, e a sobrevivência, fortalecimento e melhoria de seu estado de bem-estar social. Esta consulta será realizada sob o marco legal que será usado e com a vontade de chegar a um consenso tão amplo quanto possível com todas as forças políticas e sociais nesse país (MAS, 2012, tradução livre)¹¹³.

Mas confirmou que sua legislatura tinha como principal foco a realização do referendo, ainda sem data definida. Como já disse, pretendia que ele fosse legal e negociado.

Nós aspiramos a ser um país normal, como tantos outros há no mundo. Se você olhar para o mapa da União Europeia, verá que, em menos de uma década, a evolução tem sido muito notável. Passou de 15 países para 27, 28 no próximo ano contando com a Croácia.

É claro que a dimensão não é parâmetro para se tornar um membro da União Europeia – a grande maioria dos novos membros são países que são significativamente menores do que a Catalunha – nem é garantia de eficiência e competitividade: existem países pequenos que vão muito bem, por exemplo, a Áustria, a Finlândia, a Suécia ou a Dinamarca, outros não muito grandes que não vão tão bem – Grécia, Irlanda ou Portugal –, há grandes que também estão bem – Alemanha – e grandes que não estão muito bem – Espanha. A dimensão, portanto, não é o problema (MAS, 2012, tradução livre)¹¹⁴.

Artur Mas aproveitou o momento em que o lema principal das novas reivindicações era “Catalunha, novo Estado da Europa” para exprimir que seu governo é

¹¹³ “Els anuncio, per tant, que durant aquesta legislatura i d’acord amb els pactes assolits per a la investidura, el Govern sotmetrà a consulta del poble de Catalunya la decisió del futur polític i nacional del país i ho farà per garantir el seu desenvolupament econòmic, social i cultural i la supervivència, enfortiment i millora del seu estat de benestar. Aquesta consulta serà duta a terme sota el marc legal que l’empari i amb la voluntat d’arribar a un consens tan ampli com sigui possible amb totes les forces polítiques i socials d’aquest país” (MAS, 2012).

¹¹⁴ “Aspirem a ser un país normal, com tants d’altres n’hi ha en el món. Si vostès es miren el mapa de la Unió Europea, veuran que en menys d’una dècada l’evolució ha sigut notabilíssima. S’ha passat de 15 països a 27, 28 l’any que ve comptant Croàcia.

Resulta evident que la dimensió no és el paràmetre per esdevenir membre de la Unió Europea –la gran majoria dels nous membres són països sensiblement més petits que Catalunya– ni tampoc la garantia de l’eficiència i la competitivitat: hi ha països petits que van molt bé –per exemple, Àustria, Finlândia, Suècia o Dinamarca–, d’altres no gaire grans que no van tan bé –Grècia, Irlanda o Portugal–, n’hi ha de grans que també se’n surten bé –Alemanya–, i de grans que no se’n surten gaire bé –Espanya–. La dimensió, per tant, no és el problema” (MAS, 2012).

igualmente favorável ao bordão. Contudo, o presidente da Comissão Europeia na época já havia manifestado que qualquer novo país deveria aderir ao procedimento padrão. O governo pareceu ignorar as implicações de uma secessão unilateral nesse caso, que poderiam levar a um conflito desproporcional entre a própria Catalunha, a Espanha e a UE como um todo, como considerado no segundo capítulo.

Deve-se dizer que a Catalunha tem todos os atributos para ser considerado um país normal entre os países normais do mundo: possui um território definido; uma população com valores coletivos compartilhados e um sentimento nacional amplamente majoritário; uma cultura e uma linguagem própria; instituições seculares de autogoverno; uma tradição e um legado de alto valor; e uma economia sólida, moderna e aberta no mundo, juntamente com uma capital, Barcelona, que tem um grande poder de atração e reúne projetos de primeira classe que ajudam a colocar a Catalunha a nível internacional.

Não há dúvida de que, nos últimos três meses, a Catalunha teve um eco numa escala europeia e global, como nunca tinha experimentado. Despertamos interesse, sem afastarmo-nos de um escrupuloso comportamento democrático (MAS, 2012, tradução livre)¹¹⁵.

O embasamento de um “país normal” no sentimento nacional catalão certificou ainda mais a predisposição política do nacionalismo, e como ele pode ser utilizado em ocasiões favoráveis, como era o contexto catalão na época. E mais uma vez, ênfase na cultura e na língua como forma de promoção dessa identidade.

No último trecho, Mas mostrou-se ambicioso com o impacto global das transformações na Catalunha. Embora a Catalunha já fizesse parte dos noticiários internacionais desde o começo de suas manifestações civis dois anos antes, ainda carecia de suporte internacional de algum país ou organização relevantes. Não houve nem mesmo apoio reforçado de outros nacionalismos separatistas europeus, como a região dos Flandres ou mesmo da Escócia, em evidência na época. A grande maioria do que foi revisto apoiava que, alcançando a independência ou não, era preciso um consentimento e uma negociação pacífica principalmente entre Espanha e Catalunha.

¹¹⁵ “Val a dir que Catalunya té tots els atributs per ser considerat un país normal entre els països normals del món: té un territori definit; una població amb uns valors col·lectius compartits i amb un sentiment nacional àmpliament majoritari; una cultura i una llengua pròpies; unes institucions d'autogovern seculars; una tradició i un llegat jurídics d'alt valor; i una economia prou sòlida, moderna i oberta al món, junt amb una capital, Barcelona, que té un gran poder d'atracció i d'aglutinar projectes de primer ordre que ajuden a situar Catalunya a nivell internacional.

És indubtable que en els darrers tres mesos Catalunya ha tingut un ressò a escala europea i mundial com mai havia experimentat. Despertem interès, sense apartar-nos d'un escrupolós comportament democràtic” (MAS, 2012).

Enfim, sobre a questão fiscal e econômica:

Deixe-me fazer uma descrição breve e sintética da realidade. Em 2010, o déficit que a Generalitat autorizou foi um máximo de € 4.800 M cerca de 640 euros por cada um dos 7,5 milhões de catalães. A realidade foi um déficit, não € 4.800 M, mas de € 8.400 M, quase o dobro do autorizado. Equivale a cerca de 1.120 euros por cada catalão.

O atual governo enfrentou esta situação crítica e com a obrigação imposta pelo governo espanhol de reduzir o déficit para um máximo de € 1.400 M no próximo ano de 2013. Isto é, em três anos, somos forçados a diminuição do déficit equivalente a € 7.000 M, quase 1.000 euros em média por cidadão da Catalunha, pequeno, jovem ou grande. Pouco tempo depois, exigimos um esforço de contenção sem precedentes, e uma disseminação enorme, injusta e desproporcional (MAS, 2012, tradução livre)¹¹⁶.

Artur Mas encontrou nos dados oficiais da *Generalitat* para tentar justificar, mais uma vez, as atribuições da falta de controle fiscal do próprio governo catalão, demonstrando o significado que o PF poderia ter em casos como esse, onde as consequências das medidas de austeridade do governo espanhol prejudicaram fortemente a região. Para buscar mudar essa realidade econômica, o plano de governo de Mas propôs diversas alterações.

Primeiro, que as instituições comunitárias flexibilizam os critérios de déficit para as economias do Sul da Europa e, especialmente, do estado espanhol. Eles estão fazendo isso, mas teremos que fazê-lo mais.

Em segundo lugar, que o Estado espanhol revise urgentemente a distribuição injusta dos níveis de déficit das Comunidades Autônomas, como principal responsável pelas políticas do Estado de Bem-Estar.

Bastante prejudicados pelas medidas de austeridade do bloco europeu que tomaram lugar a partir de 2008, Portugal, Espanha, Grécia e outros países do sul europeu foram obrigados a realizar cortes drásticos em seus gastos públicos e elevar

¹¹⁶ “Permetin-me que faci una breu i sintètica descripció de la realitat. L’any 2010 el dèficit que tenia autoritzat la Generalitat era com a màxim de 4.800 M€, uns 640 euros per cada un dels 7,5 milions de catalans. La realitat va ser un dèficit , no de 4.800 M sinó de 8.400M€, gairebé el doble de l’autoritzat. Equivalia a uns 1.120 euros per cada català.

L’actual Govern es va trobar amb aquesta situació crítica, i amb l’obligació imposada pel Govern espanyol de reduir el dèficit fins a un màxim de 1.400 M€ el proper any 2013. És a dir, en tres anys se’ns imposa una disminució del dèficit equivalent a 7.000 M€, gairebé 1.000 euros de mitjana per cada ciutadà de Catalunya, petit, jove o gran. Ras i curt, se’ns exigeix un esforç de contenció sense precedents, i d’una envergadura enorme, injusta i desproporcionada” (MAS, 2012).

suas taxas de juros. Sem receber oficialmente auxílio do fundo de resgate da UE, a Espanha necessitou duras medidas de austeridade¹¹⁷.

O segundo trecho, então, apelou para um dos pontos principais do PF: a revisão de distribuição entre as comunidades autônomas. Um novo sistema deveria desenvolver um mecanismo que atualizasse o equilíbrio entre o potencial fiscal relativo e as necessidades de gastos relativos das comunidades autônomas e do governo central (CASTELLS, 2014).

Em terceiro lugar, a Generalitat irá implementar todos os esforços comunicativos e convincentes para transmitir às instituições europeias e à comunidade internacional os esforços desenvolvidos pela Catalunha e seus cidadãos quanto à aplicação de políticas de austeridade e consolidação orçamentária.

Em quarto lugar, a Generalitat afirma na Espanha um comportamento leal que permite não só dividir os custos dos ajustes de forma equitativa de acordo com as competências assumidas pela Catalunha, mas também cobrar todas as dívidas pendentes (MAS, 2012, tradução livre)¹¹⁸.

Um dos pontos a ser considerados em caso de secessão é a alocação de parte da dívida da Espanha. Como observado por Mas, uma Catalunha independente assumiria sua parte nessa questão. Ainda assim, até esse momento, o futuro presidente não havia dado nenhum detalhe sobre como todo esse procedimento seria feito, nem quais os reais impactos na economia catalã que já estava deteriorada.

Até agora, discuti dois grandes problemas: o processo do direito de decidir e a sustentabilidade das finanças públicas. Gostaria de salientar que estas duas grandes questões estavam muito presentes nas eleições de 25 de novembro. Eles foram objeto de um julgamento popular, se se permite usar essa

¹¹⁷ Mais detalhes em: COMO Portugal, Espanha e Irlanda enfrentaram a crise. DW Brasil, 2 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/como-portugal-espanha-e-irlanda-enfrentaram-a-crise/a-18557889>>. Acesso em: janeiro 2018.

¹¹⁸ “Primer, que les institucions comunitàries flexibilitzin els criteris de dèficit per a les economies del Sud d’Europa i, molt especialment, de l’estat espanyol. Ho estan fent, però caldrà fer-ho més.

Segon, que l’Estat espanyol revisi amb urgència el repartiment injust dels nivells de dèficit de les Comunitats Autònomes, en tant que responsables principalíssimes de les polítiques de l’Estat del Benestar

Tercer, que la Generalitat desplegui tots els esforços comunicatius i de convenciment per tal de transmetre a les institucions europees i la comunitat internacional els esforços que estan fent Catalunya i la seva ciutadania pel que fa a l’aplicació de polítiques d’austeritat i de consolidació pressupostària.

Quart, que la Generalitat reclami a l’Estat espanyol un comportament lleial que permeti no només repartir els costos dels ajustos d’una manera equitativa d’acord amb les competències assumides per Catalunya, sinó també cobrar tots els deutes pendents” (MAS, 2012).

expressão, com as maiorias e minorias derivadas delas (MAS, 2012, tradução livre)¹¹⁹.

No trecho acima, o presidente confirmou o impacto dos eventos dos últimos anos na sociedade e na política catalãs, dando mais razão para validar a importância e a inferência dos acontecimentos no caráter do nacionalismo catalão e nas mudanças que tomaram lugar na região. O nacionalismo seguiu firmemente pautado em suas esferas cívicas e étnicas, mas deixou claro principalmente nesse discurso que a questão econômica envolve-se diretamente com a questão da identidade nacional. Ao trazer dados que justificassem uma independência, além de uma proximidade e assistência em especial da UE, pode-se induzir que mesmo não se tratando de um nacionalismo econômico explícito, o jeito político que se passou a exercer o nacionalismo catalão está totalmente ligado a essa tipificação, como proposto por Schulman no primeiro capítulo em relação aos nacionalismos minoritários.

Quando assumi a presidência da Generalitat, há dois anos, sabia que estava fazendo isso em um contexto econômico difícil, a nível externo e interno. É por isso que agora gostaria de entrar no que continua a ser o núcleo das preocupações da sociedade catalã: como superar as dificuldades econômicas, como criar empregos, como reduzir o desemprego e a insegurança no emprego, como olhar para o futuro com mais esperança.

Em 2011, as previsões macroeconômicas indicaram que, em 2013, a situação econômica global melhoraria e as economias que chegaram em melhores condições emergiriam mais rápido e melhor da crise. Por esta razão, apostamos em levar a cabo uma política de saneamento das finanças públicas e de cumprimento dos requisitos marcados pela União Europeia. Faremos isso para enfrentar a recuperação econômica em melhores condições e transmitir à Europa e ao mundo que a Catalunha é uma economia confiável, solvente e rigorosa (MAS, 2012, tradução livre)¹²⁰.

¹¹⁹ “Fins ara, els he parlat de dos grans temes: el procés del dret a decidir i la sostenibilitat de les finances públiques. Vull fer notar que aquests dos grans temes varen estar molt presents a les eleccions del 25 de novembre. Varen ser objecte d’un judici popular, si se’m permet utilitzar aquesta expressió, amb les majories i minories que se’n varen derivar” (MAS, 2012).

¹²⁰ “Quan vaig assumir la presidència de la Generalitat, ara fa dos anys, sabia que ho feia en un context econòmic difícil, a nivell extern i intern. Per això ara voldria endinsar-me en el que segueix essent el nucli central de les preocupacions de la societat catalana: com deixar enrere les dificultats econòmiques, com crear ocupació, com disminuir l’atur i la precarietat laboral, com mirar el futur amb més esperança.

L’any 2011 les previsions macroeconòmiques apuntaven a què el 2013 la situació econòmica global milloraria, i aquelles economies que hi arribessin en millors condicions sortirien més ràpidament i millor de la crisi. Per aquest motiu vam apostar per dur a terme una política de sanejament de les finances públiques i de compliment dels requisits marcats per la Unió Europea. Ho vam fer per poder afrontar la recuperació econòmica en millors condicions i per transmetre a Europa i al món que Catalunya és una economia fiable, solvent i rigorosa” (MAS, 2012).

Ainda dentro da questão econômica, Mas seguiu afirmando que o total controle fiscal seria a resposta para que a Catalunha pudesse seguir enfrentando a crise talvez com menos rigidez. Ainda assim, tratava-se de uma questão muito distante, sem muitos detalhes e perspectivas.

Senhoras e senhores, ontem na cerimônia de assinatura do acordo entre CiU e ERC, tentei fazer entender o que é uma evidência: a Catalunha, as instituições catalãs e a sociedade catalã devem enfrentar ao mesmo tempo e portanto de maneira simultânea três grandes desafios de magnitude gigantesca. A primeira, a pior recessão econômica em muitas décadas. O segundo, a pior crise das finanças públicas que experimentamos desde a recuperação da democracia no final dos anos setenta. A terceira, a operação política e nacional mais importante nos últimos três séculos, após a queda de Barcelona em 1714, que consiste em exercer nesta legislatura o direito à autodeterminação, um direito reconhecido a todas as nações da mundo (MAS, 2012, tradução livre)¹²¹.

Ao final do discurso, Mas parecia tratar seu plano de governo já baseado na Catalunha enquanto nação independente, afirmando cada vez mais que seu plano de governo e seus objetivos se tratavam de reações cada vez mais fortes às negações da Espanha em atender as demandas por negociação do governo catalão. Falou, ainda, do pacto que firmou com o independentista ERC, que buscava estabilizar o governo e trabalhar em conjunto para que a consulta sobre a autodeterminação fosse convocada em 2014¹²².

O povo da Catalunha falou e decidiu. Ele fez isso com uma participação elevada, o que deveria ser um estímulo para todos nós. Ao falar sobre qualidade e regeneração democrática, devemos ter em mente que um bom índice para mensurá-los é precisamente o grau de participação nas eleições. Também nesta legislatura teremos que continuar falando na profundidade da qualidade e da regeneração democrática (MAS, 2012, tradução livre)¹²³.

¹²¹ “Senyores diputades i senyors diputats, ahir en l’acte de signatura de l’acord entre CiU i ERC vaig intentar fer entendre el que és una evidència: Catalunya, les institucions catalanes i la societat catalana, ha de fer front al mateix temps i per tant de manera simultània a tres reptes d’una magnitud gegantina. El primer, la pitjor recessió econòmica en moltes dècades. El segon, la pitjor crisi de les finances públiques que hem viscut des de la recuperació de la democràcia a finals dels anys setanta. El tercer, l’operació política i de país de més envergadura dels darrers tres segles, després de la caiguda de Barcelona l’any 1714, consistent a exercir en aquesta legislatura el dret a l’autodeterminació, un dret reconegut a totes les nacions del món” (MAS, 2012).

¹²² Nesse pacto, o CiU e o ERC se mostravam empenhados em trabalhar em projetos que culminariam na garantia da transição nacional, já prevendo um resultado positivo na consulta. Mais detalhes em: NOGUER, Miquel; ROGER, Maiol. Mas y ERC sellan un pacto inestable. El País, Carbelona, 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://elpais.com/ccaa/2012/12/19/catalunya/1355917230_139573.html>. Acesso em: janeiro 2018.

¹²³ “El poble de Catalunya va parlar, i va decidir. Ho va fer amb una altíssima participació, fet que hauria de constituir un estímulo per a tots nosaltres. Quan es parla de qualitat i de regeneració democràtiques, hauríem de tenir present que un bon índex per mesurar-les és precisament el grau de participació en

Por fim, Artur Mas seguiu atribuindo o sucesso de seu partido nas eleições antecipadas ao comprometimento desse em fazer novas alianças (como com o ERC) e a colocar em prática as demandas da população, mesmo sem negociação com o governo nacional. O discurso de Mas teve um tom nacionalista bastante palpável, atribuindo sempre as justificativas no possível progresso e aumento de bem-estar da região que só seriam praticáveis por meio de uma secessão. Agora, a dimensão do nacionalismo econômico, principalmente para um nacionalismo minoritário se fez bastante presente, mesmo que de forma discreta. Teoricamente falando, a questão do nacionalismo econômico é recente no caso catalão. Seus indícios são claros, mas por ora são demonstrados em forma de vantagens e desejos predominantemente políticos e partidários.

A lógica interna do discurso corresponde a um plano de governo que busca reafirmar as posições já propostas no discurso anterior, agora fundamentadas nos resultados dessa eleição, que levou o partido e a coligação novamente ao poder. Pode-se dizer que as falas são coerentes com o momento e com os ideais, dando lógica consistente ao discurso, mas por vezes trata a Catalunha como um ente soberano, cuja maioria dos objetivos (essencialmente os econômicos) ainda não dispõe de validade total legal para serem executados, o que dificulta resultados reais propostos pelo governo.

3. 5 O DISCURSO DE POSSE DE CARLES PUIDGEMONT DE 2016

Depois da realização do referendo do 9-N, novas eleições foram realizadas no final de 2015, cujas campanhas eleitorais foram dominadas pelo tema da independência da Catalunha. O CiU agora havia se transformado no JxSí, uma nova coligação entre o agora PDeCAT e o ERC, formada justamente para impulsionar independência da Catalunha. Mesmo tendo ganhado as eleições, o JxSí necessitaria de um acordo com outras coligações para colocar em prática a abertura do processo de independência, visto que não alcançou maioria parlamentar.

les eleccions. També en aquesta legislatura haurem de seguir parlant a fons de qualitat i de regeneració democràtiques” (MAS, 2012).

Sem a maioria a favor da continuação de seu mandato, Artur Mas e o JxSí firmaram um acordo com a CUP, passando candidatura à presidência da *Generalitat* a Carles Puigdemont. Com aprovação de sua candidatura no parlamento, Puigdemont faz seu discurso de investidura em 10 de janeiro de 2016.

Em um momento inicial, Puigdemont falou sobre o acordo que o levou até ali em forma de agradecimento, reconhecendo que os votos não haviam sido direcionados a ele de fato, e sim ao partido e ao candidato, Artur Mas.

Gostaria de enfatizar e agradecer, neste sentido, o valor e a coragem que precisamos para fazer isso, a honestidade e o patriotismo que existem quando é preciso tomar decisões em momentos decisivos e assegurá-las. Por isso, também, um agradecimento aos dois grupos que trabalharam de forma paciente e cuidadosa para solicitar ao Parlamento e ao país um acordo que permita iniciar a legislatura deste período excepcional de pós-autonomia e pré-independência, a CUP-Crida Constituinte e ao Junts pel Sí e que, acima de tudo, este acordo oferece essas garantias, não apenas para começar, mas para trabalhar e ter suficiente estabilidade parlamentar para poder desenvolver o amplo espectro contido no programa governamental ao qual eu vou me referir em breve (PUIGDEMONT, 2016, tradução livre)¹²⁴.

Puigdemont, um autodeclarado nacionalista a favor da independência enalteceu o sentimento de nacionalismo investido à decisão de colocá-lo como candidato do JxSí ao falar sobre honestidade e patriotismo, e as formas de assegurá-los. A afirmação parece dar ainda mais pretexto às ações políticas desenvolvidas pelo partido, em nome do sentimento nacionalista advindo da população e dos eventos por ela desenrolados. Contudo, chamar o período do discurso de “pós-autonomia e pré-independência” faz pouco sentido, dado sua falta de legalidade e até mesmo legitimidade. Como já demonstrado no capítulo dois, uma grande parte da população mostrava-se contrária a uma secessão unilateral. Além disso, não havia maioria parlamentar para apoiar tal fato. O acordo que traria garantias contaria apenas com partidos independentistas, não trazendo estabilidade ao parlamento, como mencionado por Puigdemont.

Ainda nesse início, Puigdemont agradeceu e enalteceu principalmente o presidente Artur Mas pela confiança enquanto candidato.

¹²⁴ “Jo vull subratllar i agrair, en aquest sentit, el valor i el coratge que calen per fer això, l'honestedat i el patriotisme que hi ha quan cal prendre decisions crítiques en moments culminants i es prenen. Per això cal, també, un agraïment als dos grups que han treballat de manera pacient i acurada per plantejar al Parlament i al país un acord que permet arrencar la legislatura d'aquest període excepcional de la postautonomia i la preindependència, a la CUP-Crida Constituent i a Junts pel Sí i que, sobretot, aquest acord ofereix aquelles garanties, no només per arrencar, sinó per treballar i per disposar de l'estabilitat parlamentària suficient per poder anar desplegant l'ampli espectre que conté el programa de govern al qual em referiré d'aquí a una estona” (PUIGDEMONT, 2016).

Isso nos permite iniciar esta etapa com convicção e plena legitimidade democrática, mas faltam mais e todos são convocados. Todos sabemos quem se encarrega do que fazem os cidadãos, é nítido, é nítido pelo menos para aqueles que querem ver e quem não quer esconder isso sob o tapete. Temos de iniciar o processo para fornecer à Catalunha as ferramentas indispensáveis que lhe dão a capacidade de responder às necessidades do presente e às expectativas do futuro. Faz muitos anos que essas ferramentas nos faltam, sabemos o suficiente e este Parlamento e vários debates que ocorreram são testemunhos suficientes.

Mas hoje sabemos que, se essas ferramentas não são próprias, não poderemos tê-las e, se não as tivermos, perderemos toda a possibilidade de servir as pessoas como devemos e como elas merecem e, portanto, transformar o país em um espaço onde é possível planejar e executar esperanças para o futuro, deixamos de ser, se não possuímos essas ferramentas, uma nação, para se tornar uma resignação (PUIDGEMONT, 2016, tradução livre)¹²⁵.

As “ferramentas” pelo candidato citadas correspondem, de fato, às instituições de um governo catalão completamente independente. Até então, Puidgemont segue o mesmo tom dos últimos discursos de Artur Mas, focando na falta de capacidade e poder decisório do governo catalão em gerir-se. Igualmente como Mas, o candidato faz isso de uma forma que procura enternecer os ouvintes ao falar em “servir as pessoas como elas merecem”, remexendo o sentimento nacionalista.

Portanto, no programa de governo que lhes apresento, ele é o filho dessa missão cidadã e dessa cultura política que se revolta contra a resignação. Mas isso não é uma questão de proclamar e identificar, deve ser feito com rigor, compromisso, caminhos e linguagem que a maioria da população espera de suas instituições e representantes, o que podemos fazer bem.

Precisamos fazer o bem e implantar o plano do governo e começar a andar à luz do que já aprovamos na declaração de 9 de novembro, iniciar o processo para estabelecer um estado independente na Catalunha, que as decisões do Parlamento da Catalunha são decisões soberanas, abrir um processo constitutivo de base cidadã participativa e oferecer um desejo permanente de diálogo e negociação, obviamente com o Estado espanhol, com a União Europeia e com a comunidade internacional (PUIDGEMONT, 2016, tradução livre)¹²⁶

¹²⁵ “Això ens permet iniciar aquesta etapa amb convenciment i plena legitimitat democràtica, però ens en falten més i tothom hi és convocat. Tots sabem quin és l’encàrrec que ens fan els ciutadans, és nítid, és nítid almenys pels qui el volen veure i qui no el volen amagar sota la catifa. Hem d’iniciar el procés per dotar Catalunya d’aquelles eines indispensables que li donin capacitat de resposta a les necessitats del present i al es esperances del futur. Fa molts anys que aquestes eines ens manquen, ho sabem prou i aquest Parlament i diversos debats que s’han succeït en són prou testimonis.

Però avui sabem que si aquestes eines no ens són pròpies, no en podrem disposar i si no les tenim, perdrem tota possibilitat d’atendre les persones com cal i com es mereixen i, per tant, de transformar el país en un espai on es puguin planificar i executar les esperances de futur, deixem de ser, si no tenim aquestes eines, una nació, per esdevenir una resignació” (PUIDGEMONT, 2016).

¹²⁶ “Per tant, en el programa de govern que els presento a continuació és fill d’aquest encàrrec ciutadà i d’aquesta cultura política que es rebel·la contra la resignació. Però això que costa poc de proclamar i d’identificar, cal que sigui fet amb el rigor, el compromís, les maneres i el llenguatge que la majoria de la població espera de les seves institucions i representants, el que diem fer-ho bé.

Pela primeira vez, falou-se sobre a “cultura política” vigente no contexto catalão, tratando-a como forma de revolta contra a submissão ao governo espanhol e sua falta de vontade em negociar. Em mais esse trecho, pode ser indicada de forma um pouco mais clara a existência da nova dinâmica supramencionada entre sociedade civil e elite política.

Ainda, o resultado do 9-N seguiu sua repercussão como o sinal mais positivo da necessidade de se dar um início quase que imediato ao processo de independência, além de ser o único até então.

A este respeito, gostaria de lembrá-lo do que o Presidente Mas disse em sua primeira sessão de investidura desta legislatura, em 9 de novembro, sobre o enorme trabalho que devemos realizar nos próximos meses, sem demora e sem medo, que inclui os seguintes compromissos: Um. Conclusão do processo em sua fase participativa, cívica e associativa, é um processo muito importante na articulação da Catalunha que queremos, porque é verdadeiramente uma oportunidade colossal, revelada em nossa história recente, de chamar as pessoas para a participação na construção coletiva do novo país, caso contrário não poderia ser feito. Dois. O desenho definitivo das estruturas do Estado. E já está configurado. Três. Tramitação no Parlamento do projeto de lei do processo constituinte. Quatro. Tramitação da lei de transitoriedade jurídica e, cinco, internacionalização total do processo de construção e constituição do futuro estado catalão independente (PUIDGEMONT, 2016, tradução livre)¹²⁷.

Nessa fala, o candidato reafirmou o compromisso de seu futuro governo em colocar em prática o processo de independência. Começando com uma nova consulta popular que sinalizaria por definitivo o início do processo, legitimando-o de alguma forma. Os próximos itens correspondiam aos procedimentos técnicos e legais que o governo desempenharia. Com exceção do segundo item, dado que a região já tinha uma base estrutural de um Estado, todos os outros itens careciam ainda de legalidade.

Necessitem fer-ho bé i desplegar el pla de Govern i començar a caminar a la llum del que ja vam aprovar en la declaració del 9 de novembre, iniciar el procés per constituir un estat independent a Catalunya, que les decisions del Parlament de Catalunya són decisions sobiranes, obrir un procés constituent de base participativa ciutadana i oferir voluntat permanent de diàleg i negociació, òbviament amb l'Estat espanyol, amb la Unió Europea i amb la comunitat internacional” (PUIDGEMONT, 2016).

¹²⁷ “En aquest sentit, vull recordar el que ja va dir el president Mas en la seva primera sessió d’investidura d’aquesta legislatura, el 9 de novembre, sobre la feina ingent que hem d’assumir en els propers mesos, sense dilació i sense por, que comprèn els compromisos següents: U. Culminació del procés en la seva fase participativa, ciutadana i associativa, és un procés importantíssim en l’articulació de la Catalunya que volem, perquè és veritablement una oportunitat colossal, inèdita en la nostra història recent, de cridar la gent a la participació per la construcció col·lectiva del nou país, altrament no es podria fer. Dos. El disseny definitiu de les estructures d’Estat. I la seva posta a punt. Tres. Tramitació al Parlament de l’avantprojecte de llei de procés constituent. Quatre. Tramitació de la llei de transitorietat jurídica i, cinquè, plena internacionalització del procés de construcció i de constitució del futur estat català independent” (PUIDGEMONT, 2016).

Novamente sem muitos detalhes, a independência em teoria era um projeto ambicioso tomando forma.

Estamos superando a crise econômica em um ritmo que ainda não encarou a superação da crise social. Certifiquem-se que a superação da crise econômica depende de uma combinação de fatores entre os quais a ação governamental é muito importante, mas nem a única nem a principal, porque depende em grande parte daqueles que têm a capacidade de investir, para inovar, para criar riqueza, e assim por diante.

Por outro lado, superar a crise social depende, em grande medida da rede de trabalho, do Estado de bem-estar social. E se essa rede é enfraquecida pela injustiça e falta de correspondência do Estado em relação ao Governo que tem responsabilidade, porque tendo competências estatutárias, é mais difícil compreender como é necessária para todas as pessoas que vão mal (PUIDGEMONT, 2016, tradução livre)¹²⁸.

Os planos de governo da nova legislatura giram em torno de três grandes pontos: recuperação econômica social, diminuição do desemprego, e elaboração de marcos legais para dar início à constituição do estado catalão. Mais uma vez, como evidenciado no segundo trecho, apelava-se ao empecilho espanhol como maior obstáculo na busca por uma recuperação social da crise econômica e retorno a um estado de bem-estar pautado no progresso.

Este governo terá que iniciar, portanto, a agenda de negociação com o Estado espanhol, bem como a agenda européia e internacional para o reconhecimento do mandato a favor da constituição do novo estado que nasce da futura constituição, que deve ser endossada pelos cidadãos. E esta é uma tarefa que não só afetará o governo, não só afetará o Parlamento, como isso exigirá a participação de muitas pessoas. Muitas pessoas entre as quais o Presidente Mas. Muitas pessoas que se ligaram, de outras frentes, a este projeto. Por isso, insistimos mais uma vez, não é um projeto de políticos, não é um projeto, nem mesmo das instituições que, de fato, lideram, e que de fato, tomam decisões. Este é um projeto em coro, este sim é em coro. Este é um projeto coletivo. Este é um projeto em comunhão com a grande maioria das pessoas. E, portanto, o dever que temos, e temos o direito, mas o dever que temos é parar o ouvido é ouvir e agir se quisermos continuar a agir como representantes políticos. Caso contrário, aqui provavelmente teríamos muito trabalho que não faríamos (PUIDGEMONT, 2016, tradução livre)¹²⁹.

¹²⁸ “Anem superant la crisi econòmica a un ritme que no té encara la superació de la crisi social. Fixin-se que la superació de la crisi econòmica depèn d’una combinació de factors entre els quals l’acció governamental és molt important, però ni l’únic ni el principal, perquè en gran mesura depèn dels qui tenen capacitat d’invertir, d’innovar, de crear riquesa, etcètera.

En canvi, la superació de la crisi social depèn en gran mesura de la xarxa, de l’estat del benestar. I si aquesta xarxa és afeblida per la injustícia i manca de correspondència de l’Estat envers el Govern que en tenen responsabilitat, perquè en tenen les competències estatutàries, aleshores és més difícil atendre com cal tota la gent que ho passa malament” (PUIDGEMONT, 2016).

¹²⁹ “Aquest govern haurà d’iniciar, per tant, l’agenda de negociació amb l’Estat espanyol, així com l’agenda europea i internacional per al reconeixement del mandat a favor de la constitució del nou estat que neixi de la futura constitució, que ha de ser refrendada per la ciutadania. I aquesta és una tasca que no afectarà només el govern, no afectarà només el Parlament, i que demanarà la participació

Mesmo já apresentando um discurso marcado pela certeza da independência, Puidgemont teve o cuidado de apontar que uma negociação tanto com a Espanha quanto com a UE eram necessários. Outra vez endossando a importância do apoio popular, o candidato fez questão de reiterar que essa questão não se tratava de uma vontade puramente da elite política. De qualquer forma, essa vontade evidentemente passou a ser política no momento em que houve correspondência por parte do partido e da coligação, e suas ações passaram a ser consentidas por pelo menos uma parcela importante da população catalã. Confirma-se repetidamente o uso político do nacionalismo exacerbado nessas práticas que se escoram nesse sentimento. Puidgemont falou ainda, ao final de seu discurso, sobre seus feitos enquanto presidente de Girona, afirmando seu comprometimento com a política. Acentuou, também, o essencial papel de Artur Mas em todo esse processo.

Nós pegamos neste momento, o último trem para completar o processo iniciado há alguns anos com grandes mobilizações e uma grande resposta democrática por parte das pessoas do país. Certamente, é o trem mais complexo e incerto de todos aqueles que viajaram - e com sucesso - até hoje. Isso também será concluído com sucesso, mas necessitamos de todos e todas; Teremos que apoiar as pessoas que estão dispostas a nos ajudar onde necessário, que há muito mais do que você imagina.

Por isso, coloco com modéstia, mas também com exigência - e eles vão me entender - peço o melhor de todos. Isto não é para aqueles que eu reivindico, que conheço são parte deste acordo de investidura e governança, mas a todos os membros do Parlamento da Catalunha, sem exceção; estou lhes pedindo, e exorto exigir, a maior dignidade do momento (PUIDGEMONT, 2016, tradução livre)¹³⁰.

de molta gent. Molta gent entre les quals compto amb el president Mas. Molta gent entre les quals compto amb tantes persones que s'han vinculat, des d'altres fronts, a aquest projecte. Perquè aquest, insistim-hi una vegada més, no és un projecte dels polítics, no és un projecte ni tan sols de les institucions que, efectivament, liderem, que, efectivament, prenem decisions. Aquest és un projecte coral, aquest sí que és coral. Aquest és un projecte col·lectiu. Aquest és un projecte en comunió amb una immensa majoria de la gent. I, per tant, el deure que tenim, i hi tenim dret, però el deure que tenim, és parar l'orella, és escoltar i actuar si volem continuar exercint de representants polítics. Altrament, aquí probablement tindríem molta feina que no faríem" (PUIDGEMONT, 2016).

¹³⁰ “Ens queda, a hores d'ara, el darrer tram per culminar el procés iniciat fa uns anys amb grans mobilitzacions i una gran resposta democràtica per part de la gent del país. Segurament és el tram més complex i incert de tots els que hem recorregut –i amb èxit– fins avui. Aquest també el culminarem amb èxit, però ens necessitem tots i totes; ens haurem de recolzar amb la gent que està disposada a ajudar-nos fins on faci falta, que n'hi ha molta, més de la que vostès es poden imaginar.

Per això, poso amb modèstia, però amb exigència també –i m'entendran que ho faci– demanar la màxima a tothom. Això no va pels qui jo els reclamo, als qui jo sé que formen part d'aquest acord d'investidura i de governança, sinó a tots els membres del Parlament de Catalunya, sense excepció; els demano, i goso exigir, la màxima dignitat del moment” (PUIDGEMONT, 2016).

O discurso de Puidgemont foi de média extensão, servindo para reafirmar o compromisso da nova coligação e do partido em seguir adiante com os planos de por em prática a independência. As falas deixaram bastante evidente que a participação popular seria de extrema importância nessa hora, sugerindo que invocaria uma nova consulta popular assim que se estabelecesse na *Generalitat*. Seguiu-se em destaque o apelo ao sentimento nacionalista, tanto para confirmar que as ações partidárias estavam de acordo com as movimentações da população, quanto para garantir as próximas etapas, persistindo em diversos momentos que o futuro da Catalunha pertencia, de fato, à vontade da população.

A lógica interna do discurso de por vezes é de complicada compreensão. Talvez por Puidgemont ter sido convocado às pressas para assumir a liderança da coligação nessa investidura, já que não houve unanimidade entre as coligações independentistas na aprovação de Mas enquanto candidato a essa próxima legislatura, suas propostas de governo basearam-se muito nas ideias de Artur Mas, e em um plano de pré-independência da Catalunha. Embora invoque os motivos certos que necessitam de mudança, como a questão econômica e os impulsos para que o governo espanhol acate pelo menos com negociações, as propostas em alguns momentos estão baseadas em uma Catalunha independente de fato, o que pode ser considerado até fantasioso, visto que até então não há total apoio da população, nem acordo legal com os outros partidos e muito menos com o governo espanhol para tal fato.

Pode-se considerar que o discurso obedece a trajetória natural dos caminhos percorridos pelo partido até agora. Entre mudança de nome, quebra e formação de novas coligações, mudança brusca de liderança, parece razoável que a mensagem desse discurso em particular soe visionária, mas ao mesmo tempo perigosa, reiterando mais uma vez sua total carência jurídica e ausência parcial de fundamento, visto que ignora quase que por completo a porção importante da população contra a independência, a ausência de apoio internacional, e os apelos dos partidos contrários que compõem o próprio parlamento.

3. 6 ANÁLISE FINAL

Depois de analisar de forma preliminar os conteúdos do contexto histórico, da biografia dos autores dos documentos, sua autenticidade e natureza, bem como os importantes conceitos-chave, a análise final serve para comunicar de forma mais clara as principais respostas às perguntas iniciais do trabalho. Existiram, de fato, muitas mudanças importantes entre as propostas do partido e da coligação CDC e CiU, de seu primeiro longo período no poder de 1980 até 2003, até seu retorno recente em 2010, depois de um intervalo de sete anos.

Nos dois primeiros discursos analisados, o pujolismo demonstrou um tom mais conservador do partido. A busca por mais autonomia política e financeira na Catalunha nos vinte primeiros anos depois da transição baseava-se predominantemente na busca por uma abertura maior por parte da Espanha para um diálogo constante do processo de devolução de poderes ao governo catalão. Pujol demonstrava-se bastante crítico do governo nacional, mas cuidadoso em suas avaliações. Se tratando de um período de crescimento e estabilidade tanto na Espanha quanto na Catalunha, a questão independentista não pautava o governo do CDC/CiU, embora a ideia já estivesse presente em outros partidos, como o ERC, e entre uma minoria da população.

Ainda nesse primeiro período, o nacionalismo catalão procurava firmar-se nas suas tradições, principalmente na legalização e implementação da língua catalã, e a estabilização de sua própria cultura. Os duros anos do franquismo que tentaram aniquilar qualquer indício de expressão particular cultural da Catalunha trouxeram ao nacionalismo catalão uma necessidade de fixar-se por meio de suas tradições, mas também de mostrar-se inclusivo e coletivo, dentro de um conceito de nacionalismo globalizador, como dito por Pujol. Uma mistura entre os nacionalismos étnico e cívico deram razão para a reconstrução da Catalunha, por meio tanto dessa necessidade de reconstituir e reconfigurar (e, dessa vez, manter) o legado histórico e cultural da região quanto pela necessidade de um governo autônomo com mais liberdade de decisão sobre sua própria administração. Desde os primeiros discursos, o nacionalismo catalão mostrou-se uma mistura de emoção com razão, visando um propósito político e um papel maior em uma região com história e cultura tão ricas. Essas questões ficam mais

claras depois das declarações de “nacionalismo globalizador” e do “perigo de desnacionalização” trazidos por Pujol.

Durante o segundo discurso, a Catalunha se encontrava em um ambiente completamente diferente. Embora se reconheça o inegável progresso tanto da região (que foi referência em se tratando de identidade e progresso, como visto) quanto da Espanha no geral, a crítica em relação à questão fiscal seguiu com ainda mais força. Além do mais, a entrada da Espanha na União Europeia deu margem para que a Catalunha encontrasse no bloco um possível aliado nessa busca por crescimento econômico. Contudo, treze anos depois da entrada do país na UE, o governo passou a criticar também a falta de apoio econômico do próprio bloco, que contava com importantes instituições econômicas e de auxílio aos países-membros. Nesse segundo momento, as divergências econômicas ficaram muito mais notórias e em foco, passando também a se relacionar com a questão da identidade: necessitava-se de mais autonomia financeira para prosperar e tornar a Catalunha um país de alto nível de fato. Pelo bom momento vivido pela Espanha, e por historicamente ser uma região economicamente rica, o caminho natural a ser seguido para que a situação catalã se tornasse ainda melhor era essa busca por mais autonomia e poder de decisão. As bases do nacionalismo catalão estreitam-se ainda mais no conjunto de cívico e étnico, contando também com elementos de um nacionalismo minoritário econômico, traçando um perfil de crescimento de identidade catalã intimamente ligado à prosperidade econômica.

O cenário em que o partido e a coligação retornam ao poder em 2010 retrata uma Catalunha completamente diferente. Em meio à crise econômica e política com o estado espanhol, dadas as diversas negativas às tentativas de negociação a respeito do Pacto Fiscal, e o aumento de manifestações na rua, principalmente contrárias às reformulações do TC em relação o novo Estatuto de Autonomia de 2006, o CiU retorna sob nova direção, prometendo reerguer a Catalunha economicamente. O discurso de investidura de Artur Mas deixou bastante claro, dedicando uma parte importante de sua fala, que uma significativa parcela de seu mandato seria dedicado à abertura da transição catalã para um Estado de fato, com o fator econômico em primeiro plano, apoiando-se no direito a decidir como princípio legal para sua realização.

Ainda nesse discurso, pouco se tocava na palavra “independência”. Indo de encontro com a insatisfação da população, as propostas de Mas visavam uma transição pacífica mais do que uma tentativa brusca de separação, fazendo constantes menções à

transição nacional experimentada pela Espanha no retorno à democracia, frisando a todo momento a qualidade de Catalunha enquanto nação, e a partir disso de sua população enquanto detentora do poder de decidir o futuro.

As falhas de negociação e a expansão nas manifestações civis entre 2010 e 2012 fizeram com que o presidente invocasse eleições antecipadas para tentar mostrar à Espanha e aos seus eleitores o compromisso do governo com esse “momento excepcional”, como o próprio Mas fez questão de intitular. Nesse discurso e nesse período a crise no relacionamento entre a região e o governo central pareciam ter chegado a um novo limite. O governo de Rajoy continuava a recusar-se a atender qualquer tipo de reivindicação do governo catalão, dando ainda mais razão à uma população economicamente enfraquecida e ao governo de Mas em buscar outra alternativa política para atender as demandas. A partir disso, com quase 70% de participação nas eleições, o CiU seguiu no poder com o apoio de outros partidos independentistas. Artur Mas já em seu discurso de investidura afirmou que submeteria ao povo catalão a decisão de seu futuro político. Dois anos depois, em novembro de 2014, o referendo sobre a independência da Catalunha surpreendeu com seu resultado favorável a separação da região.

O embate político entre o governo catalão e o governo central tomou proporções ainda maiores quando o presidente e outros membros do CiU foram acusados pelo TC de realizar a consulta de forma ilegal. Ainda no que parece ser a tentativa de firmar o partido no poder e realizar de fato o começo da transição, novas eleições foram marcadas para setembro de 2015, quase um ano depois do referendo. Com a desintegração do CiU, o CDC juntou-se ao ERC e outros partidos menores e concorreu às eleições na coligação JxSí. Sem maioria parlamentar, a coligação conseguiu dar início ao processo de abertura com o apoio de outro partido independentista, a CUP. A coligação ainda teve que optar por um novo candidato à presidência, convocando Carles Puigdemont, dadas as acusações de Mas, e a falta de consenso entre seus aliados para que sua candidatura fosse aprovada. Todas as ações da nova coligação e do partido, que no meio disso mudou sua razão para PDeCAT, passaram a ser voltadas para um único caminho, o da independência total da Catalunha.

Uma quantidade considerável de mudanças externas e internas parece ter mexido profundamente com um dos partidos mais tradicionais e antigos da Catalunha. Seu retorno em 2010 parece ter sido sustentado sob a ideia de que um partido que ficou por

tanto tempo no poder pudesse de fato salvar a Catalunha econômica e politicamente, visto que em 2009, com o governo socialista favorável a Madri e em meio a crise, a região obteve o PIB negativo mais alto de sua história, chegando a -4,1% (Idescat)¹³¹. Além do mais, por ser pró-Espanha, o PSC pode ter perdido forças ao não condenar com veemência a reformulação do Estatuto, que como claramente posto, gerou uma revolta muito grande entre a população.

De 2010 até 2017, o partido tomou outra forma, mudando por completo sua visão em relação à Catalunha. De uma busca constante por maior autonomia financeira e política a uma política que propunha independência completa da região, o esgotamento da relação com o governo de Madri e o aparente apoio dos eleitores (não em maioria esmagadora, contudo) a esses novos ideais pareceram justificar as decisões e ações sem precedentes dessa nova elite política do CDC, que parece ter se tornado um partido de causa única. O nacionalismo catalão ainda seguiu permanente nos discursos ao tratar principalmente da questão da língua e do potencial da região como um país economicamente forte e integrado à UE e, mesmo sem nenhum apoio das instituições do bloco e dos principais países que o integram¹³², o governo catalão seguiu em frente em suas tratativas internas do mesmo jeito. Contudo, o nacionalismo baseado em tradição e continuidade parece ter se transformado em um objetivo político muito maior do que o sentimento de identidade da maioria dos catalães com a própria cultura e sua história. Agora, atingir esse objetivo final parecia estar sendo guiado por um sentimento de rancor e repulsa, muito mais por parte das elites políticas às atitudes políticas do governo de Madri.

Ainda assim, suas justificativas, pelo menos em seus discursos, recaiam sobre um sentimento de reação podendo derivar, nesses últimos momentos, de um nacionalismo muito mais econômico, visto que em teoria esses seriam os seus maiores ganhos. Porém, o que se enxerga na prática é que o nacionalismo catalão configurou-se em um embate político imprudente e desamparado por outros países, pela UE, e até

¹³¹ A tabela completa do PIB da região de 2000 a 2016 encontra-se disponível em: <<https://www.idescat.cat/pub/?id=piba&n=9152>>.

¹³² Até outubro de 2017, França e Alemanha haviam declarado suporte à unidade espanhola. De acordo com a Reuters, ambos países afirmaram a necessidade de diálogo entre os governos. Mais informações em: EDWARDS, Sam; RODRÍGUEZ, Jose Elías. Catalan leader under pressure to drop independence. Reuters, 9 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-spain-politics-catalonia/catalan-leader-under-pressure-to-drop-independence-idUKKBN1CE0RW>>. Acesso em: janeiro 2018.

mesmo por grande parte de sua própria população¹³³. Compreendeu-se que a questão nacionalista tornou-se um acúmulo de suas tipificações aqui estudadas que culminaram em ações políticas bastante sérias, dando margem para questionar as reais intenções das elites políticas nesses casos. Embora sempre colocando a população e sua vontade em destaque nos discursos e nas justificativas, é perceptível a existência de um sentimento quase megalomaniaco por parte do partido e seus políticos, resultando em uma desconfiança tangível a respeito dos objetivos genuínos dos representantes catalães.

Para mais, a mudança de nome, as novas alianças, leis de transição constitucionalmente ilegais, a convocação de um novo referendo para o final de 2017 em um período de tempo relativamente curto tornaram a situação do PDeCAT no governo catalão ainda mais problemática, visto que são sinais claros de um partido enfraquecido em apoio do eleitorado e de outros partidos. O último discurso de Puidgemont deixa isso evidente ao apresentar propostas que podem ser consideradas irreais em um ambiente chamado pelo próprio governo catalão de “pré-independência”. As consequências desse novo mandato e de todas essas transformações serão sentidas com rapidez, colocando a Catalunha em uma posição totalmente nova e diferente, sendo impossível prever seus desfechos.

¹³³ Além de estudos apontados no contexto histórico, que apontavam que uma grande parcela da população desaprovava uma independência unilateral (mais de 60%, de acordo com o instituto Metroscopia), estima-se que, até outubro de 2017, mais de 600 empresas catalãs retiraram suas sedes administrativas da Catalunha, temendo que a independência unilateral acontecesse de fato. Mais detalhes em: ALONSO, Eduardo López. Un total de 691 empresas han trasladado ya su sede fuera de Catalunya este mês. El Periódico, 17 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.elperiodico.com/es/economia/20171017/un-total-de-691-empresas-han-trasladado-ya-su-sede-fuera-de-catalunya-6358607>>. Acesso em: dezembro 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações no governo catalão nos últimos anos transformaram a Catalunha e sua história de forma profunda e permanente, bem como agravaram, com efeito, sua relação com a Espanha, que sempre fora conturbada. De um dos movimentos nacionalistas mais conhecidos das últimas décadas, o nacionalismo catalão passou a ser, especialmente nesses últimos cinco anos, visto como um ponto de conflito e insegurança políticos, mesmo se tratando de uma região altamente evoluída e prestigiosa dentro da União Europeia.

O CDC, atual PDeCAT, esteve presente e a frente das novas dinâmicas políticas que tomaram conta da região em meio as mais recentes transformações, dando ao partido e às coligações em que esteve presente uma função central nesse período. Assim sendo, buscar compreender de forma preliminar os principais motivos para tantas mudanças pareceu factível pelo ponto de vista das modificações tanto históricas do contexto atual da região quanto das políticas do próprio partido, tomando os discursos de investidura como os indicadores mais perceptíveis de seus novos intuitos e futuras ações.

A partir disso, observou-se que, de maneira breve, os principais motivos que levaram o partido a apoiar-se com entusiasmo nessa intenção completamente independentista foram as respostas das ruas principalmente ao impacto das medidas de austeridade geradas pela crise econômica e a reformulação do Estatuto de Autonomia de 2006, guiados pelo aumento de um sentimento nacionalista intensificado. Utilizando-se tanto das reações práticas quanto das emoções avivadas da população, o CDC/PDeCAT transformou suas principais propostas políticas, originando um novo projeto ao partido, dando a ele, como mencionado, um aspecto de partido de causa única, apesar de sua história e seu importante legado na volta da democracia à Catalunha.

Esse novo projeto alavancou de forma bastante direta as ideias dos usos políticos do nacionalismo catalão como reações às políticas do governo espanhol. Nos primeiros discursos o tom nacionalista respaldava-se muito na ideia de continuidade e tradição da cultura e da cidadania catalãs, identificando-se propriamente com as teorias do nacionalismo étnico e cívico. Mais tarde, a lógica independentista parece alinhar-se também nos princípios de um nacionalismo econômico dos nacionalismos minoritários

propostas por Schulman no capítulo inicial, inclinando-se diretamente dentro dos ideais da União Europeia e seu sistema econômico. Desta forma, o nacionalismo catalão, principalmente nos últimos anos, passou a ser acessado de uma forma mais palpável em razão das substanciais mudanças políticas nesse novo processo de expectativa de independência.

A teoria nacionalista conferida nesse trabalho, ainda que brevemente explorada, dá sinais de não ser capaz de, sozinha, explicar as principais mudanças na Catalunha. Parece existir, de fato, uma dinâmica entre a sociedade civil e as elites políticas que também tem um papel muito importante no contexto atual da Catalunha, tanto quanto as modificações internas do próprio partido, visto que existem diversos documentos para além dos aqui trabalhados que podem identificar as transformações. A partir disso, reconhece-se que o trabalho contribui de forma ainda suscetível ao tentar explicar os principais motivos da virada independentista do CDC/PDeCAT, mas que abre um significativo precedente para que, a partir das conclusões aqui alcançadas, novas teorias e novas descobertas passem a fazer parte dos estudos atuais e futuros sobre a Catalunha e o seu nacionalismo, englobando de preferência um aprofundamento nas análises do interior do partido, posto que esse foi firmado enquanto um dos atores mais essenciais para que todas essas ações tomassem forma. É relevante ainda ressaltar que o debate em torno da autodeterminação e democracia, princípios que servem de alicerce para o Direito de Decidir, também devem ser digno de pesquisas mais aprofundadas tanto teoricamente como quanto seu papel nas práticas exercidas pelo governo catalão.

Acredita-se, também, que essas conclusões possam oferecer, no futuro, importantes descobertas e associações aos diversos temas por ela trabalhados dentro das Ciências Sociais, como o Estado, os movimentos separatistas, as novas demandas da teoria nacionalista dentro de um complexo sistema político como é o caso da União Europeia, bem como o papel dos partidos políticos nacionais na busca por uma solução duradoura para os nacionalismos minoritários. Por meio dessas modificações recentes, o nacionalismo catalão deixou de fazer parte dos nacionalismos minoritários de cunho mais simbólico e passou a ter efeitos reais, podendo, dependendo de seu resultado final, alavancar novos acontecimentos nacionalistas em diversas partes do mundo. A teoria do nacionalismo econômico, que foi de suma importância para a melhor compreensão das ações políticas contemporâneas da Catalunha, ainda pode ser considerada nova, dados

os estudos aqui trabalhados. Assim sendo, ela deve ser aprimorada com o passar do tempo, podendo inclusive o caso catalão auxiliar seu progresso.

Por fim, tratando-se de eventos ainda muito recentes como já declarado, interpreta-se que o estabelecimento de uma relação de causa e efeito real em referência a nova dinâmica política com as principais transformações do partido de autonomista a independentista é bastante complexa. Embora exista uma clara inferência dessa dinâmica e dos eventos que nela culminaram nas mudanças, assume-se que apenas os discursos não são suficientes para provar com firmeza essa relação. Visto que o papel de um discurso político é ser altamente persuasivo e estratégico, a fundamentação de uma relação de causa-efeito nesse caso deve ser visualizada por outras naturezas, buscando esclarecer melhor os acontecimentos.

O futuro da Catalunha permanece indefinido e imprevisível. Um breve panorama da situação atual: Eleito presidente no começo de 2016, Puidgemont convocou um novo referendo para 1º de outubro de 2017, ficando conhecido também como 1-O. Em meio a diversas complicações para sua realização, e novamente considerado ilegal pelo governo nacional, o resultado da pergunta única “Quer que a Catalunha seja um Estado independente em forma de república?” atingiu a marca de 90% para o “Sim”, mas com um total de participação menor que o referendo de 2014¹³⁴.

No dia 27 de outubro, o *Parlament* aprovou, com apenas 70 votos, a resolução que aprovava a declaração de independência da região¹³⁵, sem nenhum reconhecimento internacional e nem da União Europeia. No mesmo dia, o Parlamento Espanhol aprovou com 214 votos a aplicação do artigo 155 da Constituição Espanhola, nunca antes convocado, que dá o direito ao governo espanhol a intervir em uma Comunidade Autônoma¹³⁶. A partir disso, o Conselho de Ministros espanhóis destituiu

¹³⁴ Apenas 42% da população habilitada a votar participou do referendo, indicando uma grande divisão na sociedade catalã. Mais informações em: BAQUERO, Camilo S. Governo catalão anuncia 90% de ‘sim’, 2,2 milhões de votantes e participação de 42% em referendo. *El País Brasil*, 2 de outubro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/internacional/1506898063_586836.html>. Acesso em: janeiro 2018.

¹³⁵ Sem a participação dos partidos oposicionistas, a votação foi secreta e teve apoio do JxSí e da CUP. Mais informações em: PIÑOL, Àngels; RÍOS, Pere. Parlamento da Catalunha aprova resolução para declarar independência. *El País Brasil*, 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509105810_557081.html>. Acesso em: janeiro 2018.

¹³⁶ Mais informações em: DOMÍNGUEZ, Iñigo. Senado da Espanha aprova intervenção do Governo na Catalunha. *El País Brasil*, 27 de outubro de 2017. Disponível em:

Puidgemont e dissolveu o parlamento catalão, convocando novas eleições regionais para 21 de dezembro de 2017¹³⁸.

As consequências de todo esse desarranjo serão conhecidas a medida em que os próximos eventos ocorrerem. Por ora, a Catalunha encontra-se sem um governo local investido, aguardando os resultados permanentes das eleições. Com uma população dividida e pressão para que as negociações entre políticos sejam feitas de forma pacífica e dentro da legalidade, a Catalunha firma-se enquanto um dos casos de nacionalismos separatistas mais intrigantes e singulares dos últimos tempos. Sendo assim, acredita-se que dadas as constantes mudanças, ainda há muito a ser enfrentado tanto pela população catalã, quanto pelos estudiosos do caso catalão, independente da área que o compreendem. O presente trabalho teve o intuito de compreender apenas um dos inúmeros pontos de partida pelo qual as mudanças foram e ainda serão examinadas.

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509091082_211811.html>. Acesso em: janeiro 2018.

¹³⁷ O inciso 1 artigo 155 diz que “Se uma Comunidade Autônoma não cumprir as obrigações que lhe são impostas pela Constituição ou outras leis, ou atue de forma que prejudique seriamente o interesse geral da Espanha, o Governo mediante solicitação ao Presidente da Comunidade Autônoma, e, no caso de não ser atendido, com a aprovação da maioria absoluta do Senado, poderá adotar as medidas necessárias para obrigar a região a cumprir essas obrigações ou a proteger o referido interesse geral”. (CONSTITUCIÓN ESPAÑOLA, 1978, Art. 155, tradução livre).

¹³⁸ Mais informações em: DÍEZ, Anabel; MATEO, Juan José. Espanha destitui Governo da Catalunha, dissolve Parlamento e convoca novas eleições. El País Brasil, 27 de outubro de 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509114362_109606.html>. Acesso em: janeiro 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGOS E LIVROS

ABRÃO, Janete. **O Nacionalismo Catalão e a Crítica à Dicotomia Existente Entre Política e Cultura**. São Paulo: Anais do Xxvi Simpósio Nacional de História – Anpuh, 2011. 14 p.

ALLAND, Alexander Jr. **Catalunya, one nation, two states: an ethnographic study of nonviolent resistance to assimilation** / Alexander Alland, Jr. com Sonia Alland. Palgrave Macmillan, 2006. 220 p.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. [S. l.]: Verso, 2006. 240 p.

ARAGONÈS, Enriqueta; PONSATÍ, Clara. Independence negotiations and strategies. In: CUADRAS-MORATÓ, Xavier. **Catalonia: A New Independent State in Europe?: A debate on secession within the European Union**. Nova Iorque: Routledge, 2016. p. 62-81.

BALCELLS, Albert. **Breve historia del nacionalismo catalán**. [S.l.] Alianza Editorial, 2003. 304 p.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.

BREUILLY, John. **Nationalism and the State**. Chicago: University of Chicago Press, 1993. 474 p.

BRUBAKER, Rogers. **Nationalism refrained: nationhood and the national question in the New Europe**. [S.l.], Cambridge University Press, 1996. 202 p.

BRUBAKER, Rogers. The Manichean Myth: Rethinking the Distinction Between 'Civic' and 'Ethnic' Nationalism. In: KRIESI, Hanspeter; ARMINGEON, Klaus (...) **Nation and National Identity: The European Experience In Perspective**. Chur/Zurique, Rüegger, 1999. p. 55-73.

CARVALHO, Luís Fernando de. **O recrudescimento do nacionalismo catalão**: estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI. Brasília: FUNAG, 2015. 274 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1139-O_Recrudescimento_do_Nacionalismo_Catalao_13_01_2016.pdf>. Acesso em: maio 2017.

CASTELLS, Antoni. Catalonia and Spain at the crossroads: financial and economic aspects. **Oxford Review of Economic Policy**, v. 30, nº 2, 2014. p. 277-296.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: **Vozes**, 2008 (Coleção Sociologia).

CONNOLLY, Christopher K. Independence in Europe: Secession, Sovereignty, and the European Union. **Duke Journal of Comparative & International Law**, v. 24, 2013. p. 51-105. Disponível em: <<http://scholarship.law.duke.edu/djcil/vol24/iss1/2>>. Acesso em: abril 2017.

CUADRAS-MORATÓ, Xavier. **Catalonia: A New Independent State in Europe?**: A debate on secession within the European Union. Nova Iorque: Routledge, 2016. 238 p.

EDLES, Laura Desfor. **Symbol and ritual in the new Spain**: the transition to democracy after Franco. Cambridge University Press, 1998. 197 p.

GAT, Azar. **Nations: the long history and deep roots of political ethnicity and nationalism** /Azar Gat; com contribuições de Alexander Yakobson. 1. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2013. 441 p.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983, p. 6-7.

GREER, Scott L. **Nationalism and self-government**: the politics of autonomy in Scotland and Catalonia. Albany: State University of New York Press, 2007. 223 p.

GROSBY, Steven. **Nationalism**: A Very Short Introduction. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005. 148 p.

GUIBERNAU, Montserrat. **Catalan Nationalism**: Francosim, transition and democracy. [S. l]: Taylor & Francis e-Library, 2004. 200 p.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997. 188.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nationalism and Intellectuals in Nations without States: the Catalan Case**. WP núm. 222 Institut de Ciències Polítiques i Socials. **Barcelona, 2003. P. 1-30.**

GUINJOAN, Marc; RODON, Toni. Catalonia at the crossroads: Analysis of the increasing support for secession. In: CUADRAS-MORATÓ, Xavier. **Catalonia: A New Independent State in Europe?: A debate on secession within the European Union**. Nova Iorque: Routledge, 2016. p. 21-61.

GUIRAO, Fernando. An independent Catalonia as a member state of the European Union? Terra Ignota. In: CUADRAS-MORATÓ, Xavier. **Catalonia: A New Independent State in Europe?: A debate on secession within the European Union**. Nova Iorque: Routledge, 2016. p. 189-223.

HALL, John A. **The State of the Nation**: Ernest Gellner and the Theory of Nationalism. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998. 317 p.

LATIN, David D.. National Identities in the Emerging Europe State. In: KEATING, Michael; MCGARRY, John. **Minority Nationalism and the Changing International Order**. [S. l.]: Oxford Scholarship Online, 2003. p. 1-27.

PICKEL, Andreas. Explaining, and explaining with, economic nationalism. **Nations and Nationalism**, 9 (1), 2003, p. 105–127.

ROESLER, Carlos Eduardo Noronha. **Nacionalismo, tradição e modernidade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.8.2008.tde-26012009-113242

SANTOS, Fabiano. Escolhas institucionais e transição por transação: sistemas políticos de Brasil e Espanha em perspectiva comparada. **Dados** [online]. 2000, vol.43, n.4, pp.00-00. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000400002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: novembro 2017.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O dia em que adiaram o Carnaval: Política externa e a construção do Brasil.** São Paulo: Editora da UNESP, 2010. p. 15-43.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais.** n. I, p. 1-15, jul., 2009.

SHULMAN, Stephen. Nationalist Sources of International Economic Integration. **International Studies Quarterly.** 44, 2000, p. 365–390.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: Democratização no Brasil e na Espanha. **Dados,** 1986 vol. 29, nº 2. p. 207-236.

SMITH, Anthony D. **Gastronomy or geology? The role of nationalism in the reconstruction of nations.** *Nations and Nationalism* 1, no. 1, 1994. p. 3-23.

SØRENSEN, Georg. Nationhood and Identity: Community beyond the State? In: _____. **The Transformation of the State: Beyond the Myth of the Retreat.** [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2003. p. 83-102.

NOTÍCIAS

ALBEROLA, Miquel. **El Rey no propone a ningún candidato y aboca a nuevas elecciones en junio.** *El País,* Madri, 26 de abril de 2016. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2016/04/26/actualidad/1461689973_619104.html>. Acesso em: junho 2017.

ALONSO, Eduardo López. **Un total de 691 empresas han trasladado ya su sede fuera de Catalunya este mês.** *El Periódico,* 17 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.elperiodico.com/es/economia/20171017/un-total-de-691-empresas-han-trasladado-ya-su-sede-fuera-de-catalunya-6358607>>. Acesso em: dezembro 2017.

BAQUERO, Camilo S. **Governo catalão anuncia 90% de ‘sim’, 2,2 milhões de votantes e participação de 42% em referendo.** *El País Brasil,* 2 de outubro de 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/02/internacional/1506898063_586836.html>.
Acesso em: janeiro 2018.

CASTEDO, Antía. **El escándalo que hizo caer a Jordi Pujol, líder histórico de Cataluña.** BBC, 30 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2014/07/140729_jordi_pujol_caída_cataluna_ac> . Acesso em: outubro 2017.

CATALUÑA alcanzó el 103,6% del PIB comunitario 'per cápita' en 1999. El País, 7 de fevereiro de 2001. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2001/02/07/catalunya/981511652_850215.html>. Acesso em: janeiro 2018.

CATALUNYA constitue el Pacte Nacional pel Dret a Decidir. La Vanguardia, Barcelona, 26 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20130626/54376292955/catalunya-constituye-pacte-nacional-pel-dret-a-decidir.html>>. Acesso em: janeiro 2018.

COMO Portugal, Espanha e Irlanda enfrentaram a crise. DW Brasil, 2 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/como-portugal-espanha-e-irlanda-enfrentaram-a-crise/a-18557889>>. Acesso em: janeiro 2018.

DE MIGUEL, Rafa. **Independência da Catalunha será imediata se não houver referendo.** El País Brasil, Madri, 22 de maio de 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/21/internacional/1495389893_104663.html>.
Acesso em: junho 2017.

DÍEZ, Anabel; MATEO, Juan José. **Espanha destitui Governo da Catalunha, dissolve Parlamento e convoca novas eleições.** El País Brasil, 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509114362_109606.html>.
Acesso em: janeiro 2018.

DOMÍNGUEZ, Iñigo. **Senado da Espanha aprova intervenção do Governo na Catalunha.** El País Brasil, 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509091082_211811.html>.
Acesso em: janeiro 2018.

EDWARDS, Sam; RODRÍGUEZ, Jose Elías. **Catalan leader under pressure to drop independence.** Reuters, 9 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://uk.reuters.com/article/uk-spain-politics-catalonia/catalan-leader-under-pressure-to-drop-independence-idUKKBN1CE0RW>>. Acesso em: janeiro 2018.

GARCÍA, Jesús. **La corrupción de CiU y el desafío soberanista van al banquillo en 2017.** El País, Barcelona, 26 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://elpais.com/ccaa/2016/12/24/catalunya/1482594032_989718.html>. Acesso em: novembro 2017.

GARCÍA, Jesús. **Mas confirma la cita electoral: Catalunya irá a las urnas el 25 de noviembre.** La Vanguardia, Barcelona, 30 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20120925/54351086168/catalunya-urnas-25-de-noviembre.html>>. Acesso em: dezembro 2017.

GARCÍA, Jesús. **Mas, inhabilitado por desobedecer el 9-N.** El País, Barcelona, 13 de março de 2017. Disponível em: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2017/03/13/catalunya/1489398015_945194.html>. Acesso em: junho 2017.

GAREA, Fernando. **“La resolución incita a la ruptura del Estado de derecho”.** El País, Madri, 5 de novembro de 2015. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2015/11/04/actualidad/1446642092_172466.html>. Acesso em: junho 2017.

GAREA, Fernando. **El Constitucional admite los recursos contra el texto independentista.** El País, Madri, 5 de novembro de 2015. Disponível em: <http://politica.elpais.com/politica/2015/11/05/actualidad/1446727144_294559.html>. Acesso em: junho 2017.

LÁZARO, Julio M. **El Constitucional recorta la aspiración "nacional" y lingüística de Cataluña.** El País, Madri, 10 de julho de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/07/10/espana/1278712801_850215.html>. Acesso em: dezembro 2017.

METROSCOPIA. **¿Qué piensan los españoles del ‘procés’ catalán?** 29 de maio de 2017. Disponível em: <<http://metroscopia.org/que-piensan-los-espanoles-del-proces-catalan/>>. Acesso em: julho 2017.

NOGUER, Miquel. **61% dos catalães rejeitam a independência unilateral.** El País Brasil, 24 de maio de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/23/internacional/1495568302_914504.html>. Acesso em: dezembro 2017.

NOGUER, Miquel. **Decenas de miles de catalanes se echan a la calle contra el recorte del Estatuto.** El País, Barcelona, 10 de julho de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2010/07/10/actualidad/1278749824_850215.html>. Acesso em: dezembro 2017.

NOGUER, Miquel. **Los independentistas ganan las elecciones y pierden su plebiscito.** El País, Barcelona, 28 de setembro de 2015. Disponível em: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2015/09/27/catalunya/1443387513_045607.html>. Acesso em: junho 2017.

NOGUER, Miquel. **Montilla, "indignado", pide a Zapatero que rehaga el pacto estatutario.** El País, Madri, 29 de junho de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/06/29/espana/1277762408_850215.html>. Acesso em: janeiro 2018.

NOGUER, Miquel. **Un federalista contra un soberanista.** El País, Barcelona, 28 de novembro de 2010. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2010/11/28/espana/1290898802_850215.html>. Acesso em: novembro 2017.

NOGUER, Miquel; ROGER, Maiol. **Mas y ERC sellan un pacto inestable.** El País, Carbelona, 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://elpais.com/ccaa/2012/12/19/catalunya/1355917230_139573.html>. Acesso em: janeiro 2018.

OLLER, Sílvia. **Carles Puigdemont, de alcalde de Girona a president de la Generalitat.** La Vanguardia, 9 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20160109/301290104228/carles-puigdemont-president-generalitat.html>>. Acesso em: novembro 2017.

QUITIAN, Sergi. **Reacciones al acuerdo de Junts pel Sí y la CUP.** La Vanguardia, Barcelona, 11 de janeiro de 2016. Disponível em:

<<http://www.lavanguardia.com/politica/20160109/301291004374/jxsi-cup-acuerdo-investidura.html>>. Acesso em: novembro 2017.

PIÑOL, Àngels. **El independentismo catalán logra una histórica exhibición de fuerza**. El País, Barcelona, 11 de setembro de 2012. Disponível em: <https://elpais.com/ccaa/2012/09/11/catalunya/1347375808_419590.html>. Acesso em: outubro 2017.

PIÑOL, Àngels; RÍOS, Pere. **Parlamento da Catalunha aprova resolução para declarar independência**. El País Brasil, 27 de outubro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/27/internacional/1509105810_557081.html>. Acesso em: janeiro 2018.

ROGER, Maiol. **Junts pel Sí y la CUP inician el trámite de las leyes de ruptura**. El País, Barcelona, 4 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2016/02/03/catalunya/1454520481_583188.html>. Acesso em: junho 2017.

SALLÉS, Quico. **Artur Mas condenado a dos años de inhabilitación por el 9N**. La Vanguardia, Barcelona, 13 de março de 2017. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/politica/20170313/42848753821/9n-justicia-inhabilitacion-artur-mas.html>>. Acesso em: outubro 2017.

OUTROS DOCUMENTOS

Artur Mas i Gavarró – biografia. Busca Biografías. Disponível em: <<https://www.buscabiografias.com/biografia/verDetalle/8446/Artur%20Mas%20i%20Gavarró>>. Acesso em: novembro 2017.

DISCURSOS DE INVESTIDURA. La Vanguardia. Disponível em: <<http://interactivos.lavanguardia.com/elecciones/discursos-investidura-todos.html>>. Acesso em: novembro 2017.

GENERALITAT DE CATALUNYA. Centre d'Estudis d'Opinió. Disponível em: <<http://ceo.gencat.cat/ceop/AppJava/pages/index.html>>. Acesso em: novembro 2017.

PARLAMENT DE CATALUNYA. Les funcions de creació, control i impuls de l'acció política i de govern. Disponible em: <<https://www.parlament.cat/pcat/parlament/funcions-del-parlament/funcions-creacio-impuls-accio-politica-govern/>>. Acesso em: novembro 2017.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. Jornal Oficial da União Europeia. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-01aa75ed71a1.0019.01/DOC_2&format=PDF>. Acesso em: julho 2017.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br